

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Marianny de Castro Camara

**INVESTIGANDO TRAJETÓRIAS, CONHECENDO
A HISTÓRIA – O DESENVOLVIMENTO DA
FAMÍLIA SUÍÇA NA VILA DE SÃO PEDRO DO
CANTAGALLO, 1830-1885.**

Niterói
2020

MARIANNY DE CASTRO CAMARA

LINHA DE PESQUISA
“Sociedade, movimentos populacionais e de culturas”

**INVESTIGANDO TRAJETÓRIAS, CONHECENDO A HISTÓRIA – O
DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA SUÍÇA NA VILA DE SÃO PEDRO DO
CANTAGALLO, 1830-1885.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dr.^a Vitória Fernanda Schettini.

Niterói
2020

CIP - Catalogação na Publicação

C172 Camara, Marianny de Castro.
Investigando trajetórias, conhecendo a história – o desenvolvimento da família suíça na vila de São Pedro do Cantagallo, 1830-1885. / Marianny de Castro Camara. -- Niterói, RJ, 2020.
xiii, 14-139.; il., grafs., maps., tabs.
[Numeração da publicação: [1] – xiii, 14-139.
Referências: P. 125-139.

Orientador: PhD. Vitória Fernanda Schettini.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. História – Brasil – (1830-1885). 2. Vila de São Pedro do Cantagallo - Brasil – História. I. Título.

CDD 981

MARIANNY DE CASTRO CAMARA

**INVESTIGANDO TRAJETÓRIAS, CONHECENDO A HISTÓRIA – O
DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA SUÍÇA NA VILA DE SÃO PEDRO DO
CANTAGALLO, 1830-1885.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 26 de outubro de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini

Professora do PPGH em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)



Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira

Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



Prof.ª Dr.ª Marcia Sueli Amantino

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*A meus pais,
Onir Arruda Camara e Marlene
Cosendey de Castro Camara.*

Agradecimentos

Não tenho palavras exatas para agradecer ao meu Deus por todas as maravilhas que Ele tem feito em minha vida! Ele é lindo! Chegar até aqui, só foi possível por causa dEle. Obrigada, Deus meu, Senhor meu e Rocha minha! A Ti toda honra por mais essa vitória. “Ao único Deus, Salvador nosso, por Jesus Cristo, nosso Senhor, seja glória e majestade, domínio e poder, antes de todos os séculos, agora e para todo o sempre. Amém!” (Judas 1.25).

Aos meus pais, Onir e Marlene, duas joias preciosas que recebi de Deus. Obrigada pelo apoio, pela companhia em todas as nossas idas e vindas a Niterói, no 1º semestre, pelo carinho comigo e pelas orações, quando eu estava aflita. Amo muito vocês! Ao meu irmão Filipe e a minha cunhada Ingrid, obrigada pelas palavras de incentivo, pela paciência e pelo apoio em me acolher na casa de vocês para que eu pudesse estudar em silêncio. À minha família, tios e primos, sempre prontos a me incentivar e me dizer palavras de carinho, e em especial a “Tia Nazaré”, “Tia Isabel e tio Henrique”, Enéas, Lisnayra e Thalyta. Vocês foram essenciais para mim nessa minha jornada.

À minha segunda família, minha amada Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Cordeiro-RJ, obrigada pelo amor e orações. Aos meus pastores, Manoel Lima e Quemuel Lima e a Cleusinara Lima, pessoas cheias de Deus que são minhas referências e grandes incentivadores. Meu coração se enche de gratidão por tê-los em minha vida. Aos queridos amigos de caminhada acadêmica que foram de suma importância, no decorrer dos dois anos do mestrado. Aprendi muito com vocês e os levarei para sempre na memória e no coração: Karina Brotherhood, Nicolas Theodoridis, João Carlos Diniz, Renato Perteli, Adna Gomes, Helio Irany, José Antonio Ameijeiras.

Aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação de História, obrigada pelo carinho, dedicação e incentivo; em especial, Prof.^a Márcia Amantino, Prof.^a Mary del Priore, Prof.^a Vivian Zampa e Prof. Francisco Falcon. À minha querida orientadora Prof.^a Vitória Schettini, agradeço por me acompanhar em toda essa jornada, sempre atenciosa e solícita. Sou agradecida a Deus por tê-la posto em minha trajetória. Ao Prof. Anderson de Oliveira que participou da banca de qualificação, suas valiosas contribuições para essa pesquisa foram primordiais.

Aos queridos amigos do Centro de Memória Documentação e Pesquisa, agradeço a paciência, dedicação e ajuda nas pesquisas, nas fontes do seu acervo. Quando eu

chegava ao Centro de Memória, todos estavam sempre prontos a me atender; Wesley, Amanda e Afonso, meu muito obrigado. Sem a valiosa colaboração de vocês, essa pesquisa não teria sido realizada. Ao Dr. Henrique Bon, meu muito obrigada, o senhor foi fundamental para a realização dessa pesquisa. Obrigada por me receber em sua casa, elucidar muitas questões em minha mente, obrigada pela atenção e paciência ao responder cada e-mail meu. Agradeço de coração.

À minha querida amiga Renata, que esteve nos bastidores, sempre me incentivando, me ajudando nas trabalhosas paleografias, me dando dicas e às vezes, apenas me ouvindo ao telefone, quando estava atarefada e preocupada. Obrigada amiga! Você é um presente de Deus para mim. À querida Prof.^a Simone Salomão, que me auxiliou na correção ortográfica dessa pesquisa. Obrigada pelo seu carinho e dedicação.

Enfim, a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e que me ajudaram de forma direta ou indireta: agradeço de coração a vocês.

Resumo

Em 1830, a Vila de São Pedro do Cantagallo, localizada no Vale do Paraíba fluminense, encontrava-se em crescente produção cafeeira, expandindo essa atividade por toda a área e ganhando notoriedade na corte. Nesse ambiente, dezenas de famílias suíças instalaram-se nessa região e começaram a desenvolverem-se. A presença desses imigrantes na região deveu-se ao projeto de D. João VI de criar em terras brasileiras uma colônia de suíços que, ao chegarem ao Brasil, conseguiram acumular riquezas, através da produção cafeeira, e integraram-se à elite local. Neste trabalho, iremos discorrer sobre a formação da Vila de São Pedro do Cantagallo, desde o descobrimento do ouro até o desenvolvimento do café e a chegada dos imigrantes suíços nessas terras. Seguiremos a pesquisa explorando as estratégias de adaptação dos suíços ao “novo mundo”, a formação das famílias em solo brasileiro e o início da produção cafeeira, tendo tal atividade como principal meio de acúmulo de riquezas. Além disso, também discorreremos sobre as estratégias familiares de sobrevivência e ascensão social, por meio do casamento e do batismo de seus filhos, revelando as variadas alianças entre as famílias dos imigrantes, na Vila de São Pedro do Cantagallo.

Palavras-chave: Cantagallo, suíços, café, riquezas, famílias.

Abstract

In 1830, the São Pedro's village in Cantagallo, located in "Vale do Paraíba Fluminense" was developing itself in its coffee production, expanding the activities for all the area and getting notoriety in the court. Surrounding this place, dozen of Swiss families settled down and they had developed themselves. These immigrants' presence was related to the D. João VI Project idea, about creating in Brazilians territories a Swiss colony, who got to accumulate wealth through the coffee production, when they arrived in Brazil and they integrated to the local elite. On this Project we will talk about the São Pedro's village formation, from the gold Discovery to the coffee's development and the Swiss immigrants arrival in this territory. We will follow the researching exploring the adaptation's strategies from the Swiss in the new world, the families formation on Brazilian territory and the beginning of the coffee production, which was the main of the wealth accumulation. Besides, it will also be talked about the families strategies to survive and the social ascent, through the marriage and their sons and daughter's baptism, revealing the varieties of alliances among the immigrants families in the São Pedro's village

Keywords: Cantagallo, Swiss, coffee, wealth, families.

Lista de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Produção cafeeira em uma fazenda de Cantagallo -1847-1860..... | 33 |
| Quadro 2: Fazendeiros em Cantagallo nos anos 1848, 1850, 1860, 1876, 1880..... | 52 |
| Quadro 3: Suíços fazendeiros em Cantagallo nos anos 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880..... | 53 |
| Quadro 4: Distribuição dos fazendeiros de café suíços pelas freguesias de Cantagallo nos anos de 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880..... | 54 |
| Quadro 5: Registro de Imóveis em Cantagallo de 1866 a 1888..... | 56 |
| Quadro 6: Registro de compra de terras dos suíços em Cantagallo de 1866 a 1888..... | 57 |
| Quadro 7: Registro de compra de terras em Cantagallo, 1873..... | 58 |
| Quadro 8: Registro de compra de terras em Cantagallo, 1874..... | 59 |
| Quadro 9: Registro de compra de terras em Cantagallo, 1881..... | 60 |
| Quadro 10: Registro de compra de terras em Cantagallo, 1885..... | 61 |
| Quadro 11: Inventários dos proprietários de escravos em Cantagallo, 1831 a 1888..... | 71 |
| Quadro 12: Suíços proprietários de escravos , 1832 a 1888..... | 72 |
| Quadro 13: Casamentos dos suíços em Cantagallo, 1834 a 1842..... | 91 |
| Quadro 14: Registros de Batismos no período de 1838 a 1842..... | 97 |
| Quadro 15: Registro de compra de terras de Dona Maria Luiza Lemgruber, 1880..... | 115 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Bens de José Ludolf – 1856..... | 74 |
| Tabela 2: Bens de Henrique José Cortat – 1864..... | 77 |
| Tabela 3: Bens de D. Carolina Lemgruber Kropf- 1881..... | 80 |

Lista de Mapas

| | |
|--|----|
| Mapa 1: Trajeto da Suíça até a Holanda..... | 39 |
| Mapa 2: Distribuição dos fazendeiros suíços nas freguesias de Cantagallo..... | 55 |
| Mapa 3: Reconhecimento do rio Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo – 1819..... | 66 |

Lista de Imagens

| | |
|---|-----|
| Imagem 1: Carta topográfica do Certão ocupado por índios brabos, 1767..... | 16 |
| Imagem 2: Nova Friburgo (Colônia Suíça) Johann Steinmann, 1835..... | 87 |
| Imagem 3: Assinatura de Dona Maria Luiza Lemgruber, 1881..... | 113 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo I: Cantagallo do ouro e do café, do índio e do imigrante | 12 |
| 1.1. Do sertão dos <i>índios brabos</i> a Vila de São Pedro do Cantagallo..... | 12 |
| 1.2. A Igreja e o café: o desenvolvimento socioeconômico da Vila..... | 26 |
| 1.3. Projeto em pauta: a criação da Vila Suíça..... | 34 |
| Capítulo II: Terras para possuir, café para plantar, fortuna a conquistar | 46 |
| 2.1. A posse de terras pelos imigrantes antes e depois de 1850..... | 47 |
| 2.2. O café é um bom negócio..... | 62 |
| 2.3. Um vislumbre dos bens dos suíços: desvendando os inventários <i>post mortem</i> | 70 |
| 2.4. A união aumenta a força – um estudo da família..... | 81 |
| Capítulo III: Nascer, casar e viver em Cantagallo: estratégias familiares de sobrevivência e apogeu | 85 |
| 3.1. As múltiplas estratégias construídas pelo casamento..... | 86 |
| 3.2. <i>E foram padrinhos...</i> Estratégias familiares no ritual do batismo..... | 96 |
| 3.3. Viúvas, Donas e Madames: o papel da mulher suíça na família..... | 108 |
| Considerações Finais | 122 |
| Lista de Fontes | 125 |
| Bibliografia | 131 |

Introdução

“[...] para que serve a história. [...] Eis portanto o historiador chamado a prestar contas. [...] que artesão envelhecido no ofício não se perguntou algum dia, com um aperto no coração, se fez de sua vida um uso sensato?”

Marc Bloch

Que tipo de história, nós historiadores, estamos escrevendo e qual o seu legado para a história? Esse questionamento esteve sempre presente em todo o desenvolvimento dessa pesquisa, e porque não dizer, foi uma das forças motrizes para a sua realização dela? Afinal de contas, por que trabalhar com a imigração?

A pesquisa inicial dessa dissertação originou-se a partir de análises documentais do acervo do Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo, que possui parceria com o curso de História, ofertado na modalidade de Educação a Distância – EaD -, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio -, que faz parte do programa do Centro de Ciências e Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ¹. Os resultados dessa parceria garantem uma maior preservação, digitalização e catalogação dos documentos datados entre o final do século XVIII e todo o século XIX. Tais fontes podem ser localizadas em acervos como da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, do Cartório de 1º Ofício, e na Câmara Municipal, entre outros.

Ao analisar os documentos do Centro de Memória, localizamos o alistamento dos imigrantes suíços, contendo as certidões de casamento, batizados, compra e venda de propriedades (casas, sítios e fazendas de café) compra e venda de escravos e inventários *post-mortem*, assim como pode ser verificado a ocorrência que eles também atuaram na vida política, dessa comunidade.

Destarte, esta dissertação tem por finalidade compreender e analisar as trajetórias do processo de imigração suíça na Vila de Cantagallo, contribuindo assim, com a construção da história do povo suíço na região. Pois quem passeia pelos caminhos de areia, à sombra das grandes árvores e palmeiras da praça João XXIII, no centro do município, nem imagina a herança histórica que o município carrega. A cidade foi uma Vila de expressiva produção de café, com uma grande soma de escravos no Vale do Paraíba fluminense.

¹ Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/>. Acessado em 24 de outubro de 2019.

Em um estudo feito, Sheila de Castro Faria apresenta dados importantes sobre a população livre e escrava na Vila, a partir de um recenseamento do ano de 1872 e que revela uma grande população cativa. Segundo a historiadora, a população geral da Vila era de 29.453 pessoas sendo que aproximadamente 57% (16.805 pessoas) eram escravas. “O município de Paraíba do Sul, [...] tinha 31.461 habitantes, 46% deles escravos, [...]”. Supõe-se que Cantagalo estava entre as principais regiões de cafeicultura escravista mercantil de grande porte.”² E na análise de Rodrigo Marreto, a produção cafeeira era similar às demais Vilas da Bacia do Paraíba, apresentando uma produção crescente e uma dinamização econômica.³ Além disso, foi a Vila receptora dos imigrantes suíços, em 1819.

A história da imigração suíça na Vila de Cantagallo teve início a partir do século XIX, quando D. João VI recebeu do suíço Sebastien-Nicolas Gachet, em 1817, uma proposta de criar no Brasil uma colônia suíça. Essa proposta pode ser analisada em três aspectos: para o rei, D. João VI, ela contribuía com os objetivos de povoar os grandes espaços desabitados no Brasil, seguindo os moldes europeus; na perspectiva de Gachet, seria uma forma de lucrar com as famílias trazidas ao Brasil, visto que ganharia uma renda *per capita* com a vinda delas; e por fim, para as famílias suíças que iriam imigrar para o Brasil, era a oportunidade de deixar o país suíço – que estava imerso em uma grave crise econômica, gerando fome e desemprego – e construir uma nova oportunidade de vida. O lugar escolhido por D. João VI para abrigar a colônia suíça no Brasil, foi a Vila de São Pedro do Cantagallo.

Após o período de recrutamento das famílias, o primeiro percalço dos imigrantes suíços foi a alta mortalidade ao longo da travessia do oceano Atlântico, causada por doenças contraídas no trajeto. Entre 1819 a 1820, chegaram aos portos brasileiros os navios *Daphné*, *Urania*, *Deux Catherines*, *Debby Elisa*, *Camillus*, *Heureux Voyage*, *Elisabeth Marie* e *Trajan* com as famílias suíças rumo ao local da nova morada. A transferência dos imigrantes do porto do Rio de Janeiro à Vila de Cantagallo foi uma longa jornada feita, agora em terra firme, tendo a morte como fim para muitos que apostaram no sonho de um novo recomeço. Segundo Henrique Bon, do Rio de Janeiro,

² FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, pp. 3.

³ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1973)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, pp. 54.

os suíços foram transferidos de barcos para Tambí e de lá seguiram para a Vila de Santo Antônio de Sá, onde foram acolhidos num mosteiro preparado para atender muitos doentes. Continuando a pé e em lombo de mulas, chegaram à Vila de Cachoeira de Macacu, onde muitos abrigaram-se na fazenda do Colégio; outros seguiram viagem subindo a serra até chegar a uma fazenda da Vila de Cantagallo, chamada de Morro Queimado, onde foi instalada a colônia suíça.⁴

Os primeiros anos desses imigrantes no “novo mundo” não foi fácil. Ao chegarem ao local da colônia, vários fatores deixaram os suíços insatisfeitos. O primeiro deles foi que as famílias tiveram que ser instaladas em casas que não supriam a todos, devido ao excessivo número de pessoas recrutadas, resultando em casas abrigando mais de três famílias. O segundo fator está ligado aos terrenos, doados pelo governo imperial, localizados em morros e encostas, muitos deles incultiváveis. O terceiro fator foi a mortandade que ainda assolava as famílias, incluindo os imigrantes já assentados em seus novos terrenos. Mesmo a emancipação da colônia suíça, dando origem à Vila de Nova Friburgo, não foi suficiente para eliminar o descontentamento dos colonos. Nesse momento de crise, o café estava florescendo na Vila, transformando-a em um lugar promissor para quem desejava melhorar sua situação econômica. A solução para muitas famílias foi migrar para a auspiciosa vila vizinha.

De acordo com Clélio Erthal, tamanho foi o êxodo das famílias suíças para a Vila de Cantagallo, instalando-se às margens do rio Paraíba, na Penna e na Taquara, que facilmente dir-se-ia ser ali a sede primitiva da colônia suíça e não a Vila de Nova Friburgo.⁵ As famílias suíças que migraram para a Vila, num primeiro momento, ocuparam terras devolutas e começaram a produzir café, a nova fonte de riqueza da vila, e a partir da produção cafeeira, começaram a ascender socialmente, adquirindo terras, imóveis e escravos. Com o desenvolvimento econômico dessas famílias, os suíços começaram a obter prestígio e integraram-se aos fazendeiros da vila. O status de muitas famílias suíças cresceu, mediante a posse de terras, escravos, fazendas de café, e alguns chegaram a assumir cargos políticos. Henrique Bon firma que o “café seria, em definitivo e mais que qualquer outro, o fator de assimilação do colono que deixara Nova Friburgo e seu instrumento de ascensão social e política [...]”⁶

⁴ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. 2.ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004, pp. 84.

⁵ ETHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. 2 ed. (Revisada e atualizada) Niterói, RJ: Nitpress, 2008, pp. 199.

⁶ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 150-151.

Com a chegada à Vila de Cantagallo, os imigrantes buscaram se inserir no contexto social, econômico e cultural. As famílias estavam presentes na sociedade, desenvolvendo alianças sociais e comerciais, ascendendo economicamente e acumulando bens. E não são apenas os homens que protagonizam essa história, as mulheres também estavam inseridas igualmente na vida ativa da sociedade, fazendo negócios e compondo a história: as donas, madames e viúvas, assumiram os negócios da família no “novo mundo”. A presença das famílias suíças, abre uma gama de possibilidades para a compreensão da história cantagalense. Para tanto, pretendemos analisar as trajetórias não individuais, mas do grupo, para podermos compreender melhor a rede social construída por esses sujeitos,

a imigração para a América deve ser analisada numa perspectiva relacional, na qual todos os integrantes do grupo, homens e mulheres, aparecem como sujeitos ativos na execução de projetos individuais e coletivos, e também conectada a espaços e pessoas que se encontram distantes geograficamente.⁷

Mas por que falar da imigração suíça em Cantagallo? Vários fatores foram preponderantes para escolhermos esse tema: o primeiro deles é a contribuição para o desenvolvimento de pesquisas históricas regionais. Como já discorremos, a história de Cantagalo, ultimamente, vem ganhando espaço nos debates acadêmicos, devido à disponibilidade acessível das fontes localizadas nos arquivos paroquiais, cartoriais e municipais que, há cerca de dez anos, foram trazidas a público, graças ao trabalho do Centro de Memória Pesquisa e Documentação. A divulgação desses documentos tem fomentado pesquisas importantes para a compreensão da história regional e incentivado as mais diversas discussões historiográficas, principalmente para a história da imigração no Brasil. Buscamos não apenas conhecer as trajetórias dos suíços, mas também compreender as suas relações sociais na região. Para tanto, desejamos com nosso trabalho colaborar para a compreensão da história da região.

O segundo fator é o desmerecimento de Cantagalo no processo da imigração suíça. A maioria dos trabalhos que analisam o processo de imigração suíça iniciada a partir de 1819, identificam apenas Nova Friburgo como o local de destinos dos imigrantes, descartando a Vila de São Pedro do Catagallo. Acreditamos que os pesquisadores são induzidos a essa premissa, devido ao fato de que a cidade de Nova Friburgo tenha

⁷ VENDRAME, Maria Inês. Donas do próprio destino? Experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional. In: _____ (Orgs.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp. 87.

alcançado um crescimento demográfico e econômico considerável, sendo destaque na região. Sheila de Castro Faria afirma que a população da cidade de Cantagalo, não chega a vinte mil habitantes; enquanto Nova Friburgo conta com mais de 182 mil habitantes.⁸ Mas os fatos históricos indicam que a Vila de Cantagallo foi a escolhida para receber os imigrantes e, somente após a chegada das famílias suíças, foi criada a vila de Nova Friburgo. O alvará de criação da vila suíça esclarece essa situação.

Eu EL-REY faço saber aos que este Alvará virem: Que tendo estabelecido no districto de Cantagallo e Fazenda denominada Morro Queimado, huma Colonia de Suissos para promover a prosperidade deste Meu Reino do Brazil [...].⁹

O historiador tem um papel importante, em resgatar a história e a memória da importância da Vila no processo migratório. Trazer essa história à tona vai muito além do resgate de memórias, pois ela estimula o conhecimento e a valorização das origens da sociedade regional. O historiador Jörn Rüsen caracteriza a interpretação da história da vida cotidiana como *consciência histórica*, na qual é possível inserir-se no processo histórico. Segundo Rüsen, ao relembrar e interpretar o passado, as pessoas desenvolvem uma perspectiva que orienta o mundo presente.¹⁰ Em outras palavras, ao tomar consciência de seu passado, a sociedade consegue compreender o mundo na qual está inserida e consegue inserir-se como atores do processo histórico.

O terceiro fator que nos levou a estudar sobre a imigração suíça é examinar essa história de modo que busquemos compreender as aspirações, frustrações, adaptações e reinvenções dessas famílias em solo brasileiro, compreendendo que esses sujeitos também são peças importantes de um complexo quebra-cabeças é a sociedade regional onde há contribuições de diversos povos e culturas a saber: indígenas, africanos e europeus.

Para construirmos essa pesquisa, trabalhamos com a dimensão da História Social, pois, segundo Hebe Mattos, é uma abordagem que busca formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações dos diversos grupos sociais. Esses problemas históricos sempre seguem os critérios definidos pelo historiador, para assim

⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 4.

⁹ Alvará de Criação da Colônia Suíça, 1820. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1473>. Acessado em: 09 de outubro de 2019.

¹⁰ RÜSEN, Jörn. *Historiografia Comparativa Intercultural*. In: MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 118.

poder analisar os comportamentos do grupo social.¹¹ Nesse sentido, a História Social nos remete ao estudo dos diversos grupos sociais, em um determinado contexto, e as conexões que esses irão construir uns com os outros. Dessa forma, iremos analisar a relação dos imigrantes suíços, tanto com o próprio grupo, quanto com os demais atores sociais. Dentro da dimensão da História Social, usaremos a abordagem da História Regional e da Micro-História.

O trabalho com a História Regional traz um detalhamento maior das relações sociais num espaço específico. O historiador José Mattoso assevera que o trabalho com a história regional parte de um estudo das relações do homem no espaço em que habita e que, por ter a necessidade de viver em comunidade, busca inserir-se no grupo construindo relações sociais.¹² De acordo com José D'Assunção Barros, a História é o estudo do homem no *tempo* e no *espaço*, e,

as ações e transformações que afetam esta ou aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em um espaço social.¹³

José D'Assunção Barros descreve, a geografia humana como a ciência que estuda o *homem*, o *espaço* e os diversos *meios* em que vivemos, sendo a região uma subdivisão do espaço total, que se enquadra dentro da análise construída.¹⁴ Destarte, ela – a região – possui uma *identidade*, que a definem como sendo “os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis, quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos.”¹⁵, e uma *homogeneidade* que não significa a ausência de diversidade dentro da região, mas tem a ver com o homogeneização de algum critério de análise da região,

[...] uma função econômica que atravessa aquela porção do espaço através de uma prática agrícola ou industrial predominante, uma certa paisagem geográfica mais recorrente, a presença de características físicas ou populacionais bem definidas, ou quaisquer outras.¹⁶

¹¹ CASTRO, Hebe Mattos de. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 81.

¹² MATTOSO, José. História regional e local. In: _____. *A escrita da história – Teoria e métodos*. Lisboa: Editora Estampa, 1988, pp. 169.

¹³ BARROS, JOSÉ D'Assunção. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, pp. 15.

¹⁴ BARROS, José D'Assunção. *História, espaço, geografia...* pp. 27.

¹⁵ BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. 10 (1), 2005, pp. 98.

¹⁶ BARROS, José, D'Assunção. *História, espaço, geografia...* pp. 29.

Nesse sentido, ao aplicarmos o conceito de região à pesquisa sobre a imigração na Vila de Cantagallo, buscamos compreender as relações sociais construídas nesse espaço e como essas pessoas desenvolveram-se no “novo mundo”. A região era, no meado do século XVIII, um grande espaço “desabitado”, nomeado de Sertão do Macacu, que sofreu muitos processos sociais e que deu origem à Vila de São Pedro do Cantagallo. Por isso, a compreensão sobre o conceito de região é muito importante, para que possamos atingir o entendimento das mudanças e permanências nesse espaço.

Sobre a utilização do estudo da Micro-História, Giovanni Levi ilustra que essa abordagem não isola o fato observado, mas busca um exame rigoroso de um caso. “O que é a história? É a ciência das perguntas gerais, porém dos acontecimentos locais [...] específicos, sendo que cada situação é diferente”¹⁷ Para trabalhar com a história de três famílias de Santena, Giovanni Levi analisou diversos documentos, traçando algumas estratégias familiares desenvolvidas na comunidade e explicando que documentos mostram uma grande quantidade de personagens de todos os tipos, os quais, podem demonstrar o comportamento social de uma comunidade. As conexões desenvolvidas por esses sujeitos de Santena são essenciais para a sua microanálise, pois elas refletem as escolhas, estratégias, paixões e incertezas dos grupos.¹⁸ Seguindo essas orientações metodológicas, iremos trabalhar, nesta dissertação, com a documentação eclesiástica, cartorial e periódicos, objetivando compreender as estratégias de sobrevivência dos imigrantes. Portanto, o uso da micro-história será essencial para a construção de nossa pesquisa, utilizando-nos como base o estudo de Giovanni Levi, que disserta:

[...] não basta falar de alguém para incluí-lo na história do mundo, para mostrar a presença e a relevância deste. A questão central é como falamos desse sujeito. Nesse sentido a *Microstorie* é, antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu. [...] com a declaração aberta do processo por meio da qual a história foi construída: os caminhos certos e aqueles errados, a maneira pela qual as perguntas foram formuladas e as respostas procuradas.¹⁹

No decorrer da dissertação, utilizaremos diversas fontes, algumas puderam ser acessadas de forma online, disponibilizados pela Biblioteca Nacional, e para o acesso de

¹⁷ LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre, (Orgs.). *Micro-história, trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, pp. 247.

¹⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 90.

¹⁹ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro História. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre, (Orgs.). *Ensaio de micro história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016, pp. 22.

outras fontes, conseguimos por meio do Centro de Memória. Além desses documentos, as obras de memorialistas e pesquisadores locais também tiveram grande valia, principalmente no que diz respeito à tentativa de reconstruir às genealogias das famílias suíças que chegaram ao Brasil. O contato com as fontes primárias foi essencial para a construção das relações sociais desenvolvidas na Vila de Cantagallo.

Como estamos nos apropriando do estudo da micro-história, usaremos o cruzamento das fontes e das informações coletadas para essa dissertação. Ana Silvia Scott assevera que, quando o historiador estuda as estratégias familiares e as redes sociais, ele se vale do cruzamento nominativo das fontes. A historiadora ainda afirma que, dessa forma, “[...] estão reunidos os elementos fundamentais para o estudo dessas redes, constituídas através dos vínculos de consanguinidade, aliança ou afinidade, bem como a partir de relações de outra natureza, como os vínculos de subordinação e/ou dependência.”²⁰ Portanto, não se constitui num apanhado de informações, mas em uma construção com os dados fornecidos pelas fontes primárias. Dessa forma iremos trabalhar com as fontes através da análise qualitativa, buscando compreender os fatos através do cruzamento das informações.

Utilizaremos também o estudo sobre a História da Família e a História das Mulheres, em nossa investigação, para entender as trajetórias dos suíços e seus descendentes. Segundo Ana Silvia Scott, a micro-história possibilitou a redução na escala de análise, fazendo sobressair atores históricos, o que permitiu a discussão sobre as estratégias familiares, tornando a história da família um rico campo de investigação.²¹ Para Sheila de Castro Faria, a família abre um leque de possibilidades, onde o termo “família” extrapola os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, mostrando que o estudo da família no Brasil vai além.²² A exemplo disso, a análise de batismos e casamentos, entre outros, dão multiplicidade à pesquisa sobre a família.

Além disso iremos a trabalhar com a história das mulheres, visto que as fontes trazem informações pertinentes para a discussão do papel dessas personagens na imigração. De acordo com Maíra Ines Vendrame, “[...] entende-se que é necessário

²⁰ SCOTT, Ana Silvia Volpi. Descobrimo as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: _____ (orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, pp. 15.

²¹ SCOTT, Ana Silvia Volpi. Descobrimo as famílias no passado... pp. 14.

²² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 43.

perceber, através dos silêncios e poucas palavras das mulheres, os modos de ver e agir das mães, esposas e filhas.’²³

Nossos objetivos específicos nessa pesquisa estão subdivididos em identificar o contexto histórico da formação da Vila de Cantagallo, apresentando o cenário social, econômico e cultural, nos quais os imigrantes são introduzidos; compreender os planos de ação dos indivíduos ao abandonarem Nova Friburgo e direcionarem-se para essa Vila, ocupando terras e iniciando a produção de café; conhecer as trajetórias das famílias e das mulheres que se encarregaram de suas famílias, num ambiente onde a maioria dos negócios era feita por homens.

Nossa pesquisa será dividida em três capítulos em que será construída uma narrativa, de modo que compreendamos cada etapa do movimento populacional da imigração suíça. Seguiremos o recorte temporal do avanço do café na Vila de Cantagallo, definido por Rodrigo Marreto, a fase da formação (1809 a 1830); da expansão (1831-1850); do auge (1851-1870) e da grandeza (1871-1880)²⁴. Esse período em que o café se espalha por todas as freguesias da vila é justamente o período de instalação e desenvolvimento dos imigrantes, que acompanharam a marcha da produção cafeeira e conseguiram grande proeminência.

No primeiro capítulo, intitulado “*Cantagallo do ouro e do café, do índio e do imigrante*”, traçaremos um quadro histórico da formação da Vila de Cantagallo e faremos um retorno temporal até meados do século XVIII, com a intenção de falarmos sobre o início do povoamento.

Discorreremos sobre as tribos indígenas que habitavam a região, quando toda a área era apenas um grande “sertão de índios bravos”, área proibida para a circulação de pessoas ligadas ao contrabando do ouro justamente por ser um local propício à criação de descaminhos do ouro, tanto que uma das estratégias governamentais foi usar os índios como barreira natural à entrada de aventureiros. Mesmo assim, Manoel Henriques, o Mão de Luva, e seu bando instalaram-se na região para garimparem o ouro de forma ilegal. Formou-se então um pequeno arraial que, depois da captura e prisão dos garimpeiros ilegais, começou a desenvolver-se economicamente. Após a virada do século XVIII, a Vila cresceu e prosperou por conta do café e é nesse cenário que os imigrantes suíços estabeleceram-se com a elaboração do projeto da colônia suíça.

²³ VENDRAME, Maria Inês. *Donas do próprio destino...* pp. 88.

²⁴ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 30.

No segundo capítulo, intitulado “*Terras para possuir, café para plantar, fortunas a conquistar*”, iremos debater sobre a migração das famílias suíças para a vila de Cantagallo e o seu desenvolvimento social e econômico. A ocupação de terras devolutas foi uma grande oportunidade para a fixação dos colonos na região. Para tanto, analisaremos a Lei de Terras de 1850, e as implicações dessa documentação para o estabelecimento e posse de terra. Iremos construir nossa análise a partir das seguintes fontes: Almanak Administrativo do Rio de Janeiro, Livro de Transcrição de Imóveis, Periódicos e Inventários *post-mortem*, fontes que nos possibilitam constatar que a principal atividade dos suíços era a produção do café. Eles plantavam, transportavam e ainda compravam fazendas de café. Segundo Henrique Bon:

Observa-se já, com a chegada dos imigrantes em Cantagalo, uma relação crescentemente monetarizada entre estes e ainda com os luso-brasileiros, longe das trocas ou da economia de subsistência. O que vale, para todos os efeitos, é o café, a partir de então explicitamente citado na esmagadora maioria dos negócios.²⁵

Os suíços também absorveram a cultura escravista, tornando-se senhores de escravos. Vimos, através dos inventários *post-mortem* analisados, as escravarias de alguns indivíduos e, em periódicos, pudemos encontrar anúncios de escravos fugidos das fazendas de suíços. Ademais, iremos discorrer sobre os bens dos imigrantes, a partir da análise de inventários *post-mortem*. Outra questão sobre a qual discorreremos é a manutenção das fortunas desses imigrantes e a formação de clãs, através dos casamentos entre as famílias. A união entre os filhos dos imigrantes favoreceu o acúmulo de bens e de propriedades.

E no terceiro capítulo, intitulado “*Nascer, casar e viver em Cantagallo: estratégias familiares de sobrevivência e apogeu*”, o foco principal é o aprofundamento sobre a história da família e as suas estratégias de sobrevivência e ascensão social. Neste momento, as fontes paroquiais terão uma função primordial. Os livros de batismos e casamento, além dos livros de transcrição de imóveis, escrituras de compra e venda de escravos, periódicos e Almanak Administrativo entrarão em cena. Também utilizaremos de genealogias para identificar as famílias e analisá-las.

As mulheres também serão analisadas assumindo o papel de chefes de domicílio nesse capítulo, cujas trajetórias saltaram-nos aos olhos, ao identificá-las nas fontes. Destarte, pretendemos analisar a atuação da mulher no século XIX, sua relação com a

²⁵ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 151.

família, com os escravos e, com os demais fazendeiros e negociantes da sociedade. Maíra Ines Vendrame afirma que, ao trabalhar com o tema da mulher imigrante, procura-se “sugerir, a partir da observação atenta de “histórias miúdas” de mulheres, novas perguntas para entender os processos mais amplos como a imigração e as estratégias de inserção social das imigrantes e famílias nos núcleos coloniais.”²⁶

Em suma, acreditamos que a história dos imigrantes na Vila ainda tem muito a nos revelar. Esse grupo teve participação relevante na construção da sociedade regional e é essencial que compreendamos o papel deles na história cantagalense, pois além da área do atual município de Cantagalo, outros municípios sofreram essa influência. José Mattoso ressalta que a construção da história não se baseia apenas na observação dos grandes fatos extraordinários, mas também dos simples, aqueles referentes à vida cotidiana, pois dessa maneira o historiador poderá perceber o que é simples e o que é acidental.²⁷ Afinal, o historiador está atento às relações humanas, pois nas palavras de Marc Bloch, esse é como o ogro da lenda, onde fareja carne humana sabe que ali está sua presa.²⁸

²⁶ VENDRAME, Maria Inês. *Donas do próprio destino...* pp. 129.

²⁷ MATTOSO, José. *História regional...* pp. 169.

²⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história...* pp. 54.

Capítulo I - Cantagallo do ouro e do café, do índio e do imigrante.

1.1 Do Sertão dos *índios brabos* à Vila de São Pedro do Cantagallo

Até meados do século XIX, a extensão de Cantagallo compreendia o que hoje se divide em doze municípios. Antes do domínio colonial, toda essa área era um grande sertão conhecido como “Sertões do Macacu”, assim denominado como se essa fosse um prolongamento da bacia do rio Macacu²⁹ e, de acordo com Mauro Leão Gomes, correspondia a:

[...] toda a vertente interior das serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, cujo desmembramento deu origem aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Macuco, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis.³⁰

As características naturais dos Sertões do Macacu favoreceram a tardia ocupação desse espaço e, até a primeira metade do século XVIII, a área era habitada por índios, sem qualquer interferência do governo colonial. Os Sertões do Macacu eram compostos por uma rica fauna e flora. O clima tropical da região varia entre máxima de 31° e mínima de 7°, segundo Mauro Leão Gomes, e a geografia é composta de montanhas não muito elevadas, formando uma paisagem peculiar, constituída por um “mar de morros”.³¹ A vegetação foi alvo de olhares admirados e assim ganhou notoriedade nas linhas percorridas pelos muitos viajantes que passaram pela região. A fauna e flora brasileiras sempre ocuparam lugar de destaque nos registros dos que se aventuraram nas terras do “novo mundo”.

O viajante John Mawe registrou a exuberância desta vegetação, quando esteve em Cantagallo, no ano de 1809. Mawe descreve que a região era bem arborizada, cheia de nascentes e rios onde outrora houve ouro. “A terra é fértil e boa; suas irregularidades

²⁹ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro...* pp. 20.

³⁰ GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região da região das Minas do Canta Gallo ou sertões do Macacu, da província do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004, pp. 16.

³¹ GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café... pp. 16.

apresentam trechos propícios ao desenvolvimento de quase todas as culturas.”³² Alberto Lamego Filho caracteriza a natureza da região como uma mata virgem, impenetrável, composta pelas mais diversas espécies de árvores, flores, insetos e demais animais, a flora e a fauna conjugadas na saturação máxima da vida sobre a terra.³³ Clélio Erthal afirma que as espécies de árvores eram variadas nos Sertões do Macacu: ibirapitangas, massarandubas, braúnas, sucupiras e ipês, e a fauna era composta de onças, lobos, antas, capivaras, tamanduás, caititus, pacas, cotias, coelhos e tatus.³⁴ Além da exuberância da fauna e flora, o ouro podia ser encontrado nos leitos dos rios e córregos da região.

Mesmo sendo um lugar de riquezas, os Sertões do Macacu estiveram fechados até meados do século XVIII, e a densa floresta que compunha a região favoreceu esse fato. Márcia Amantino caracteriza o sertão como um lugar de população escassa, onde o trânsito por seus caminhos era difícil, com trilhas dentro das matas e perigos constantes de ataques das feras, dos índios ou de quilombolas.³⁵ Realmente a geografia e vegetação dos Sertões do Macacu faziam uma barreira natural à pessoa que pensasse em se aventurar por essas terras, um labirinto feito pelo matagal, troncos e cipós.

Os obstáculos naturais serviam de estratégia do governo para manter a área livre de aventureiros. Haruf Espíndola afirma que os elementos naturais favoreciam a propagação de áreas proibidas nos sertões mineiros, para que não houvesse contrabando de metal precioso. Podemos aplicar essa afirmativa aos Sertões do Macacu no que diz respeito ao fechamento desse espaço, visto que posteriormente esse tornou-se um descaminho do ouro. Segundo Haruf Espíndola,

Enquanto prosperou a mineração, os sertões intermédios foram considerados áreas proibidas. A estratégia da Coroa foi isolar as zonas produtoras de ouro para evitar o contrabando e dificultar uma invasão estrangeira. [...] Além de os elementos naturais terem contribuído para fechar as áreas proibidas, as autoridades cuidaram de manter desconhecida a geografia da região.³⁶

Um segundo fato preponderante para o fechamento dos Sertões do Macacu era a presença dos grupos indígenas Coroado e Puri, os primeiros a ocuparem a região.

³² MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. pp. 97.

³³ LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007 pp. 90.

³⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro...* pp. 19.

³⁵ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 34.

³⁶ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. *Fronteiras*. vol. 10, n.17, pp.69-96, 2008, pp. 70-71.

Segundo Márcia Malheiros, os Puri eram caracterizados pelo nomadismo, sempre procurando lugares onde podiam encontrar mais frutas e caça, porém os Coroado eram descritos pelos viajantes, padres e oficiais como sedentários. A historiadora ainda ressalta que, enquanto os Puri eram ótimos caçadores-coletores, os Coroado, após aldeados, dedicaram-se à agricultura.³⁷ Em sua viagem, John Mawe registrou a presença de grupos indígenas nos arredores do arraial:

Habitam as florestas, em condições miseráveis; suas moradas, algumas das quais visitei, são construídas de ramos de árvores [...]. Não são acanhados ou de caráter indolente, mas têm grande aversão ao trabalho, e não se consegue persuadi-los a submeterem-se a qualquer emprego regular. [...] Que lucro resultariam para o Estado e como seria beneficiada a causa geral da humanidade, se estes índios fossem civilizados e domesticados! Uma tribo de selvagens errantes e preguiçosos se converteria em lavradores úteis e produtivos; todo o aspecto do distrito melhoraria; [...].³⁸

É importante entendermos que a visão dos viajantes estrangeiros, mesmo sendo muito influenciada pelo eurocentrismo, é pertinente para conhecermos a sociedade a qual eles relatam, pois esses descrevem o que vivenciaram. Simonne Teixeira e Hully Falcão destacam a fundamental contribuição dos relatos dos viajantes para a compreensão dos grupos indígenas no Rio de Janeiro, pois tais viajantes estiveram presentes no espaço que descrevem.³⁹ Portanto, a descrição feita pelo viajante John Mawe nos traz algumas informações importantes, tais como: viver nas matas, casas dos feitas de ramos, a negativa em agregar-se à comunidades diferentes prestando algum serviço “em benefício à causa da humanidade”.

Até a primeira metade do século XVIII, não houve nenhuma ação para o aldeamento das comunidades indígenas existentes na região, fomentando a hostilidade dos indígenas para afugentar dessas terras aventureiros atrás de riquezas. No ano de 1767, a mando do vice-rei D. Antonio Alvarez da Cunha, o sargento Manoel Vieyra Leão elaborou cartas topográficas, nas quais a região dos Sertões do Macacu é apresentada apenas como *Certão dos índios brabos*, sem qualquer outra característica. A carta

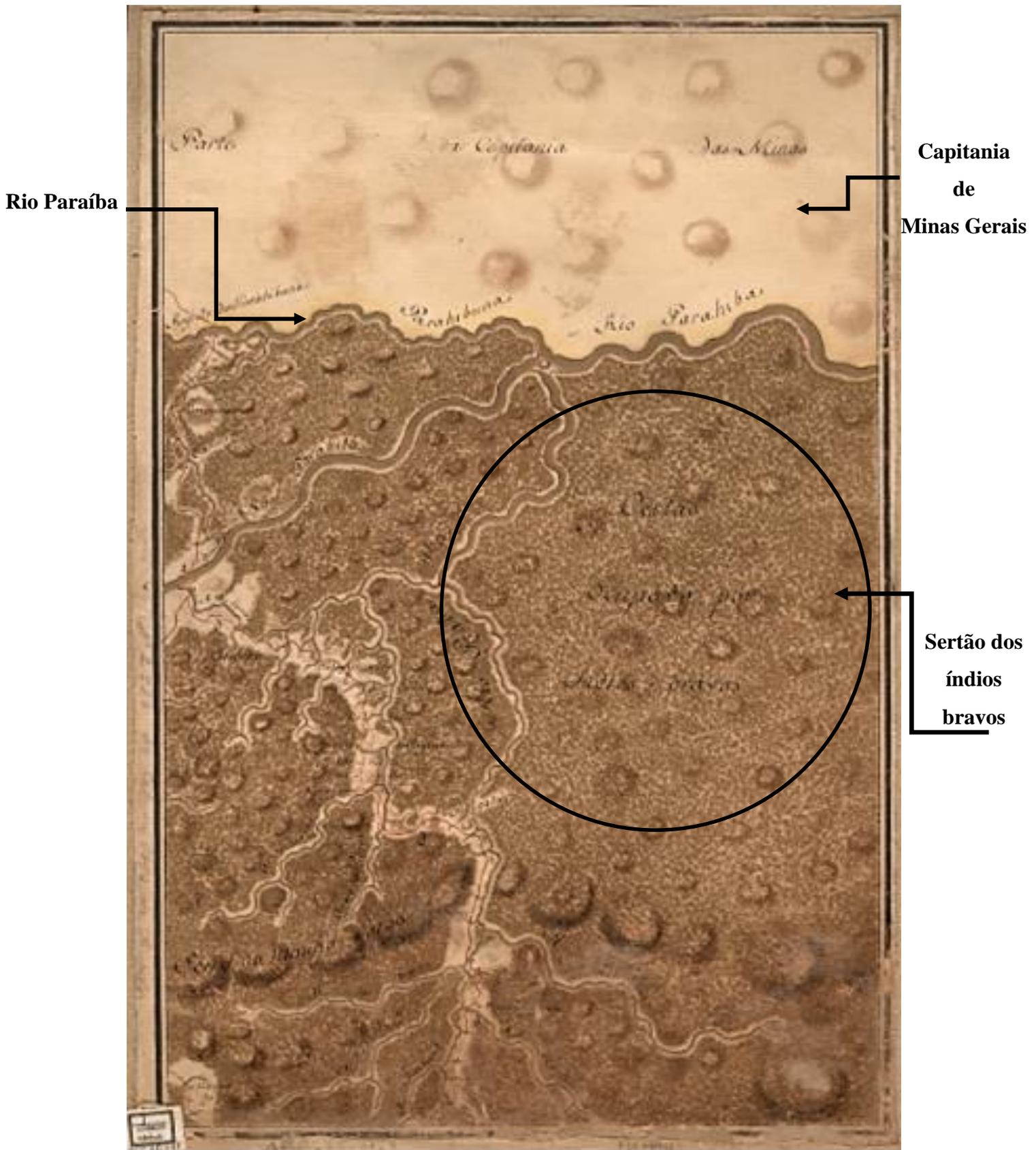
³⁷ MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira - índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes – séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, pp. 141.

³⁸ MAWE, John. *Viagens ao interior...* p. 99.

³⁹ FALCÃO, Hully Guedes. TEIXEIRA, Simonne. Construindo a história dos povos indígenas no norte e noroeste fluminense através do olhar dos viajantes. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh: Memória e Patrimônio – Rio de Janeiro, 2010*, pp. 2. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276739775_ARQUIVO_trabalhoanpuh.pdf. Acessado em 09 de outubro de 2019.

topográfica marca a região dos Sertões do Macacu como um lugar vazio e “não civilizado”, habitado por feras e nativos canibais, sem quaisquer outras características. Abaixo, iremos reproduzir a imagem da carta topográfica feita por Manoel Vieyra Leão a qual indica a localização do sertão dos índios bravos:

Imagem 1: Carta Topográfica do Certão occupado por índios bravos, 1767.



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512339/cart512339.htm

Índios bravos ou não, a questão política por trás da carta topográfica indicava a urgência em proteger esse grande espaço. A verdade era que os Sertões do Macacu era um lugar propício para a formação de descaminhos do ouro que saía da capitania de Minas Gerais, devido à sua proximidade com os Sertões do Leste mineiro. O contrabando do metal precioso mineiro deixava o governo colonial em alerta e assinalava a urgência em proteger este espaço.

Além dos descaminhos do ouro, também havia o contratempo dos garimpos ilegais. De acordo com Rodrigo Marreto, os Sertões do Macacu já vinham sendo invadidos desde o ano de 1730 por indivíduos da baixada fluminense e da Vila de Santo Antonio de Sá.⁴⁰ Márcia Malheiros disserta sobre um garimpo ilegal do início do século XVIII e afirma que foi formado por jesuítas, responsáveis pela catequese dos índios, na Aldeia de São Barnabé, em Itaboraí⁴¹. Mas no ano de 1763, houve a primeira permissão oficial da metrópole na exploração dos Sertões do Macacu concedida a Maurício Portugal, mas seu empreendimento foi paralisado, após a notícia de contrabando de ouro. A revogação da permissão dada a Maurício foi rápida e severa, tanto que os ranchos, fazendas e até mesmo a sua casa foram destruídos. Assim, proteger os Sertões do Macacu dessas invasões era fundamental.

Mas fiscalizar tal extensão de terra gerava grandes gastos nos cofres do governo e usar a imagem do “índio brabo”, de acordo com Márcia Malheiros, retardaria a entrada de intrusos nesse grande espaço desocupado.⁴² Márcia Amantino afirma que a utilização do índio a serviço do governo para proteger as áreas afastadas era uma prática comum e acabava sendo também usada como peça-chave na defesa do território.⁴³ Portanto, para os Sertões do Macacu,

[...] a presença indígena, [...] poderia, naquela conjuntura, interessar às autoridades que reincidentemente reconheciam a falta de infra-estrutura para o controle da região. A vastidão da área, o afluxo de gentes, o diminuto corpo policial talvez tenha inspirado, por algum tempo, menos uma ação indigenista do que uma “não ação” frente aos índios desta região, uma vez que eles, supostamente, obstaculizariam o estabelecimento e expansão dos mineradores clandestinos.⁴⁴

⁴⁰ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 37.

⁴¹ MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira...* pp. 45.

⁴² MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira...* pp. 68.

⁴³ AMANTINO, Márcia. A conquista de uma fronteira: o sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII. *Dimensões*. vol. 14, pp. 65-90, 2002, pp. 82.

⁴⁴ MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira...* pp. 50.

Essa ameaça de índios bravos não foi o suficiente para manter os Sertões do Macacu totalmente isolado. Segundo Márcia Amantino, “o Sertão era, contraditoriamente, uma região de riquezas. Lá estariam o ouro, a prata e os possíveis escravos indígenas. Ou seja, o *Eldorado*.”⁴⁵ O medo não impediu a penetração na região por procura de meios de acúmulo de riquezas, pois a possibilidade de encontrar ouro nesse espaço atraiu muitos olhares, e a ambição os levou até os sertões. A presença de garimpos ilegais mostrou que já não era mais possível isolar totalmente a região de aventureiros em busca do metal precioso.

O declínio na exploração do ouro em Minas Gerais direcionou os olhos de muitos para outras áreas escondidas em meio às matas. Segundo Haruf Espíndola, após o esgotamento do ouro em Minas, “os sertões que ficam a leste apresentaram-se como uma possibilidade de riqueza para compensar o esgotamento das áreas tradicionais.”⁴⁶ A existência de garimpos ilegais era inadmissível para o governo colonial, pois os mesmos geravam prejuízo à Coroa portuguesa. Romyr Conde Garcia afirma que os garimpos ilegais no Brasil colonial representavam uma subversão da ordem e um grande perigo para o fisco português. “Estes garimpos são, nada mais nada menos, que a livre circulação de ouro e do não reconhecimento da autoridade do rei.”⁴⁷

Na segunda metade do século XVIII, em busca de grandes oportunidades de acúmulo de riquezas, Manoel Henriques, conhecido como Mão de Luva, e seu bando estabeleceram-se na região. Para esse grupo, todos os esforços que enfrentariam para estabelecerem-se nesse espaço valeria a pena, se encontrassem novas fontes de lucro. Assim iniciou o garimpo nos Sertões do Macacu: o espírito aventureiro atrás de riquezas, não importando os perigos que enfrentariam. Segundo Sergio Buarque de Holanda, para o aventureiro,

[...] o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.⁴⁸

⁴⁵ AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº 19, 2003, pp. 19.

⁴⁶ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira... pp. 72

⁴⁷ GARCIA, Romyr Conde. O Mão de Luva e os sertões de Serra acima: garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil colônia. *Revista UNIFESO*. v.4, n.4, pp. 246-268, 2018, pp. 247.

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 43.

Muitas são as estórias sobre o Mão de Luva ainda hoje divulgadas tanto pela população quanto pela mídia onde, por vezes, é retratado com certo heroísmo; outras o apresentando com uma postura marginal. O viajante alemão Hermann Burmeister o descreve como um mulato audacioso, que tinha fama de bandido em Minas Gerais e que, perdendo uma das mãos, substituiu-a por uma luva de couro⁴⁹. Clélio Erthal faz menção a uma versão mais romantizada da origem de Manoel Henriques, na qual ele era duque em Portugal, o Duque de Santo Tirso, e por ter se apaixonado por D. Maria, futura rainha Maria I, caiu no desagrado do Marquês de Pombal. Devido à resistência do Marquês, Manoel Henriques foi degredado ao Brasil, sendo condenado a viver na miséria pelo resto de sua vida e, na véspera de sua partida, o nobre arruinado foi visitado por sua amada e dela teria ganho uma luva que jurou não tirar até que voltassem a se encontrar⁵⁰.

Vinicius Cardoso também disserta sobre as lendas que cercam a trajetória do Mão de Luva nessa região e aponta para as produções cinematográficas brasileiras sobre a vida de tal personagem. De acordo com o autor, no ano de 2013, foi ao ar o documentário “O Mão de Luva”, pela CineBrasil TV. Em 2016, a telenovela “Liberdade! Liberdade!” apresentada pela Rede Globo teve como parte do enredo a trajetória de Mão de Luva e, ainda em 2016, após o término da telenovela, um spin-off na internet foi lançado com o nome “A lenda do Mão de Luva”. O historiador ainda aponta para o fato de que todas essas versões romantizam a história de Mão de Luva, fazendo com que ele apareça sempre como um justiceiro contra a monarquia.⁵¹

Diferentemente dos mistérios que contornam a história de Manoel Henriques nos Sertões do Macacu, as novas pesquisas historiográficas vêm lançando luz sobre a mineração ilegal nessa região e sobre esse famigerado personagem. O historiador Rodrigo Leonardo Oliveira, em sua pesquisa sobre os garimpeiros ilegais nesses sertões, afirma que Manoel Henriques era oriundo da capitania de Minas Gerais, de acordo com os seus banhos matrimoniais, existentes na Arquidiocese de Mariana. O historiador explica que Manoel Henriques nasceu em Ouro Preto e lá foi batizado e era morador da freguesia de Guarapiranga. Seus pais chamavam-se Antonio Henriques Malho e Maria da Silva e sua

⁴⁹ BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, pp. 151.

⁵⁰ ERTAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 41.

⁵¹ CARDOSO, Vinicius Maia. E o galo cantou bem! Mão de Luva e o heroísmo na construção da identidade no município de Cantagalo (Estado do Rio de Janeiro/Brasil): embates entre história e memória. *El outro héroe. Estios sobre la producción social de memoria al margen del discurso oficial en América Latina*. Bonn University Press, 2019. No prelo.

noiva Maria de Souza⁵². Sheila de Castro Faria também discorre sobre Mão de Luva e afirma que,

Nem nobre nem nascido em Portugal, Manuel Henriques, entretanto, se casou em uma família mais titulada do que a dele, o que significa que tinha inserção nas famílias prestigiadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Quero salientar que era um indivíduo bem posicionado na hierarquia da sociedade do Brasil colonial, assim como outros que se dirigiram para os sertões de Macacu, [...] faziam parte do grupo dos “homens bons” da colônia, em particular de Minas Gerais.⁵³

Romyr Garcia, usando como fonte o auto de prisão e depoimentos ao Tenente Coronel Manuel Soares Coimbra, explica que Manoel Henriques e seus irmãos deixaram a região mineradora de Xopotó, devido ao esgotamento das jazidas de ouro, indo formar um garimpo nos Sertões do Macacu. Além disso, o historiador explica que Manoel Henriques era um homem audacioso, possuía uma quantia considerável de escravos e mantinha ligação com os poderosos senhores de Minas Gerais.

Ao iniciar o garimpo ilegal nos Sertões do Macacu, muitos homens uniram-se a Mão de Luva, trazendo suas mulheres, filhos e escravos para a região. “[...] nesse meio rural que lavradores, padres, comerciantes e funcionários do governo de Minas se uniram a Manuel Henriques, o “Mão de Luva”, e construíram um poderoso bando armado, ligado ao contrabando [...]”⁵⁴. Para se desenvolver, o garimpo ilegal era composto de diversos atores para que se desenvolvesse, a saber, os mineradores donos das lavras, homens pobres que ajudavam na garimpagem e os tropeiros que faziam o abastecimento no descoberto. Ainda, Rodrigo Marreto afirma que esses contrabandistas não perderam contato com suas localidades de origem, obtendo dessas alianças: roupas, escravos, ferramentas e meios para escoar o ouro clandestino.⁵⁵

Com essa onda de povoamento nos Sertões do Macacu, a região passou por uma redefinição. De acordo com Marcos Sanches, embora o conceito de região englobe um grau de homogeneidade – definível, a partir dos critérios analíticos do pesquisador - ela não é imóvel, ou seja, a região é um processo social das relações manifestadas no plano

⁵² OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Mão de Luva e Montanha: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)*. Dissertação. (Mestrado em História, Cultura e Poder)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008, pp. 147.

⁵³ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 6.

⁵⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Mão de Luva e Montanha...* pp. 105.

⁵⁵ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 36.

espacial.⁵⁶ José D'Assunção Barros explica que as regiões internas de um país podem ser caracterizadas como subdivisões do espaço e, dentro dessas subdivisões, há manifestações sociais e transformações que o historiador classifica como “movimento interno” que se refere ao dinamismo da região.⁵⁷ A partir dos conceitos de movimento interno, podemos compreender que a região dos Sertões do Macacu passou por transformações a partir da presença do bando do Mão de Luva e de todos os que o acompanhavam. Nesse momento, há uma redefinição da região e nova delimitação do arraial que ali se formaria.

A atividade mineradora no descoberto era intensa: ranchos foram erguidos e uma pequena agricultura de subsistência foi desenvolvida. Sheila de Castro Faria aponta para as plantações de feijão, abóbora, milho e criação de galinhas⁵⁸, desenvolvidas nos ranchos dos Sertões do Macacu. No entanto, mesmo essa pequena produção de gêneros não foi suficiente para suprir todos e, por vezes, os garimpeiros conseguiam alimentos por meio de trocas com as tribos indígenas da região, quando não, os comprava dos comerciantes ou tropeiros que já estavam em atividade no local. De acordo com Romyr Garcia,

As rotas de abastecimentos eram duas: uma vindo do Macacu; e outra, de Minas Gerais. O Mão de Luva tinha muito mais contatos com Minas do que com o Rio e era de lá nos Sertões do Leste da capitania mineira, próximo a Piranda e Catas Altas da Noruega, que ele obtinha escravos, mantimentos, pólvora, etc.⁵⁹

De acordo com Romyr Garcia, o Mão de Luva e seus irmãos não foram os únicos a garimparem nos sertões; outros grupos mantinham seus garimpos como os irmãos Lopes e Miguel Muniz. Esses, também oriundos da capitania de Minas Gerais, mantinham relações com a população cachoeirense, diferentemente de Mão de Luva que tinha uma extensa rede de contatos com pessoas de Minas Gerais. Além disso, seu garimpo tinha maior proeminência nos Sertões do Macacu.

O garimpo ilegal nos Sertões do Macacu passou a ser conhecido por conta de suas complexas redes de negociação e isso chegou aos ouvidos do governo. Segundo Rodrigo Marreto, desde o ano de 1781, no governo de D. Luiz de Vasconcellos e Souza, já corriam boatos da extração clandestina do ouro nos sertões, mas apenas em 1784, veio a

⁵⁶ SANCHES, Marcos. Região e história: as diversidades do mundo colonial. In: Sanches, Marcos (Orgs.) *História da Região*. v.1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011, pp. 14.

⁵⁷ BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia...* pp. 31.

⁵⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 9.

⁵⁹ GARCIA, Romyr Conde. O Mão de Luva e os sertões... pp. 256.

confirmação da presença dos garimpeiros ilegais na região. “Ao ser comunicada, a metrópole não titubeou e mandou reprimir, ocupar o arraial e prender o chefe”.⁶⁰

No ano de 1786, as tropas do governo colonial foram enviadas à região para deter os contrabandistas e Mão de Luva e seu bando foram presos. John Mawe ressalta que, a essa altura, o garimpo já estava prestes a se esgotar e começou a haver enfraquecimento no bando: “alguns abandonaram o lugar e os demais descuidaram-se das precauções de defesa”.⁶¹ De acordo com Romyr Gomes, após a prisão do bando de Mão de Luva, os irmãos Lopes ainda continuaram a garimpagem ilegal por algum tempo, até serem presos, juntamente com pessoas de Cachoeiras ligadas a eles.⁶²

Até aquele momento, não havia uma definição a respeito de que capitania pertencia a esse espaço, se a Minas Gerais ou ao Rio de Janeiro. Clélio Erthal aponta para o fato de que estavam envolvidos, no garimpo ilegal, civis e militares da capitania de Minas, e relata a recusa do governador em entregá-los para serem julgados, alegando serem eles agentes de sua confiança.⁶³ Tais fatos desagradaram ao vice-rei, D. Luiz de Vasconcellos, que governava a capitania do Rio de Janeiro, a capital da colônia do Brasil, e o mesmo pôs em prática as ordens da Coroa Portuguesa em povoar os Sertões do Macacu, passando a conceder sesmarias na região. “Os Sertões do Macacu iriam, enfim, ser incorporados à história da Capitania.”⁶⁴

Os Sertões do Macacu, tornaram-se, então, parte da capitania do Rio de Janeiro e, por meio de um alvará, o governo colonial permitiu a ocupação “oficial” dos sertões e passou a fiscalizar a região, para que nenhum outro garimpo ilegal se formasse. Nesse momento, o descoberto tornou-se o *Arraial das Novas Minas do Cantagallo*⁶⁵ fundado a partir de uma enorme expectativa: o ouro. A Coroa autorizou a abertura das estradas para facilitar o trânsito entre o arraial e a capitania do Rio de Janeiro e promover seu povoamento.

O arraial das Novas Minas de Cantagallo, então, foi anexado à Vila de Santo Antônio de Sá e assim seguiu até ser elevado à Vila, e mesmo antes de ser “oficializado”,

⁶⁰ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 37.

⁶¹ MAWE, John. *Viagens ao interior...* pp. 97.

⁶² GARCIA, Romyr Conde. *O Mão de Luva e os sertões...* pp. 250.

⁶³ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro...* pp. 61.

⁶⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro...* pp. 66.

⁶⁵ O nome Cantagalo deve-se a mais uma estória profundamente difundida até os dias atuais. O viajante John Mawe que esteve em Cantagalo em 1809 registrou-a, e segundo este quando o governo colonial soube que Mão de Luva, seu bando e outros mineradores estavam garimpando ouro ilegalmente nos sertões, enviou agentes para prendê-los. No entanto os tais ficaram perdidos em meio às florestas que compunham a paisagem dos sertões do Macacu e só então descobriram o local do arraial após ouvirem o cantar de um galo, denunciando a presença de pessoas nas proximidades.

o arraial já era escravocrata. Segundo Rodrigo Marreto, no século XVIII, a produção escravista decorria através do garimpo ilegal e, após o domínio do governo colonial, a presença dos escravos expandiu-se consideravelmente. Ainda, em meados do século XIX, a população escrava era maior que a livre,

Aliás é importante destacar que até 1856 quase 60% da população da vila continuou sendo formada por escravos, o que confere destaque para o espaço de produção escravista constituído na região. [...] Sem dúvida, a Cantagalo do século XIX era um espaço escravista em expansão.⁶⁶

O metal precioso, que atraiu os aventureiros da capitania de Minas Gerais, continuou a ser explorado com grandes ambições, porém sob a vigilância da Coroa portuguesa. Além de centros policiados, o governo colonial criou a Casa do Registro do ouro, sob comando de um Tesoureiro e um Superintendente que fariam a fiscalização das extrações do ouro, garantindo o pagamento do quinto. Haruf Espíndola explica que a ação de fiscalizar determinado território remete a uma forma de estabelecer a ordem pública,

Essa ação assumiu um caráter territorial: conquista e ocupação militar, controle dos acessos fluviais e terrestres, contato e atração dos povos nativos, indução do povoamento, introdução de atividades econômicas, abertura de meios de comunicação e transporte, exercício da coerção militar e policial, mediação dos interesses privados, estabelecimento da ordem pública e imposição da vontade estatal.⁶⁷

A região foi liberada para quem estivesse disposto a desbravá-la, porém tendo como pré-requisito o pagamento dos tributos exigidos pela Coroa. Foram concedidas sesmarias aos interessados, nas jazidas do arraial, “ [...] a concessão de datas só poderia ser efetuada àqueles com recursos suficientes, capazes de assegurar o êxito do empreendimento sem ônus para o erário público”.⁶⁸ A abertura de estradas também viabilizou a ocupação legal dos sertões, além de evitar a proliferação dos descaminhos do ouro, visto que as estradas ligavam o arraial ao Rio de Janeiro.

O ouro no arraial não teve tanta opulência quanto em outras zonas de garimpo, como em Minas Gerais, mas a mineração teve importância para o início do desenvolvimento do arraial. Segundo Sheila de Castro Faria, o ouro extraído do arraial até o início do século XIX pode não ter sido vantajoso para a Coroa, que investiu em oficiais e guardas e mandou construir casas e armazéns para as tropas, não tendo um retorno desejado das lavras, mas “pode ter sido uma das fontes de acúmulo de capital para

⁶⁶ MARRETO, Rodrigo Marins. Os sertões do leste... pp. 73.

⁶⁷ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira... pp. 82.

⁶⁸ MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo & Filhos*... pp. 26.

a formação das primeiras fazendas”.⁶⁹ Rodrigo Marreto explica que a atividade mineradora nas Novas Minas do Cantagallo dividia lugar com a agricultura de subsistência, mas foi como um embrião da cafeicultura posterior.⁷⁰

Nesse momento, com a nova onda de povoamento do arraial, podemos apontar as novas relações sociais dentro do espaço regional. Esse movimento social irá marcar uma nova região, com relações sociais, políticas e econômicas. “[...] deve-se fazer coincidir as delimitações do meio ambiente com as delimitações da região antropogeográfica, não perdendo de vista que as relações entre o homem e o espaço não são imóveis.”⁷¹

Após o período da mineração no arraial, o descontentamento apareceu em decorrência do esgotamento das jazidas. A real situação era que o garimpo ilegal, que perdurou por cerca de cinco anos, consumiu os leitões e córregos dos sertões, afugentando os mineradores ávidos em constituir fortuna. Outros permaneceram e dedicaram-se às lavouras que prosperavam. E com a virada do século XVIII para o século XIX, a nova estratégia do governo colonial para o arraial foi de dar apoio ao cultivo da terra. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro traz as novas propostas para o arraial no ano de 1805:

Do que fica exposto se vê que as referidas minas não podem pagar o ordenado da sua superintendência, o qual por provisão do real erário de 2 de Julho do corrente anno se mandou satisfazer pelo rendimento d’ellas, e que é preciso ocorrer a este estabelecimento com uma providência tal que, tirando-se d’elle por parte da real fazenda a utilidade de que é susceptível como terreno mineralizante, se aumente também a sua população e cresça a respectiva lavoura, sempre mais pingue do que as especulações mineraes, *maximè* em uma capitania marítima como esta, e em um terreno virgem, como se reputa o d’aquellas minas.

[...] os mineiros ou faisqueiros d’aquelle districto sejam obrigados, sem remissão, a cultivar as sesmarias das suas datas, procurando-se assim, quando menos, um grande excedente do trabalho d’aquella povoação, que augmentará o mercado d’esta praça e a exportação para a metrópole de mais gêneros privilegiados. [...] seriam sempre mais uteis a S.M. e ao público as lavouvas de café, assucar, e a criação de gados nas sesmarias dos sertões do Macacú, ainda pela maior parte incultos, do que as grandes lavras de Cantagallo e dos outros sítios dos districto do mesmo sertão.⁷²

⁶⁹ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 13.

⁷⁰ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 38.

⁷¹ SANCHES, Marcos. *Região e história...* pp. 16.

⁷² *Notícias e Reflexões sobre as Minas de Canntagallo*. Revista do IHGB, vol.12, pp. 521-523. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsMjBCWDIFbmo2Zm8/view. Acessado em 09 de outubro de 2019.

Iniciou-se no arraial uma nova fase: o florescimento da agricultura. Vanessa Melnixenco afirma que, mesmo que o sistema de sesmarias tenha sido suspenso em 1824, os requerimentos de terras para essa região continuaram acontecendo.⁷³ Inicialmente o arraial produzia milho, feijão, fumo, mandioca, bananas, laranjas e criavam-se galinhas, cabras e porcos. Sheila de Castro Faria acrescenta que no arraial criavam-se gado e animais de carga como mulas e bestas, porém a criação de porcos era realmente numerosa. A historiadora, que analisou diversos inventários do início do século XIX, afirma que,

A família mais rica da amostra, de 1817, com 27 escravos, tinha “cem cabeças de porcos de pasto avaliadas em trinta e cinco mil e duzentos réis”. Para a engorda, os cercavam, porque há indicação de “porcos de ceva”: “quarenta cabeças de porcos de ceva em princípio de engordar avaliadas em quarenta mil réis”. Além disso, criavam “dez carneiros avaliados em dez mil réis”.⁷⁴

Os gêneros cultivados nesse arraial faziam o sustento dos moradores e os excedentes eram exportados para o Rio de Janeiro, tais como: feijão, galinhas, mandioca, ovos e banha, que desciam a serra em lombos de burros até Porto das Caixas e, de lá, seguiam para o Rio de Janeiro. Mais tarde, com o florescimento do café, essa rota se tornaria mais movimentada e próspera. De acordo com Mirian de Cristo, as rotas por onde o café era escoado deram origem às novas vilas, trazendo prosperidade à essas áreas.⁷⁵

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, grandes mudanças estariam para acontecer no arraial das Novas Minas do Cantagallo. Segundo Fania Fridman, “[...] o Estado propiciou a abertura de caminhos e a criação de novas sedes, política joanina conhecida como “virada modernizadora” que permitiu a integração do território.”⁷⁶ Essa política joanina favoreceu a emancipação de territórios em crescente produção. Em 9 de março de 1814, o arraial foi desmembrado da Vila de Santo Antonio de Sá e foi elevado à vila pelo príncipe regente D. João VI, passando a ser chamada de Vila de São Pedro do Cantagallo e teve seus limites redefinidos:

Eu o Príncipe Regente faço saber aos que o presente alvará com força de lei virem, que contando na minha real presença, por officio do Procurador da minha Real Coroa e Fazenda, e consulta da Mesa do meu Desembargo do Paço, a necessidade de se crear uma Villa no Arraial e

⁷³ MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo & Filhos...* pp. 28.

⁷⁴ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp.13.

⁷⁵ CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. *A Elite imperial entre mulas, bruacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831-1874)*. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018, pp. 34.

⁷⁶ FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil imperial. In: *Anais do I Simpósio brasileiro de cartografia histórica: Passado presente nos velhos mapas- conhecimento e poder*. Paraty, 2011, pp. 8. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf. Acessado em 09 de outubro de 2019.

Districito das Novas Minas do Cantagallo, para ocorrer ao vexame em que os seus habitantes se acham, de acudirem às ordens das Justiças da Villa de Santo Antonio de Sá, em distancia de mais de 22 leguas, obrigados a passar a Serra por caminhos ásperos e cortados de rios caudalosos; desamparando entretanto as suas lavouras com notável prejuízo seu, do augmento da agricultura e das rendas do Estado; e querendo eu que os moradores daquele fértil território se empreguem sem desvio no exercício da lavoura, e tenham entre si o amparo da justiça para policiar, manter em paz e decidir-lhe as suas pendencias: hei por bem, conformando-me com o parecer da referida Mesa, erigir em Villa o dito Arraial como nome de Villa de S. Pedro de Cantagallo; e terá por limites todo o território que se compreende desde o Rio Parahyba, [...] correndo pelo alto da Serra dos Órgãos e a partir com os Termos das Villas de Magé, Macacú e Campos dos Goitacazes até fechar no mesmo Rio Parahyba, o qual lhe servirá de divisa em toda a extensão da parte da Provincia de Minas Geraes.⁷⁷

A instituição da Vila de São Pedro do Cantagallo significava que, a partir daquele momento, o arraial já tinha condições de abrigar um governo local, sendo uma unidade independente. O alvará assinado por D. João VI assinala que um dos principais motivos para a emancipação do arraial era a distância entre o arraial e a Vila de Santo Antonio de Sá e as dificuldades que os moradores tinham de enfrentar para buscar algum auxílio jurídico na dita vila. No entanto, o desenvolvimento das lavouras foi um fator de maior peso para a sua emancipação. Segundo Fania Fridman, as novas vilas formadas na capitania do Rio de Janeiro eram como elementos sustentadores da economia: locais comerciais de refino e de beneficiamento dos produtos, além da oferta de mão de obra.⁷⁸ Dessa forma, a Vila de Cantagallo tornou-se promissora na capitania do Rio de Janeiro.

1.2 A Igreja e o café: O desenvolvimento socioeconômico da Vila

Com a exploração das terras brasileiras, a Coroa portuguesa promoveu o povoamento das áreas “desabitadas”, a fim de manter o poder sobre a colônia, e nesse processo, quase sempre a presença dos grupos indígenas significava um grande obstáculo a ser transposto para que os objetivos do governo colonial tivessem êxito. Um meio para manter os indígenas sob domínio do “homem branco” foi a missionação das comunidades nativas.

⁷⁷ Alvará de 9 de março de 1814. Coleção das Leis do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

⁷⁸ FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense... pp. 9.

A cristianização das comunidades nativas significava ao mesmo tempo a difusão da fé, abolição da cultura indígena e a tranquilidade dos colonos em explorar a terra sem terem que entrar em conflito com os índios. De acordo com Cláudia Rodrigues e Maria Conceição Franco, as paróquias representavam a presença do Estado, “[...] a aliança estreita e, por muitos séculos indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a fé e o império.”⁷⁹ Nessa empreitada, a presença da Igreja na Vila foi primordial para a eficácia em transformar os índios em súditos, cristianizando-os. Eram formados aldeamentos, que segundo Fania Fridman eram,

também chamadas de aldeias de repartição, missões ou reduções, estas entidades católicas exerceram importante papel no proveito do território e como viveiro de mão de obra cativa que os missionários alugavam para os moradores dos arredores [...]. Localizadas em pontos estratégicos para a defesa do mar, dos rios, do sertão e onde, muitas vezes, edificavam-se fortalezas, entre suas funções incluíam-se a catequese e a educação pelo trabalho. Estes arraiais revelam a forte relação entre o Estado português e a Igreja em seu projeto “civilizatório”.⁸⁰

É importante destacar que, após a conquista dos Sertões do Macacu e a formação da Vila de Cantagallo, a presença dos índios fazia parte do cotidiano da população e mesmo que alguns índios se rendessem ao domínio do homem branco, muitos deles passaram a integrar-se à sociedade, principalmente através dos ritos religiosos. No ano de 1786, foi erguida a Igreja do Santíssimo Sacramento e com ela todas as questões que estavam ligadas ao aldeamento entraram em vigor. Segundo Márcia Malheiros,

Assim, desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, o empreendimento do contato, catequese e civilização dos índios “brabos” nos sertões do Rio de Janeiro não estará a cargo de uma agência mediadora com status diferenciado em relação a outras – como parece ter ocorrido com os jesuítas –, agora a ação indigenista contará com variados “tipos” de atores – frades, padres seculares, militares, fazendeiros – os quais, apesar das diferentes origens, formações e interesses, estarão, a grosso modo, em consonância com uma política de expansão da fronteira agrícola, extrativista e pastoril pelos “sertões”.⁸¹

Vinicius Maia Cardoso pontua que a expansão da fé, por meio do aldeamento dos indígenas, foi um dos fatores preponderantes na formação da sociedade colonial no Vale

⁷⁹ RODRIGUES, Cláudia. FRANCO, Maria Conceição V. Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos. (Orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)* – Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 66.

⁸⁰ FRIDMAN, Fania. *Cartografia fluminense...* pp. 4.

⁸¹ MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira...* pp. 47.

do Macacu. O autor ressalta que a formação das elites foi fundamentada também pelo apresamento dos índios, transformando-os em força de trabalho disponível.⁸² Analisamos registros de batismos de índios adultos e inocentes (crianças), nos fragmentos do Livro de Batismo 040A, do período de 1792 a 1813, do acervo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, e eles indicam o projeto cristão da Coroa sendo posto em prática.

O batismo significava, segundo Renato Franco e Adalgisa Campos, um rito de iniciação, no qual o sujeito inseria-se na sociedade, e esse, mesmo não coincidindo com o nascimento biológico, estava atrelado à entrada do sujeito à vida religiosa e social. “[...] o batismo, além de ser o rito de iniciação à vida religiosa, constituía-se também numa forma de reconhecimento social, num período de mútua ingerência entre o estado e a religião.”⁸³ Para as comunidades nativas, o batismo funcionava como forma de transformar os índios em fiéis vassallos do rei e, no caso desse projeto cristão não atingir os objetivos esperados, o governo incentivava a guerra contra os grupos indígenas “bárbaros”. A Carta Régia de 13 de maio de 1808 deixa claro que, se os índios não aceitassem viver sob “o doce jugo das leis” lhes seria imposta uma guerra, para que não mais atrapalhem os proprietários “gerando prejuízo seu e da Real Coroa”:

[...] tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldear-se e a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce, debaixo das justas e humanas Leis que regem os meus povos; e até havendo-se demonstrado, quão pouco util era o systema de guerra defensivo que contra elles tenho mandado seguir, visto que os pontos de defeza em uma tão grande e extensa linha não podiam bastar a cobrir o paiz: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos, em primeiro lugar: Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada contra estes Indios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como ja o são as immensas variedades de Indios que nestes meus vastos

⁸² CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu século XVIII e XIX*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009, pp. 54.

⁸³ FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*. n.31, pp. 21-40, 2004, pp. 23

Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social.⁸⁴

Os batismos dos índios analisados datam do ano de 1798 ao ano de 1813 e somam um total de 11 batismos de adultos e 66 batismos de inocentes, totalizando 77 registros. Os assentos indicam que os índios eram provenientes de aldeias das redondezas da vila, principalmente às margens do Rio Paraíba; eram do grupo dos Coroado e os padrinhos dos batizados eram os fazendeiros da região. Durante esse período, encontramos os batismos dos índios em grande maioria nesse livro, o que pode indicar que, nos anos seguintes, os índios já estavam integrados à sociedade cantagalense, tanto que a nomenclatura “índio” não aparece nos registros de batismo.

Não encontramos, no recorte temporal analisado, nenhum batismo de índios do grupo dos Puri. Portanto, acreditamos que esses indígenas não aceitaram adaptar-se à cultura dos brancos. Quanto a essa questão, a historiadora Márcia Malheiros afirma que os Puri aparecem nas fontes históricas com uma selvageria mais acentuada. “Em diferentes ocasiões os Coroado foram apresentados como mais abertos à comunicação com os brancos.”⁸⁵

Da mesma forma, o rito do batismo alcançou os escravos na Vila de Cantagallo. De acordo com Anderson de Oliveira, a Igreja intensificou as ações na tarefa de inserir os “homens de cor” na cristandade, promovendo também os santos pretos para servirem como exemplos de virtudes cristãs a serem seguidas. O historiador ainda ressalta que a preocupação com o domínio dos escravos não estava alheia à necessidade de torná-los cristãos, tanto que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia traziam um catecismo especial para eles.⁸⁶ Vinicius Cardoso afirma que o batismo era uma das formalidades do tráfico negreiro. “No porto de embarque na África ou já no Brasil, era obrigatório se batizar os cativos.”⁸⁷ A presença maciça dos escravos na vila resultou em um grande volume de registros de batismos, assim como um livro específico para esse tipo de documento. A seguir, transcrevemos o termo de abertura do Livro de Batismos nº 005, datado de 1853 a 1870, destinado apenas às pessoas escravizadas,

⁸⁴ Carta Régia de 13 de maio de 1808. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html>. Acessado em 08 de junho de 2020.

⁸⁵ MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira...* pp. 122.

⁸⁶ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e Escravidão africana no Brasil Colonial. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. v.10, n.18, jul-dez, pp.355-387, 2007, pp. 362.

⁸⁷ CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio...* pp. 158.

“Servirá este Livro para nele se lançarem os assentos das batizadas das pessoas escravas desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Cantagalo o qual vai por mim numerado e rubricado com o apelido que que uso, Teixeira Jr e número de folhas consta no termo de encerramento. Cantagalo, 24 de dezembro de 1852. Manoel Teixeira de Souza Junior. Juiz Municipal Substituto.”⁸⁸

Esse trecho do termo de abertura do Livro de Escravos mostra a grande quantidade de escravos na Vila. Quanto a essa questão, em 1857 o periódico *O Parahyba* registra uma nota de falecimento de um dos fazendeiros de Cantagallo que possuía uma vasta escravaria. “Faleceu um dos mais abastados fazendeiros da província do Rio de Janeiro, o Sr. Jose Pedro Alves, possuidor de mais de 400 escravos e três grandes fazendas no município de Cantagalo.”⁸⁹ Porém a existência de um Livro de Batismos de Escravos confirma a força da Igreja no que diz respeito ao processo colonizador, ou seja, o ritual do batismo sendo utilizado para legitimar o poder senhorial sobre os escravizados.

Além disso, há outra informação que pode ser analisada nesse Livro, que é a crescente hierarquização da sociedade cantagalense. Roberto Guedes e Julia Aguiar afirmam que as autoridades da Igreja mandavam separar os livros entre pessoas brancas, livres e pretos ou escravos. Pois os párocos viviam em hierarquias sociais escravistas e era necessário “[...] por cada um no seu lugar”.⁹⁰ Na Vila de Cantagallo, o registro de batismo dos escravos e de seus filhos era feito no mesmo livro dos livres até 1842 a partir de 1850, houve essa separação de livros indicando o crescimento das hierarquias sociais e da elite cafeeira. De acordo com os historiadores,

A norma canônica determinava somente que cada igreja custeasse e encadernasse seus livros de batismo e se enunciasses de onde eram e para o que serviriam. Explicitamente, não ordenaram a separação jurídica e de cor dos paroquianos. Foram as autoridades do bispado do Rio de Janeiro que insistiram nessas distinções. [...] Contudo, os párocos das freguesias viviam em meio a hierarquias sociais de uma sociedade de Antigo Regime escravista criadas em cada época e lugar. Como muito da vida se passava em função das paróquias, como a lei canônica não especificava livros para “brancos e forros” e como os padres eram responsáveis por fazer os livros, os seus assentos também indicam classificações sociais

⁸⁸ Livro de Escravos 005, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1853, pp. 1. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

⁸⁹ *O Parahyba*, ed. 04, 1857, pp. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809047&pasta=ano%20185&pesq=> . Acessado em 01 de dezembro de 2019.

⁹⁰ AGUIAR, Júlia Ribeiro; GUEDES, Roberto. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In. GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. (Orgs.) *História social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, pp. 96.

jurídicas e de cor próprias dos paroquianos. Essas vivências locais faziam frestas nas normas.⁹¹

A atuação marcante da Igreja também pôde ser percebida após a chegada de imigrantes europeus. Nessa questão, o batismo funcionou como forma de inserção do sujeito à sociedade, considerando que o catolicismo era a religião oficial na Colônia e posteriormente no Império. “Afinal é igualmente sabido que a religião informava as demais esferas da vida pública.”⁹² Abaixo o batismo de um imigrante alemão, adulto:

“Aos vinte dias do mês de novembro de mil oitocentos e trinta e nove, nesta Igreja Matriz da Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, batizei solenemente e pus os santos óleos ao adulto João Daudt, de nação Alemã, o qual depois de fazer a sua profissão de fé, e abjurar todos os erros da seita que seguiu pela criação e educação de seus pais, abraçou e jurou seguir a religião Católica Apostólica Romana, para o que repetiu o símbolo dos apóstolos e que é filho legítimo de Henrique Daudt e Ana Barbara, alemãos, foram padrinhos José Lucindo da Silva e protetora Nossa Senhora do Livramento. E para constar mandei lavar o presente assento em que assino. O Vigário Encomendado, José de Santa Monica Diniz.”⁹³

O batismo do imigrante João Daudt mostra uma forma de inserção do mesmo à sociedade cantagalense. Após “fazer sua profissão de fé e abjurar os erros da seita”, o imigrante agora estaria apto a integrar-se à sociedade e a gozar de todos os benefícios que lhe eram concedidos. Mesmo sendo permitida a prática de outras religiões no Império do Brasil, a partir de 1824, pela Constituição do Brasil, a religião Católica Apostólica Romana continuava a ser religião oficial do Império. Portanto, para se integrar a um grupo, onde a Igreja estava presente em todos os seguimentos sociais, a saber, em nascimentos, casamentos e mortes, seria necessário mudar de profissão de fé. Segundo Keila Grinberg, para as pessoas não católicas, não havia nenhum registro civil de nascimento, ou casamento, o que gerava um grande problema na decisão sobre os destinos de propriedades e bens⁹⁴, o que podemos concluir como motivo óbvio para uma troca de religião.

Além do papel social da Igreja na integração dos sujeitos, política e culturalmente, a presença da Igreja do Santíssimo Sacramento também significava o crescimento econômico da vila, pois a presença de uma paróquia era acompanhada de alguns fatores.

⁹¹ AGUIAR, Júlia Ribeiro; GUEDES, Roberto. Pardos e pardos forros... pp. 97-98.

⁹² FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados... pp. 40

⁹³ Livro de Batismo 001, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1839, pp. 75V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

⁹⁴ GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, pp. 38.

Fania Fridman afirma que a elevação à paróquia indicava a capacidade da comunidade em sustentar o padroado, além de indicar que a comunidade tinha a necessidade de satisfazer as obrigações religiosas.⁹⁵ Cláudia Rodrigues e Maria Conceição Franco explicam que, se por trás de uma capela estava um grupo de colonos interessados em serem reconhecidos como cristãos, por trás de uma paróquia estava o Estado como forma de legitimação do domínio sobre a área em questão.

As paróquias instituídas por intermédio da Cora portuguesa, no âmbito do padroado régio, eram designadas de coladas; ou seja, mantidas pela Coroa em caráter vitalício. De modo geral, a paróquia colada indicava o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais e metropolitanas, da consolidação de áreas de ocupação com certa representatividade econômica ou expressão política, que deveria se expressar na capacidade demonstrada pelos colonos para levantar uma igreja e aparelhá-la adequadamente ao culto, além do pagamento do dízimo por parte dos fregueses que, pelo direito do padroado, pertencia à Coroa.⁹⁶

A economia da Vila começou a crescer mediante o avanço da agricultura. Como já discurremos, a agricultura começou a ser incentivada, obtendo resultados favoráveis com seus excedentes, sendo comercializados no Rio de Janeiro. Mas o florescimento do cultivo do café impulsionou a economia, pois antes mesmo da sua elevação à vila, já havia a produção do café. Sheila de Castro Faria explica que, de acordo com alguns inventários por ela analisados, a produção de café teve início na primeira década do século XIX,

José Joaquim Soares tinha em 1832, na fazenda das Lavrinhas, seis mil pés de café velhos, 15 mil pés maduros, 14 mil quase em produção e 27 mil novos, num total de pés plantados avaliado em 8:540\$000. Um cafezal demorava cerca de 4 a 5 anos para dar os primeiros frutos e, nos 15 a 20 anos seguintes, entrava em franca produção. Depois, ficava velho e sua colheita não era mais vantajosa. Um cafezal indicado como velho significava estar com mais de 20 anos. A fazenda teria, então, começado a produzir café em torno de 1810 [...].⁹⁷

Já Henrique Bon ressalta que, em 1809, o fazendeiro Miguel Felix Almada possuía 5000 pés de café,⁹⁸ bem antes da elevação do arraial à vila. Tais dados nos levam a concluir que o florescimento deste produto na região também influenciou o desmembramento da Vila de Santo Antonio de Sá e a criação de um governo local, estruturado na produção agrícola.

⁹⁵ FRIDMAN, Fania. *Cartografia fluminense...* pp. 7.

⁹⁶ RODRIGUES, Cláudia. FRANCO, Maria Conceição V. *Notas sobre...* pp. 66.

⁹⁷ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 21-22.

⁹⁸ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 148.

O café mudou a paisagem da Vila de Cantagallo: as matas fechadas foram substituídas pelas inúmeras plantações da rubiácea fomentando o trânsito de tropas que levava o café para Porto das Caixas e trazia produtos da corte para a Vila e a presença dos escravos aumentou consideravelmente. De acordo com Vanessa Melnixenco, a Vila possuía uma vasta produção de café em 1820, tanto quanto outras regiões do Vale do Paraíba. “Além das terras virgens em abundância, da mão de obra farta e da existência de tropas de muares [...] a região contava com excelentes condições geográficas para a cultura do café.”⁹⁹ Podemos notar a construção de uma outra região, estruturada na produção agrícola de larga escala, resultando na formação de uma elite. A homogeneidade dessa região está atrelada à produção cafeeira com mão de obra escrava, pois, de acordo com José D’Assunção Barros, os elementos formadores da identidade regional, não são, necessariamente, estáticos.¹⁰⁰

De acordo com Mirian de Cristo, em 1839, a exportação anual do café plantado na Vila de Cantagallo chegou a 200 mil arrobas (uma arroba equivalia aproximadamente a 12kg), e cada arroba custava de 800\$000 para os fazendeiros.¹⁰¹ “Chegam as autoridades e os impostos, os capatazes e as fortunas em dinheiro. Cantagalo progredia.”¹⁰² O viajante Tschudi registrou a produção cafeeira de uma fazenda da vila e a quantidade de escravos necessários para o trabalho nas lavouras no período de 1847 a 1860:

Quadro 1: Produção cafeeira em uma fazenda da Vila de Cantagallo nos anos de 1847-1860.

| Ano | Nº de pés de café | Trabalhadores | Pés de café por trabalhador | Colheita média por trabalhador |
|-----------|-------------------|---------------|-----------------------------|--------------------------------|
| 1847-1850 | 72.000 | 34 | 3.934 | 135 arrobas |
| 1851-1854 | 123.750 | 38 | 3.790 | 182 arrobas |
| 1855-1860 | 125.200 | 45 | 3.822 | 137 arrobas |

Fonte: TSCHUDI, J. J. Von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1866, pp.39.

⁹⁹ MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo & Filhos...* pp. 42.

¹⁰⁰ BARROS, José D’Assunção. *História, Espaço, Geografia...* pp. 33.

¹⁰¹ CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. *A Elite imperial entre mulas...* pp. 130.

¹⁰² MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, pp. 123

Com o café, houve o surgimento de uma classe senhorial sempre aspirando a posições mais elevadas e fazendo alianças com o Estado. De acordo com José Antonio Seixas, a sociedade fluminense oitocentista tinha como meios de ascensão social o acúmulo de bens e a ocupação de cargos públicos. O autor afirma que os ocupantes dos cargos de juiz de paz, vereador e subdelegado de polícia eram predominantemente os fazendeiros de café.¹⁰³ O número de fazendas de café na vila também aumentou, no decorrer dos anos, de acordo com o desenvolvimento das lavouras:

Em 1850 o município de Cantagalo já tinha 111 fazendas de café, segundo o Almanak Laemmert; das quais 6 com terreiros de pedra, estufas de secagem e engenhos de pilões [...]. Em 1853 o número de fazendas subiu para 210, com 86 dotadas dos requisitos necessários ao beneficiamento do produto. Em 1854 essas cifras ascenderam a 309 e 94, respectivamente; em 1857 subiram para 381 e 105; em 1858 para 393 e 139; em 1860 para 733 e 181¹⁰⁴.

O café transformou a Vila de Cantagallo em um lugar próspero e relevante e muitos barões do café ocuparam esse espaço, sendo o mais conhecido Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo. De acordo com Leila Alegrio, a fortuna acumulada pelo Barão foi extraordinária e é possível constatar o grande número de fazendas que ele possuía de forma individual ou em sociedade com outros fazendeiros.¹⁰⁵ Além disso, o Barão de Nova Friburgo foi um dos idealizadores da *Estrada de Ferro de Cantagallo* que, segundo Tschudi, transportava até Cachoeira, diariamente, de 500 a 600 sacas de café, encaminhadas ao Rio de Janeiro.¹⁰⁶ A Vila ganhou fama e notoriedade devido às prósperas lavouras de café, e tal atenção culminou em um projeto ousado: a ocupação de terras feita pelos europeus, a partir da criação de uma Colônia Suíça.

1.3 Projeto em pauta: a criação da Colônia Suíça

A Vila de Cantagallo começou a desenvolver-se de maneira proeminente, após sua emancipação. Segundo Sheila de Castro Faria, a rapidez com que a cafeicultura de grande porte instalou-se e o interesse de comerciantes de escravos em investirem no café

¹⁰³ SILVA, José Antonio Seixas. *A família Castro Abreu Magalhães: uma análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na província do Rio de Janeiro (1836-1898)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018, pp. 52-53.

¹⁰⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 199.

¹⁰⁵ ALEGRIO, Leila Vilela. *Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense (Cantagalo)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 37.

¹⁰⁶ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1866, pp. 108.

da região, resultaram na criação de grandes unidades agrícolas escravistas.¹⁰⁷ A montagem dessas grandes unidades agrícolas tornou a região atrativa e propensa ao povoamento e à criação de uma sociedade de acordo com o modelo europeu.

Desde a chegada da família real ao Brasil, houve uma intensa preocupação em construir uma sociedade, seguindo os padrões europeus. Henrique Bon discorre que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil estimulou o processo ideológico de edificação da sociedade sob a égide política, étnica e cultural europeia.¹⁰⁸ E a quantidade de escravos gerou a necessidade de “branquear” a sociedade, e “civilizar” a população para criar no Brasil uma “nova Europa”. Segundo Giralda Seyferth, a questão racial foi um dos mais fortes fatores para o projeto imigratório,

A questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1808, antes da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional. Desde então a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas.¹⁰⁹

Além do tema racial, a questão econômica também contribuía para a construção do projeto de imigração. A produção do café era um investimento em potencial, assim como ocupar as áreas vazias com pessoas dispostas a colonizá-las. Segundo Mateus Barradas, a política de D. João estava voltada para a interiorização e consolidação do território brasileiro¹¹⁰, daí a possibilidade de trazer ao Brasil imigrantes europeus. Lucia Lippi de Oliveira assevera que “a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitia a posse do território e a produção de riquezas.”¹¹¹ Partindo dessas premissas, compreendemos que a criação da Vila Suíça não foi um fato isolado ou fruto do acaso.

Em 1817, D. João VI recebeu do suíço Sebastien-Nicolas Gachet a proposta de estabelecer no Brasil uma colônia suíça. Segundo Henrique Bon, a sugestão de Gachet estava fundamentada no interesse de conseguir uma série de vantagens comerciais.¹¹² Mateus Barradas explica que a proposta inicial de Gachet era voltada para o desenvolvimento da agricultura brasileira, buscando construir seus negócios no “novo

¹⁰⁷ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 25.

¹⁰⁸ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 31.

¹⁰⁹ SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. n. 53, pp. 117-149, 2002, pp. 118.

¹¹⁰ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos em Nova Friburgo nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018, pp. 71.

¹¹¹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, pp.13.

¹¹² BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 31-32.

mundo”. Porém, suas ideias chamaram a atenção do governo suíço, fazendo com que fosse ampliada os planos de criar em solo brasileiro uma colônia de suíços.¹¹³

Em 1818, concluídas as negociações com o governo suíço, D. João VI autorizou a criação de uma colônia suíça, na fazenda do Morro Queimado, situada no território da Vila de Cantagallo. É importante observar, que a vila foi escolhida para abrigar os imigrantes, em decorrência da crescente economia local e, de acordo com Maria Janaína Corrêa, também por Cantagallo ser uma vila próxima à Corte, o que facilitaria a proteção real.¹¹⁴ No alvará de criação da colônia suíça, D. João VI deixa claro seus objetivos em relação ao projeto:

Eu EL-REY faço saber aos que este Alvará virem: Que tendo estabelecido no districto de Cantagallo e Fazenda denominada Morro-Queimado, huma Colonia de Suissos para promover a prosperidade deste Meu Reino do Brazil, e devendo-se esperar que da sua indústria aplicada à fertilidade dos terrenos que lhe Tenho concedido, resulte em breve tempo, pela abundância dos meios de subsistência, grande aumento de população [...].¹¹⁵

A partir de então, iniciou-se o período de recrutamento e seleção das famílias que poderiam imigrar para o Brasil. Gachet seria o responsável por escolher cem famílias para formarem a população da colônia suíça. As despesas da viagem seriam pagas pelo governo brasileiro, onde cada família receberia um terreno para o cultivo das lavouras. Segundo o decreto de criação da vila suíça de 1818, D. João VI oferecia às famílias recrutadas muitos benefícios para o povoamento assim como condições expressas,

Art. 1º - Tendo-se Sua Majestade dignado de aceitar as ofertas do Cantão ele Fribourg· relativas à uma colonisação de Suissos no Brazil, concede o mesmo Senhor a todos os individuos do mesmo Cantão, e aos dos outros Cantões, a faculdade de virem fixar-se nos Seus Estados da America; e por um effeito da sua real munificência ha por bem mandar pagar as despezas pertencentes a um número de famílias de colonos, homens, mulheres e crianças, até preencher o número de cem famílias todas ela Religião Catholica e Apostolica Romana.

Art. 2º - Em consequencia desta graça, Sua Majestade se digna pagar a passagem destes colonos até ao porto elo Rio de Janeiro, e dar-lhes os meios e viveres necessários para se transportarem para o districto de Cantagallo, que é o seu destino, 24 leguas longe ela Capital.¹¹⁶

¹¹³ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 30.

¹¹⁴ CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *A representação da cidade-salubre: uma leitura do cotidiano da cidade de Nova Friburgo através da imprensa: 1890-1900*. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2008, pp. 32.

¹¹⁵ Alvará de Criação da Vila Suíça, 1820. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1473>. Acessado em: 09 de outubro de 2019.

¹¹⁶ Coleções das leis do Brasil, 1818. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

A primeira parte do decreto de criação da colônia suíça demonstra as vantagens que o governo brasileiro doaria às famílias que se aventurassem no além-mar, como viagem paga, terreno, casa e proventos por dois anos, além de meios para iniciarem a produção agrícola. No período da elaboração desse projeto, a Suíça estava vivendo uma grave crise econômica.

Henrique Bom identificou que após as guerras napoleônicas, a França tentou proteger a sua economia, através de elevadas tarifas aduaneiras, prejudicando o mercado suíço e gerando paralisação na indústria e conseqüentemente o desemprego.¹¹⁷ Jorge Miguel Mayer descreve que, além da crise econômica dos 1815 a 1817 o desemprego, e o rigor do inverno em 1817 destruiu as colheitas e causaram fome.¹¹⁸ Considerando a crise econômica, Tschudi assevera que “o governo do cantão de Friburgo resolveu facilitar à parte da população, a mais pobre, a imigração para além-mar”¹¹⁹. Para tanto, estabelecer-se no “novo mundo” trazia esperanças de uma vida melhor.

Mas a realidade foi bem diferente do exposto no decreto. Jorge Mayer explica que Gachet recrutou cerca de 261 famílias de vários cantões, excedendo em muito o limite pré estabelecido por D. João VI. Henrique Bon afirma que Gachet ganharia uma remuneração de cem pesos espanhóis “*per capita*” dos suíços que recrutaria ao Brasil, recebendo tal valor integralmente, após o desembarque das famílias no Brasil e, por isso foi além no número exigido de recrutados. O autor também explica que famílias inteiras de suíços, com pleno direito de cidadania, sem dívidas sociais, propuseram-se a imigrar.¹²⁰ Segundo Mateus Barradas, a imigração teve um duplo caráter: de um lado ela seria espontânea, com pessoas aderindo a ela livremente; e por outro lado, seria dirigida de modo que alguns cantões forçaram pobres, órfãos, revolucionários, mães solteiras e bastardos a emigrar.¹²¹

O trajeto de viagem dos imigrantes foi extenso, pois a Suíça é um país central sem portos. Por isso, fora necessário viajar pela Alemanha até chegar à Holanda, de onde embarcariam nos navios rumo ao Brasil. De acordo com Mateus Barradas, Gachet encontrou duas lacunas vantajosas, dentro das condições impostas por D. João VI: A primeira refere-se à quantidade de pessoas a serem recrutadas, pois “cem famílias” não definia a quantidade de indivíduos; e a segunda, referente ao pagamento da viagem, pois

¹¹⁷ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 29.

¹¹⁸ MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo...* pp. 89.

¹¹⁹ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do...* pp. 90.

¹²⁰ BON, Henrique. *Imigrants: a saga do primeiro...* pp. 39.

¹²¹ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 35.

o Rei não havia deixado claro se pagaria toda a viagem ou somente o trajeto do porto da Holanda ao porto no Rio de Janeiro.¹²² Portanto, toda a viagem foi paga pelo governo brasileiro. O mapa a seguir esboça o caminho feito pelos imigrantes e todas as suas paradas que ocorreram desde sua partida - da Suíça, no dia 04 de julho de 1819 -, até a chegada na Holanda, no dia 30 de julho de 1819, local onde os imigrantes embarcariam nos navios até o Brasil:

¹²² BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 35.

Mapa 1: Trajeto da Suíça até a Holanda.



Fonte: JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819*. Tradução de Vera de Siqueira Jaccoud. 2ª ed. Minas Gerais, Juiz Forana Gráfica e Editora, 2005, pp.5.

A chegada na Holanda trouxe frustrações aos imigrantes, pois os navios que os levariam para o Brasil não estavam prontos para o embarque, forçando os imigrantes a se instalarem em lugares insalubres à espera do dia do embarque. Com a espera, vieram as doenças que dizimaram muitos suíços. O padre de origem suíça, Jacob Joye, relatou em seu diário que os suíços acamparam às margens de um rio e dormiam no chão e em depósitos, onde contraíram um vírus, com uma febre que causou muita mortalidade em terra e no mar.¹²³

De acordo com Henrique Bon, oito navios levaram os suíços do porto holandês até o porto do Rio de Janeiro: o *Daphné*, que partiu em 11 de setembro de 1819; o *Urania*, o *Deux Catherines* e o *Debby Elisa*, que partiram em 12 de setembro. No dia 10 de outubro, zarparam o *Camillus*, o *Heureux Voyage* e o *Elisabeth Marie* e o último navio, o *Trajan*, levaria a bagagem dos colonos, em meados de outubro.¹²⁴ A viagem nos navios foi desastrosa, pois muitos imigrantes morreram de doenças que contraíram na Holanda e, principalmente, das que se proliferaram a bordo.

Saíram da Suíça com destino ao Brasil aproximadamente 2.018 pessoas e desembarcaram no Rio de Janeiro, em novembro de 1819, 1.687 pessoas. As perdas durante a viagem foram significativas e dolorosas, pois muitas famílias perderam seus membros. O padre Jacob Joye discorre em seu diário sobre as tristezas da viagem pelo mar, “eu acreditava passar o dia 24 [de setembro de 1819] sem mortes, mas esse foi o dia mais terrível de toda a viagem: à tarde sete corpos foram lançados ao mar”, relata.¹²⁵

Ao chegarem ao porto no Rio de Janeiro, outra grande jornada iniciar-se-ia para os imigrantes até o local da colônia. Segundo Henrique Bon, os suíços ao desembarcarem no Rio de Janeiro foram transferidos de barcos para Tambí, repousando nessa vila. De lá, seguiram os comboios para a Vila de Santo Antonio de Sá, onde foram acolhidos num mosteiro, preparado para atender muitos dos que estavam doentes, ocorrendo mesmo assim, o óbito de aproximadamente 35 suíços. Continuando a pé ou nos lombos de mulas, os imigrantes chegaram à fazenda do Colégio em Cachoeiras do Macacu, onde alguns abrigaram-se, enquanto os outros seguiram viagem, subindo a serra até chegar à Fazenda do Morro Queimado, na Vila Cantagallo, onde foi instalada a colônia suíça.¹²⁶ A viagem de subida da serra durou doze dias e, nesse trajeto, uma grande soma de imigrantes

¹²³ JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819*. Tradução de Vera de Siqueira Jaccoud. 2ª ed. Minas Gerais, Juiz Forana Gráfica e Editora, 2005, pp. 11.

¹²⁴ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 53.

¹²⁵ JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem...* pp. 18.

¹²⁶ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 84.

morreu. Segundo Jorge Miguel Mayer, a vinda dos suíços ao Brasil poderia ser comparada ao tráfico negreiro, pois além da perda de muitas vidas, eles traziam consigo marcas da desilusão e do engano¹²⁷.

O decreto de criação da Colônia Suíça também abrange a produção que viria a desenvolver-se no local, pois o governo daria às famílias “meios” para o sustento e renda:

Art. 3º - Os colonos, logo que chegarem, serão alojados em casas provisórias que Sua Majestade tem mandado fazer, enquanto os Suíços não tiverem edificado a sua Villa e Aldeas.

Art. 4º - Cada uma família segundo o número de pessoas, de que ela for composta, receberá em plena propriedade por concessões, e sem pagar renda ou pensão alguma, uma determinada porção de terra, e além disso animais, ou sejam bois, cavalos, ou machos de puxar, vacas, ovelhas, cabras, e porcos; e para plantar e semear distribuir-se-lhes-há trigo, feijões, favas, arroz, batatas, milho, semente de mamona para fazer azeite para luzes, linhaça, semente de canhamo; enfim receberão viveres em espécie ou em dinheiro durante os dous primeiros anos de seu estabelecimento [...].

Art. 5º - Dignando-se Sua Majestade a conceder a cada colono suíço 160 réis por dia, e por cabeça, pelo primeiro anno de sua habitação no Brazil e 80 reis pelo segundo, serão os provimentos que para elle tiverem sido feitos antecipadamente descontados pelo preço de compra sobre os fundos que se lhes fizeram mensalmente.¹²⁸

Ao chegarem ao local da colônia, os suíços depararam-se com um preocupante problema: a estrutura dos alojamentos para as famílias era precário. De acordo com Mateus Barradas, a Fazenda do Morro Queimado, comprada pelo governo para abrigar os suíços, era composta por quatro sesmarias e nesse espaço foram edificadas cem casas provisórias para acomodar os imigrantes.¹²⁹ Mas a verdade era que, como os recrutados excediam ao limite imposto por D. João VI, as acomodações não supriam a demanda, sendo necessário aglomerar muitos indivíduos dentro da mesma casa. Janaina Corrêa analisou em sua pesquisa as condições às quais os imigrantes foram submetidos:

As casas que haviam sido construídas para moradia dos suíços assemelhavam-se a senzalas ou típicas moradias das classes pobres do Brasil colonial, sendo úmidas e frias. Os suíços alimentavam-se mal e passaram a absorver hábitos nativos, como beber muito café e tomar cachaça. As doenças começaram a grassar na colônia e mais de um terço dos imigrantes adoeceu nos seis primeiros meses, desde a chegada, registrando-se 131 falecimentos¹³⁰.

¹²⁷ MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo...* pp. 97.

¹²⁸ Coleções das leis do Brasil, 1818. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

¹²⁹ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 71.

¹³⁰ CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *A representação da cidade-salubre...* pp. 34-35.

As promessas feitas pelo governo não se encaixavam na realidade vivida. Além das acomodações precárias, as terras que seriam doadas aos colonos, de acordo com Jorge Mayer, eram compostas de um grande quadrilátero, dividido em 120 partes, sem observar as condições do terreno e essas partes foram sorteadas aos chefes das famílias.¹³¹ Alguns terrenos não eram favoráveis para a agricultura, pois localizavam-se em morros e encostas. Além disso, as chuvas torrenciais, características da região, fizeram os colonos perderem as primeiras lavouras. Até a ajuda financeira que o governo deu não supriu todas as necessidades dos colonos no “novo mundo”. Rodrigo Marreto reproduz o depoimento de um colono insatisfeito com as terras que foram doadas;

“O colono Stöcklin, argumentava o seguinte: Nós, suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para as terras de café não progrediram nada.”¹³²

O decreto de criação da colônia prossegue com uma condição bem específica: a necessidade de virem ao Brasil, profissionais qualificados:

Art. 6º - Entre esta quantidade de colonos que Sua Majestade tem tenção de levar sucessivamente a um número mais considerável, deverão haver bastantes artistas dos mais essenciaes, como carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros, e alguns moleiros, sapateiros, curtidores, alfaiates, tecelões, oleiros, e officiaes para fazer telha etc., os quaes devem tambem ensinar aos nacionaes, que quizerem aprender.

Art. 7º - Deverá a colonia trazer da Europa um bom Cirurgião Médico e um bom Boticario, mesmo um ferrador experto veterinario ; a cada um dos quaes Sua Majestade se dignará de conceder uma gratificação por anno.

Art. 8º - Deverá igualmente a colonia trazer dous ou quatro Eclesiásticos para se virem no Culto Divino.

Art. 9º - Estes Eclesiásticos ficarão sujeitos ao Senhor Bispo da Diocese em que ficam incorporados, gozarão, segundo as suas Dignidades, dos mesmos emolumentos concedidos aos Parochos e Coadjuutores do Brazil, e receberão além disso doações de que gozarão, mas de que não poderão dispor, visto que estas doações devem formar a propriedade da Igreja: em fim serão alojados em casas, que a povoação de cada Freguezia construirá para esse effeito. [...] ¹³³

A exigência do decreto de serem recrutados profissionais diversos era uma estratégia para que a colônia suíça pudesse manter-se sem a necessidade de se deslocarem

¹³¹ MAYER, Jorge Miguel. Terra Prometida... Terra Prometida: uma tragédia em 4 atos. In: Anais do XII Encontro regional de História – Anpuh: *Usos do Passado*. Rio de Janeiro, 2006, pp. 3. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Jorge%20Miguel%20Mayer.pdf>. Acessado em: 07 de novembro de 2019.

¹³² MARRETO, Rodrigo Marins. Os sertões do leste... pp. 75.

¹³³ Coleções das leis do Brasil, 1818. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

para aquela região profissionais de outras regiões. O colono suíço deveria naturalizar-se português e assim estaria assumindo a posição de súdito da monarquia portuguesa, o que incluía adequar-se à sociedade, inclusive à religião, visto que uma das condições era a vinda de um padre, que ficasse responsável pela missa. Segundo Ronald Oliveira, em meio aos suíços católicos, havia um grupo calvinista, que sofreu muitas pressões para abdicar de sua fé e tornarem-se católicos, “[...] os calvinistas não chegaram a erguer uma igreja ou templo e, depois de algumas mortes, foram sepultados no cemitério católico da vila.”¹³⁴

Aproximadamente um ano após a chegada dos primeiros imigrantes, D. João VI desmembrou a colônia suíça da Vila de Cantagallo, formando a Vila de São João Batista de Nova Friburgo. O nome foi escolhido em razão da grande soma de suíços do Cantão de Fribourg, na Suíça. A partir dessa emancipação, encontraremos dois espaços na região, onde haverá desenvolvimento econômico, social, político e cultural diferentes: Cantagallo e Nova Friburgo. Mas, nem a emancipação conseguiu conter os colonos na vila, pois o resultado da péssima condição dos colonos suíços foi o abandono das terras. Muitos migraram para outras terras fora do Rio de Janeiro; outros iriam fixar-se na capital, mas a maioria encontrou um lugar mais próximo e promissor: a Vila de São Pedro do Cantagallo. “O café seria, em definitivo e mais que qualquer outro, o fator de assimilação do colono que deixara Nova Friburgo e seu instrumento de ascensão social e política [...]”.¹³⁵

Nesse período, a crescente economia da Vila girava em torno do café e tal empreendimento tornou-se uma oportunidade de estabilidade e, possivelmente, de acúmulo de riquezas para muitos colonos. De acordo com Clélio Erthal, tamanho foi o êxodo deles para a região, às margens do rio Paraíba, à Penna e Taquara que facilmente dir-se-ia ser Cantagallo a sede primitiva da colônia suíça e não a Vila de Nova Friburgo.¹³⁶ Henrique Bon afirma que,

Observa-se já, com a chegada dos imigrantes em Cantagalo, uma relação crescentemente monetarizada entre estes e ainda com os luso-brasileiros, longe das trocas ou da economia de subsistência. O que

¹³⁴ OLIVEIRA, Ronald Lopes. Unidos pela Morte, separados pela vida – cemitérios protestantes na vila de Nova Friburgo marcada por uma colonização católica (1818-1889). In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh – Rio: Nova Iguaçu*, 2016, pp. 2. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471278219_ARQUIVO_RonaldLopesdeOliveira.pdf. Acessado em 30 de janeiro de 2020

¹³⁵ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 150.

¹³⁶ ERTAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 170.

vale, para todos os efeitos, é o café, a partir de então explicitamente citado na esmagadora maioria dos negócios.¹³⁷

A presença dos imigrantes na Vila de Cantagallo marcou uma outra etapa na história regional: a integração desses imigrantes às elites cafeeiras da região. A imigração tomou novas configurações, ao se deparar com o sistema cafeeiro escravista, o que foi assimilado grandemente pelos imigrantes. Podemos então verificar as transformações sociais na região e concluir que não há uma região, mas sim “regiões” que mudaram conforme as ondas de povoamento. E com a dispersão de muitas famílias para a vila, conseguimos observar muitas transformações no movimento de imigração suíça. Destacamos os suíços que se dispersaram, abandonando e/ou vendendo seus lotes em Nova Friburgo, e os suíços que vieram posteriormente e instalaram-se diretamente na vila de Cantagallo, dando origem a outro movimento de migração. De acordo com Sheila de Castro Faria,

Durante os anos seguintes, muitos suíços, e nem sempre católicos, se encaminharam espontaneamente para o Brasil, embora não necessariamente para a colônia de Nova Friburgo, onde, na realidade, poucos permaneceram. Dirigiram-se para outras paragens, “de terras quentes” [...] principalmente para Cantagalo, que já tinha lavouras de café. Cantagalo chegou a ter mais suíços que Nova Friburgo, tantos que a Vila foi escolhida para ser a sede de um vice-consulado suíço em 1861 [...].¹³⁸

Segundo Henrique Bon, para os suíços, a imigração já era uma prática comum. Havia os que migravam temporariamente pelos cantões suíços como comerciantes, artistas, artesãos e soldados, que eram recrutados por outros países, quanto, os que migravam definitivamente como os que foram para a Prússia, Espanha e Rússia. “Assim se o movimento migratório para o Brasil em 1819 traz em seu bojo frustrações pela crise econômica [...] tal solução há muito fazia parte inarredável da história helvética [...]”¹³⁹ A mobilidade social nunca foi um empecilho para esses sujeitos.

No segundo capítulo, vamos abordar em torno da dispersão das famílias suíças para a Vila de Cantagallo e sobre a ocupação das terras devolutas de forma mais analítica. Além disso, iremos analisar o envolvimento dos imigrantes suíços com a produção cafeeira e a formação das fortunas familiares, tornando os suíços prósperos, tanto que a imigração continuou, muitos suíços vieram posteriormente e instalaram-se na Vila, visto

¹³⁷ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 151.

¹³⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 26.

¹³⁹ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 27.

que as notícias enviadas por eles a suas famílias na Suíça comunicavam a fortuna acumulada em decorrência do café.

Capítulo II – Terras para possuir, café para plantar, fortuna a conquistar.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre a formação da Vila de São Pedro do Cantagallo, desde o garimpo ilegal até a ocupação oficial feita pelo governo, também destacamos os aspectos socioeconômicos da sociedade que se formou na região e onde os imigrantes suíços foram inseridos, a partir de 1819, com o projeto de D. João VI, de criação de uma colônia Suíça. O ambiente no qual os imigrantes estabeleceram-se estava em crescente desenvolvimento, principalmente por causa do café, e os suíços acompanharam essa marcha, buscando meios para prosperarem. Neste segundo capítulo, iremos analisar o assentamento dos imigrantes suíços, na Vila de Cantagallo, após deixarem a vila de Nova Friburgo.

A ocupação de terras devolutas foi uma grande oportunidade para a fixação dos colonos na região pois, dessa forma, passaram a inserirem-se na sociedade cantagalense, assumindo diversas funções. A partir de fontes como os Almanaks Administrativos da Província do Rio de Janeiro, periódicos, entre outros, podemos destacar a presença proeminente dos suíços junto à sociedade em diversas atividades, mas a principal atividade dos suíços foi o cultivo do café, tanto que a rubiácea tornou-se o instrumento de ascensão social e política dessas famílias.¹⁴⁰

Segundo Rodrigo Marreto, a produção de café na Vila passou por quatro fases: a formação (1809 a 1830); a expansão (1831-1850); o momento de auge (1851-1870) e o período de grandeza (1871-1880)¹⁴¹ e os colonos suíços participaram ativamente de algumas dessas fases do café, ao passo que podemos destacar a presença dos suíços a partir do avanço do café.

A partir de Livros de Transcrição de Imóveis, compreenderemos melhor a dimensão das propriedades adquiridas pelos suíços da imigração e, posteriormente, por suas famílias, assim como a partir da análise de Livros de Escrituras de Compra e Venda de Escravos, podemos entender a assimilação da cultura escravista, através da posse de cativos. Outra questão importante sobre o que discorreremos é a manutenção das riquezas familiares com a formação de clãs, através do casamento. A união entre famílias favoreceu o acúmulo de bens e propriedades.

¹⁴⁰ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 151.

¹⁴¹ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 30.

No tópico seguinte, discutiremos sobre as implicações da Lei de Terras de 1850 para a ocupação de terras e tomada de posse pelos suíços. A ocupação de terras devolutas foi uma grande oportunidade para a fixação dos colonos na Vila de Cantagallo, pois a partir de então, esses conseguiram iniciar a produção de café. Porém, a partir de 1850, as terras passaram a ser mercadorias e quem as detivesse alcançaria uma notoriedade social.

2.1 A posse de terras pelos imigrantes antes e depois de 1850.

Quando os imigrantes suíços chegaram ao local da colônia suíça, encontraram um ambiente marcado pela escravidão. De acordo com Mateus Barradas, antes da chegada dos suíços, havia nos arredores da fazenda do Morro Queimado (local onde se instalou a colônia suíça) o povoamento de alguns portugueses. Essa presença gerou relações de comércio por conta dos viajantes e tropeiros que circulavam nesse espaço, e entre os diversos proprietários e senhores de escravos.¹⁴² Além disso, foram montadas as estruturas administrativas como uma Câmara dos Vereadores com funcionários brasileiros e católicos.¹⁴³

Após o primeiro assentamento das famílias suíças, o governo brasileiro doou terrenos, sementes, animais e subsídios, para a construção de casas e produção agrícola. Entretanto, as primeiras safras dos imigrantes foram perdidas devido às chuvas torrenciais que caíam na serra; outros não conseguiram plantar em seus terrenos por serem em morros. As doenças ainda assolavam as famílias e a quantidade de mortes devido às epidemias contraídas na viagem foi significativa. Ronald Oliveira afirma que, em decorrência das condições adversas, foram registrados 131 óbitos nos primeiros seis meses da fundação da Vila de Nova Friburgo.¹⁴⁴ Além disso, os subsídios prometidos por D. João VI diminuíram até que cessaram e, em 1823, muitas famílias já haviam abandonado seus lotes. “Os helvéticos começaram a buscar posses menos acidentadas e mais férteis [...] e mesmo sem legitimação, ocuparam essas regiões.”¹⁴⁵

Rafael Marquese e Dale Tomich asseveram que o Brasil, em 1800, estava relativamente desocupado.¹⁴⁶ Para Maria Veronica Secreto, no momento de emancipação

¹⁴² BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 87.

¹⁴³ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 82.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Ronald Lopes. *Unidos pela Morte, separados pela vida...* pp. 1.

¹⁴⁵ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 87.

¹⁴⁶ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX.* In: MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Brasil Imperial 1831-1889*, 2009, pp. 22.

do Brasil, havia espaços a serem ocupados, e é sobre esse território que a legislação estabelecerá as normas de apropriação privada.¹⁴⁷ Maria Sarita Motta descreve que, em meados do século XVIII, a capitania do Rio de Janeiro já tinha uma produção de alimentos bem diversificada, o que demandava novas formas de apropriação de terras e a consolidação de novas áreas produtoras de alimentos.¹⁴⁸ A historiadora ainda explica que,

Em relação às áreas do interior do Rio de Janeiro, tratava-se de um contexto de expansão da fronteira agrícola e da formação de novas unidades agrário-escravistas de exportação e abastecimento interno de alimentos. [...] Mais do que tudo, era necessário normatizar a apropriação e o uso dessas terras fronteiriças.¹⁴⁹

Depois da prisão dos garimpeiros ilegais e da ocupação oficial do governo, a agricultura começou a ser desenvolvida e o sistema de posse de terras foi efetivado, por meio das sesmarias. Sheila de Castro Faria afirma que a faiscação dos sesmeiros pode ter sido uma das fontes de acúmulo de meios para a formação da cafeicultura,¹⁵⁰ mesmo assim, ainda havia muitas terras desocupadas. E foram nessas terras que os imigrantes buscaram para reconstruírem suas vidas. De acordo com Mateus Barradas, em 1825, cinco anos após a criação da Vila de Nova Friburgo, um terço dos imigrantes suíços (cerca de 650 pessoas) já tinham se dispersado para outras áreas.¹⁵¹

Ao abandonarem ou venderem suas terras na Vila de Nova Friburgo, de acordo com Henrique Bon, muitas famílias ocuparam as terras de sesmarias que ainda não possuíam seus limites estabelecidos, como também ocuparam as terras da Sesmaria destinadas à Câmara Municipal, conhecida como *Penna*. “Vamos encontrar nesta pequena região de tão vasto município, talvez o primeiro núcleo de suíços que se desloca para Cantagalo”.¹⁵² Clélio Erthal assegura que a Sesmaria da Penna só foi legalizada em 1826, já tendo sido ocupada por muitas famílias desde 1822, e que não foram expulsas dessas terras, mas foram obrigadas a pagar uma taxa pela posse da terra.¹⁵³

A Vila de Cantagallo sofreu transformações sociais referentes ao fluxo, migratório ao longo de sua história. O primeiro fluxo populacional é referente à exploração aurífera, mas com o declínio do ouro, houve uma diminuição da migração para a região.

¹⁴⁷ SECRETO, Maria Veronica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes*, Campina Grande, vol. 26, nº 1 e 2, pp. 10-20, jan./dez., 2007, pp. 13.

¹⁴⁸ MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jan./jun., 2012, pp. 35.

¹⁴⁹ MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada... pp. 36.

¹⁵⁰ FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café... pp. 13.

¹⁵¹ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 88.

¹⁵² BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 149.

¹⁵³ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 126.

Posteriormente, com o crescimento da produção cafeeira, ocorreu um aumento no fluxo do movimento populacional. Sheila de Castro Faria explica que, durante toda a história do Brasil, foram registrados movimentos de mobilidades espaciais. Quando uma área se tornava atraente para a produção, essa recebia um certo fluxo populacional. “Quanto mais se desvendavam os segredos naturais dos trópicos, homens e capitais dirigiam-se para as respectivas áreas.”¹⁵⁴

Os suíços que se dispersaram para a Vila de Cantagallo e ocuparam terrenos começaram a plantar café com a ajuda de suas famílias, mas, conforme prosperavam, adquiriram escravos. Clélio Erthal assegura que “[...] muitos entregaram-se sem pejo às tarefas mais árduas da vida campestre. Munidos de machados, foices e enxadas, eram eles mesmos que se encarregavam de preparar o solo”¹⁵⁵ O inventário do suíço João José Folly,¹⁵⁶ falecido em 1832, traz algumas informações relevantes sobre a realidade dos imigrantes que se deslocaram. Ele era casado com Maria Frivelinde e possuía seis mil pés de café e um quarto de terras medidas e demarcadas a trezentos mil réis (300\$000), o suíço também possuía uma casa e arvoredos, três cavalos, nove cabeças de gado, uma roça de milho, roupas usadas, uma sela, três foices, um machado e uma serra, (todos usados), pratos, talheres, panelas e um freio. Ainda 15 arrobas de café “muito inferior” e um escravo de nome Francisco, da nação Benguela. A soma total dos bens de João José Folly remonta a um conto quinhentos e onze mil oitocentos e sessenta réis (1:511\$860).¹⁵⁷

Eliana Vinhaes aponta, dois tipos de elites na Vila de Cantagallo: o primeiro tipo é a elite rústica, aquela que partilha as fortunas locais, a partir da união entre famílias, os cargos de poderes e o prestígio regional. A historiadora assegura que, são famílias reconhecidas pela sociedade local, desfrutam de títulos de mérito, possuem extensa escravaria e casam seus filhos com famílias da elite local.¹⁵⁸ O segundo tipo é a elite cortesã, famílias que possuem terras e escravos na Vila, mas superam os limites

¹⁵⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 163.

¹⁵⁵ ERTAL. Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 192.

¹⁵⁶ Os suíços da imigração falavam francês e seus nomes registrados nos passaportes e nas listas dos navios, foram feitos de acordo com a grafia francesa. O nome do suíço que citamos é Jean Joseph Folly, de acordo com a genealogia da família Folly registrada por Henrique Bon em seu livro “*Imigrantes- a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*”, mas o nome do suíço escrito nos registros eclesiásticos e cartoriais recebeu a versão brasileira: João José Folly. O mesmo ocorre com os nomes: François que na grafia brasileira passou a ser Francisco, Marie que é registrada como Maria, Joseph como José, Antoine como Antonio, Louis como Luiz entre outros. Nós iremos utilizar os nomes dos imigrantes de acordo com a grafia brasileira escrita nas fontes pesquisadas.

¹⁵⁷ Inventário de João José Folly, 1832, pp.1-5. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

¹⁵⁸ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense: Cantagalo do oitocentos. In: *Anais do II Colóquio do LAHES: Micro história e os caminhos da história social* – Juiz de Fora, 2008, pp. 17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a17.pdf>. Acessado em 25 de fevereiro de 2020.

geográficos da região, construindo alianças com famílias de outras províncias do Império. “Esta elite se articula com outras esferas do agro fluminense e não se casa com famílias de Cantagalo. São outras estratégias matrimoniais. Compartilha do poder com homens muito ricos e poderosos”.¹⁵⁹

De acordo com o inventário de João José Folly, podemos concluir que ele fazia parte dessa elite rústica, exemplificada por Eliana Vinhaes. Apesar do suíço só ter um escravo, possuía terras e seus bens foram avaliados em mais de um conto de réis e, posteriormente, seus descendentes foram listados como fazendeiros de café da Vila de Cantagallo, casando-se com outras famílias suíças de posse. A exemplo, nos anos de 1854 a 1856, seu filho, também chamado de João José Folly, foi citado como sendo um fazendeiro de café, e sua filha Maria Folly, viúva de João Laurent Curty, também de origem suíça, é citada no Almanak, nos anos de 1858-1883, também como fazendeira de café.

A partir de 1850, com a Lei de Terras, podemos ver uma situação bem diferente dos suíços na Vila de Cantagallo, pois as famílias que haviam chegado por volta de 1822, já haviam acumulado riquezas a ponto de comprarem grandes extensões de terra nas freguesias da Vila, como indicam os Livros de Transcrição de Imóveis que analisamos. A Lei nº 601, de setembro de 1850, também conhecida como a Lei de Terras, expõe o fim da ocupação de terras devolutas e a demarcação e regularização das sesmarias. De acordo com os artigos da lei, fica exposto que:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

[...]

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

¹⁵⁹ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense... pp. 22.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro [...].¹⁶⁰

A partir disso, concluímos que as terras ocupadas pelos suíços, por volta de 1822, foram regularizadas como posse dos mesmos, exceto as terras da sesmaria da Penna, que pertenciam à Câmara Municipal, como já citamos anteriormente, pois a Lei de Terras abriu diversas possibilidades de posse. Quanto à essa questão, Felipe Alvarenga afirma que os pequenos posseiros interpretaram a Lei de 1850 como uma possibilidade de regularizar a posse de terras, mesmo sem o título de proprietário, beneficiando a si mesmos.¹⁶¹ Márcia Motta afirma que a Lei de Terras mostra que, mesmo sendo uma forma de demarcar as terras públicas e particulares, por vezes favorecendo os grandes proprietários de terra, abria a possibilidade de luta do pequeno lavrador em regularizar as terras que havia ocupado antes da lei.¹⁶² Após 1850, Eliana Vinhaes afirma que na região de Cantagalho, os mecanismos de concentração de terras vão se confirmando com a utilização de anexações, apossamentos, expansões internas ou através de casamentos.¹⁶³ Para a análise do padrão de posse de terras dos suíços, utilizamos como fonte o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, dos anos de 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880.

O Almanak traz informações importantes sobre a Vila de Cantagalho e por meio dele, nos foi possível quantificar e identificar os fazendeiros cantagalenses. De acordo com Rubens Machado, para que o Almanak tivesse informações das vilas da província

¹⁶⁰ BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acessado em 04 de fevereiro de 2020.

¹⁶¹ ALVARENGA, Felipe M. Proprietários e pequenos lavradores: o processo de regularização fundiária na cidade de Valença (1850-1888). In: *III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2019, Natal. Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO)*, 3 v. 3. pp. 5. Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download%3FID_DOWNLOAD%3D109+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acessado em: 29 de julho de 2020.

¹⁶² MOTTA, Márcia M Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. (Tese)- Doutorado em História - Universidade Estadual de Campinas, 1996, pp. 8.

¹⁶³ VINHAES, Eliana. Vizinhança e conflito em Cantagalho: Uma forma de concentração de terra e da riqueza no oitocentos. *Revista Dissertar*. v.1, n. 18 e 19, pp. 27-32, 2010, pp. 31.

do Rio de Janeiro, os editores contavam com a ajuda de correspondentes nesses locais mais afastados, para fornecer informações necessárias, assim como a captação de assinantes para a sede da Tipografia Universal.¹⁶⁴ Portanto, as listas com os nomes de fazendeiros, proprietários e lavradores, entre outros, eram compostas por um grupo específico que refletiam o entendimento da comunidade local sobre o lugar na hierarquia social que cada sujeito ocupava.¹⁶⁵

A partir das informações do Almanak, conseguimos identificar a posse dos suíços. E a partir de 1850, como a obtenção de terras seria apenas pela compra, os suíços apresentaram uma condição propícia para tal ato. Primeiramente, apresentaremos, no quadro abaixo, um panorama geral dos fazendeiros da Vila de Cantagallo:

Quadro 2: Fazendeiros em Cantagallo nos anos de 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880.

| Categoria | 1848 | 1850 | 1860 | 1876 | 1880 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Fazendeiros de café | 107 | 109 | 607 | 436 | 456 |

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

Ao coletarmos os dados dos Almanaks, percebemos uma movimentação de propriedades ao longo das décadas. Uma avaliação mais atenta nos revelou que as informações dos Almanaks sobre os fazendeiros da Vila de Cantagallo é uma junção das seguintes freguesias: *Freguesia do Santíssimo Sacramento, Freguesia de São Sebastião do Alto, Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Freguesia de São Francisco de Paula, Freguesia de Santa Rita do Rio Negro, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro das Duas Barras, e Freguesia de Santa Maria Madalena*. Essas sete freguesias pertenciam à Vila até 1860. No ano de 1862, a freguesia de Santa Maria Madalena emancipou-se e tornou-se município.¹⁶⁶ Além disso, as freguesias de São Sebastião do Alto e São Francisco de Paula foram anexadas ao território de Santa Maria Madalena. Dessa forma, concluímos que a movimentação entre a quantidade de

¹⁶⁴ MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguazu, 1840 – 1880)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, pp. 24.

¹⁶⁵ MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos...* pp. 26.

¹⁶⁶ Santa Maria Madalena (Rio de Janeiro). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_Madalena_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_Madalena_(Rio_de_Janeiro)). Acessado em 17 de junho de 2020.

fazendeiros, no decorrer dos anos, deve-se a perda de territórios. A seguir, reproduziremos um quadro da quantidade de fazendeiros suíços na Vila:

Quadro 3: Suíços fazendeiros em Cantagallo nos anos de 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880.

| Categoria | 1848 | 1850 | 1860 | 1876 | 1880 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Fazendeiros de café | 9 | 10 | 70 | 42 | 41 |

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

Após quantificarmos os suíços fazendeiros, destacamos que alguns desses sujeitos tinham mais de uma fazenda, mas os Almanaks somente informam que eles eram fazendeiros de café, e mesmo sendo menos de 10% do total de fazendeiros na vila, os suíços conquistaram sua importância na sociedade. É importante destacar que, de acordo com o Almanak, todos eram fazendeiros de café, mostrando que esse tipo de produção era a principal e mais importante atividade, também entre os suíços. Conseguimos, identificar, a partir da análise dos Almanaks, que os imigrantes suíços exerciam outras funções na Vila como: escrivão, negociante, alfaiate, subdelegado, inspetor de quarteirão, sapateiro, boticário, Juiz de paz, Juiz de órfãos, relojoeiro, ourives, lavrador, entre outros, porém, a principal atividade era a produção cafeeira. Os suíços estavam distribuídos pelas freguesias da seguinte forma:

Quadro 4: Distribuição dos fazendeiros de café suíços pelas Freguesias de Cantagallo nos anos de 1848, 1850, 1860, 1876 e 1880.

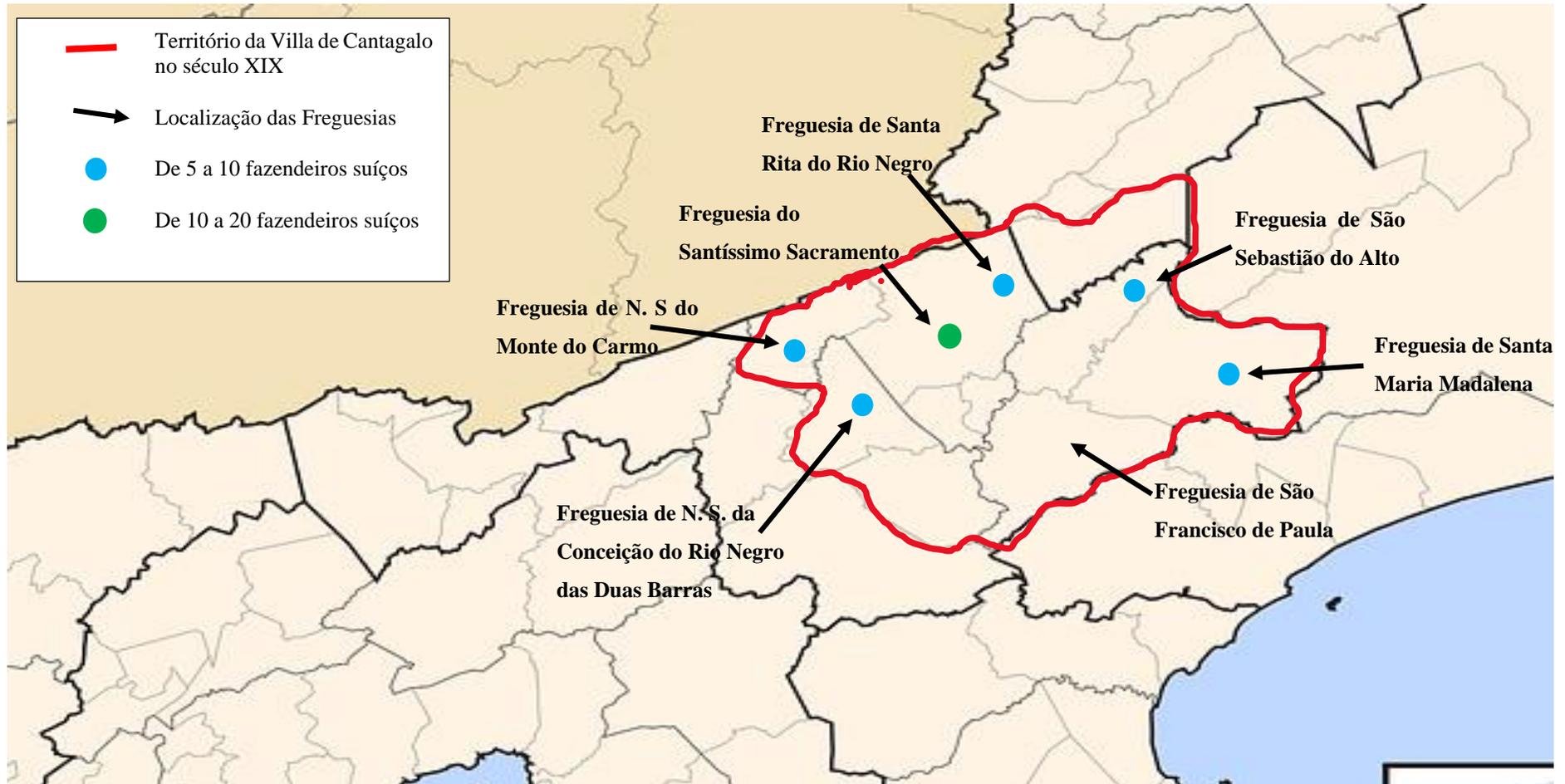
| Freguesias | 1848 | 1850 | 1860 | 1876 | 1880 |
|---|------|------|------|------|------|
| Santíssimo Sacramento | --- | 10 | 25 | 15 | 16 |
| São Sebastião do Alto | --- | --- | 10 | --- | --- |
| Nossa Senhora do Monte do Carmo | 9 | --- | 10 | 8 | 8 |
| São Francisco de Paula | --- | --- | --- | --- | --- |
| Santa Rita do Rio Negro | --- | --- | 5 | 10 | 9 |
| Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro das Duas Barras | --- | --- | 10 | 9 | 8 |
| Santa Maria Madalena | --- | --- | 10 | --- | --- |

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

Podemos perceber que a *Freguesia do Santíssimo Sacramento* era o local onde os suíços mais estavam concentrados. É importante ressaltar que após o ano de 1876 as Freguesias de *São Sebastião do Alto* e *Santa Maria Madalena* não faziam mais parte do território da Vila de Cantagallo. Atualmente, muitas dessas freguesias são territórios de municípios emancipados como a *Freguesia de São Sebastião do Alto* que tornou-se o município de São Sebastião do Alto, a *Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo* tornou-se o município do Carmo, a *Freguesia de São Francisco de Paula* tornou-se o município de Trajano de Moraes, a *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro das Duas Barras* é o atual município de Duas Barras e a *Freguesia de Santa Maria Madalena* o município de Santa Maria Madalena. As Freguesias de *Santa Rita do Rio Negro* e *Santíssimo Sacramento*, atualmente compõe o município de Cantagalo, sendo a primeira o distrito de Euclidelândia e a última o Centro da cidade.

Não encontramos um mapa com a divisão das freguesias para que pudéssemos esmiuçar essa questão e ter uma visualização dessas, porém abaixo iremos reproduzir um mapa com os municípios atuais do Estado do Rio de Janeiro com a identificação das antigas freguesias e distribuição dos suíços, de acordo com as informações do Almanak contidas no **Quadro 4**.

Mapa 2: Distribuição dos suíços nas Freguesias de Cantagallo.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Rio_de_Janeiro#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro_MesoMicroMunicip.svg

Segundo Henrique Bon, é possível ver na Vila de Cantagallo fazendeiros que conquistaram suas fortunas por meio da posse de terras, da produção de café e da posse de escravos e que muitos desses diversificaram suas atividades rumo ao comércio e/ou empréstimos a outros fazendeiros.¹⁶⁷ O acúmulo de propriedades, gerou poder e prestígio para as elites locais. Emilia Viotti da Costa descreve que a propriedade de terra representava prestígio social, pois estava ligada ao poder econômico do indivíduo. A demonstração de poder era fundamentada nas posses dos indivíduos. Segundo a historiadora,

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. [...] A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente.¹⁶⁸

As informações dos Almanaks nos proporcionam a visualização da propriedade dos suíços na Vila, considerando que grande parte dos fazendeiros listados prosperaram a partir da ocupação inicial de terras devolutas. Além da análise dos Almanaks, tivemos a oportunidade de pesquisar os Livros de Transcrição de Imóveis do Cartório de 1º Ofício, que mostram de forma mais detalhada a compra e venda de terras e imóveis. Analisamos quatro livros: Livro nº 002 de 1866 a 1874; Livro nº 005 de 1874 a 1879 e Livro nº 003 de 1878 a 1881 e Livro nº 004 de 1885 a 1888, onde há um total de 847 registros de compra e venda, doação ou permuta de propriedades, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 5: Registros de Imóveis em Cantagallo de 1866 a 1888.

| Livros | Nº 02 – 1866 a 1874 | Nº 05 – 1874 a 1879 | Nº 03 – 1878 a 1881 | Nº 04 – 1885 a 1888 |
|----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Compra e Venda | 117 registros | 269 registros | 200 registros | 206 registros |
| Permuta | 9 registros | 10 registros | 9 registros | 13 registros |
| Doação | 3 registros | 4 registros | 2 registros | 5 registros |

Fonte: Livros de Transcrição de Imóveis do Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1866 a 1888.

Os registros são escritos nos livros de forma bem distribuída, em tabelas, e de fácil compreensão. Neles há a data do negócio, os nomes dos adquirentes e transmitentes, o

¹⁶⁷ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 154.

¹⁶⁸ COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pp. 174.

tipo do imóvel, sua descrição completa e os seus limites territoriais, assim como o seu valor. Reunindo os quatro, livros conseguimos um total de 92 registros de obtenção de imóveis por parte dos suíços, distribuídos na seguinte forma:

Quadro 6: Registros de compra de imóveis dos suíços em Cantagallo de 1866 a 1888.

| Livros | Nº 02 – 1866 a 1874 | Nº 05 – 1874 a 1879 | Nº 03 – 1878 a 1881 | Nº 04 – 1885 a 1888 |
|----------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Compra e Venda | 25 registros | 14 registros | 22 registros | 26 registros |
| Permuta | 01 registro | ---- | ---- | 06 registros |
| Doação | ---- | 01 registro | 01 registro | 01 registro |

Fonte: Livros de Transcrição de Imóveis do Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1866 a 1888.

Não temos registros de compra de imóveis anterior a 1860, mas fazendo um paralelo com os dados dos Almanaks, podemos identificar que os suíços estavam se reestruturando na Vila de Cantagallo e, a partir de 1866, ele podiam adquirir terras e imóveis. Em todos esses registros pudemos notar que os suíços compram mais imóveis do que venderam, indicando o crescimento econômico desse grupo, além disso, notamos também que nos anos de 1874 a 1881, houve um movimento na compra e venda de imóveis feita pelos suíços. Acreditamos que também tal fato se deva ao fato de a Vila ter perdido parte de seu território com a emancipação de novos municípios. Nos registros de compra, podemos notar também a presença dos suíços nas confrontações do imóvel em questão. O quadro abaixo mostra o registro de uma compra de terras feita por João Curty:

Quadro 7: Registro de Compra de terras em Cantagallo, 1873.

| | |
|--|---|
| IMÓVEL | dez alqueires de terra na Fazenda Boa Sorte |
| ADQUIRENTE | João Curty e Irmão |
| TRANSMITENTE | Zozimo F[...] Barboza e Izabel Paula Macedo |
| CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL | Os dez alqueires de terra confrontam com terras de Pedro Gonçalves, Maria Curty, com os transmitentes, com a fazenda Boa Sorte, José Dias Coelho, Manoel Vieira de Carvalho, Veronica Lantemant e com quem mais deva confrontar, as citadas terras estão parte em capoeiras e parte em matas virgens. |
| TÍTULO | Compra e Venda |
| VALOR | 1:800\$000 |

Fonte: Livro de Transcrição de Imóveis nº 02 de Cantagalo, 1873.

Podemos observar, nas características dos imóveis, que as terras tinham uma demarcação bem específica. João Curty¹⁶⁹ e seu irmão compraram parte das terras da Fazenda Boa Sorte, que confrontava com diversos outros proprietários, inclusive com duas suíças: Maria Curty¹⁷⁰ (também chamada em outros documentos de Viúva Curty ou Madame Curty) e com a propriedade de Veronica Lantemant¹⁷¹, demonstrando a prosperidade das famílias, através da posse de terras. Uma questão importante no registro é que os dez alqueires de terra eram “em parte capoeiras e em parte matas virgens”, confirmando a questão de grande área ainda sem produção agrícola.

As matas virgens e capoeiras geralmente eram derrubadas para darem lugar às grandes plantações de café e o desmatamento dessas áreas tornava-se comum. Henrique Bon afirma que as queimadas eram a forma mais usada para desmatar a vegetação dos morros e encostas para a ampliação da nova cultura, o café.¹⁷² No ano de 1883, João Curty é citado no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro¹⁷³ como um dos fazendeiros na Vila, o que confirma a produção do café desse suíço.

¹⁶⁹ João Curty- Genealogia da Família Curty. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 404.

¹⁷⁰ Marie Folly Curty – Genealogia da Família Curty. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 407.

¹⁷¹ Véronique Gachet Lanthemann – Genealogia da Família Lanthemann. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 606.

¹⁷² BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 148.

¹⁷³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. C00040, 1883, pp. 360. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5186>. Acessado em: 14 de fevereiro de 2020.

Quadro 8: Registro de Compra de terras em Cantagallo, 1874.

| | |
|--|---|
| IMÓVEL | 30 alqueires de terra nas benfeitorias da Pedra da Boa Vista |
| ADQUIRENTE | Honorio Ferreira Pinto |
| TRANSMITENTE | Francisco Muzy e Francisca Muzy |
| CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL | A situação com todas as benfeitorias constantes de casas, cafezais e outras plantações nela existentes, a qual tem 30 alqueires ou 7.130 ares de terras superficiais, pouco mais ou menos, e se dividem por vertentes com terras de Servulo Francisco Robadey, Henrique Bon, Maria Folly Curty, por um lado com a mesma Curty, por um travessão de pedra Adolpho Bon e irmão, pelo mesmo com Joaquim Peixoto Soares e Irmão por um valo até a vertente e finalmente com os outorgados |
| TÍTULO | Compra e Venda |
| VALOR | 5:000\$000 |

Fonte: Livro de Transcrição de Imóveis nº 02 de Cantagalo, 1874.

No segundo quadro, encontramos uma situação diferente em que o casal Francisco Muzy e Francisca Muzy¹⁷⁴ vendem 30 alqueires de terras a Honorio Ferreira Pinto pela quantia de cinco contos de réis (5:000\$000). Assim como no primeiro caso citados, os limites das terras são demarcados a partir das propriedades ao redor e também podemos notar a presença dos nomes dos suíços como proprietários confrontantes: Servulo Francisco Robadey¹⁷⁵, Henrique Bon¹⁷⁶, Maria Folly Curty (a mesma Maria Curty), e Adolpho Bon (irmão de Henrique Bon).¹⁷⁷

Nesse registro, o casal Muzy está vendendo uma parte da terra que lhe pertencia, com algumas benfeitorias, pois as terras fazem limite “finalmente com os outorgados”. Esse fato mostra que, mesmo vendendo uma parte da propriedade, o casal ainda

¹⁷⁴ Jean-Baptiste Musy e Françoise Jacqueroud Musy – Genealogia da família Musy. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp 706.

¹⁷⁵ Sérvulo Francisco Robadey – Genealogia da Família Robadey. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 786.

¹⁷⁶ Henrique Bon- Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L5RV-LMP>. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

¹⁷⁷ Adolph Bon- Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L5RV-LMP>. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

permanecia proprietário de uma grande soma de terras. Com o passar dos anos, os suíços acumularam mais riqueza, investindo em propriedades maiores e mais valorizadas.

Os quadros anteriores mostram duas situações contidas num mesmo livro apresentando como característica que: os registros supracitados foram produzidos pelo Cartório da Vila, por um juiz e, não pelo pároco. Segundo a Lei de Terras, os registros de posse de terras e as devidas medições deveriam ser feitas pela Igreja, mas isso não acontecia de fato, ficando a cargo de juízes municipais fazerem esse serviço. Vitória Schettini esclarece essa questão ao discorrer que,

Caberia aos vigários a função final de lavrar os Registros Paroquiais, mas a burocracia anterior acabava correndo o processo final. Deveria primeiramente passar pelos Presidentes de Província, e, a partir daí, se perdia nos trâmites exigidos pela lei, passando por juízes de direito, juízes municipais, delegados, subdelegados e juízes de paz. Após esta primeira etapa, os Presidentes de Província nomeariam um juiz comissário nos municípios em que houvesse propriedades a regular, mas só atuariam mediante requerimento dos interessados, passando por agrimensores, até chegar ao registro do vigário.¹⁷⁸

Abaixo iremos reproduzir mais dois quadros de compra de propriedade entre os suíços, sendo um do ano de 1881 e o outro em 1885:

Quadro 9: Registro de Compra de terras em Cantagallo, 1881.

| | |
|--|---|
| IMÓVEL | Uma casa de sobrado nº 4 na Rua Mão de Luva |
| ADQUIRENTE | Antonio Lutterbach |
| TRANSMITENTE | Cornelio de Souza Lima e D. Luiza Lemgruber Mettraux |
| CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL | A casa é firmada em terrenos foreiros a Camara Municipal os quais tem 13.062 metros quadrados que confrontam por um lado com os aforados ao herdeiro de Galiana Maria da Silva, por outro lado com os aforados a Frederico Sauerbrom, pelos fundos com o caminho que segue para o Fundão. |
| TÍTULO | Compra e Venda |
| VALOR | 10:000\$000 |

Fonte: Livro de Transcrição de Imóveis nº 03 de Cantagalo, 1881.

¹⁷⁸ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Os sertões de São Paulo do Muriahé - terra, riqueza e família na zona da mata mineira: 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011, pp. 74.

A propriedade adquirida por Antonio Lutterbach é uma casa “firmada em terrenos foreiros¹⁷⁹ a Camara Municipal”, no da Vila, no valor de dez contos de réis (10:000\$000). Ele, nascido no Brasil, oriundo da família Luterbach (seu pai era Joseph Johann Constantin Luterbach) e Monnerat (sua mãe era Marie-Barbe Regine Monnerat)¹⁸⁰ mostra que os descendentes dos suíços da migração também conseguiram prosperar a partir do café. O mesmo Antonio Lutterbach aparece no Livro de Transcrição de Imóveis nº 002, em duas situações de compra: no ano de 1873, comprando uma “casa de taboinhas” com 500 pés de café no valor de cento e cinquenta mil réis (150\$000), confrontada com suas próprias terras e, em 1874, adquiriu 30 alqueires de terra no valor de seis contos de réis (6:000\$000). Concluímos que, a partir da produção de café, a situação financeira de Antonio Lutterbach aumentou a ponto dele comprar uma casa no centro do município. Em 1885, também podemos perceber o aumento das compras de propriedades dos suíços:

Quadro 10: Registro de Compra de terras em Cantagallo, 1885.

| | |
|--|---|
| IMÓVEL | Fazenda São Jorge |
| ADQUIRENTE | Felippe Ludolf Junior |
| TRANSMITENTE | Augusto Pinto Torres de Sampaio e D. Maria Candida Pinheiro Sampaio |
| CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL | A fazenda confronta por um lado com terras de Antonio Candido Rodrigues, por outro com as de Daniel Rodrigues da Silva Genefre, por outro com as de Augusto Vial, por com as de José Luiz da Silva por outro com Magalhães Sobrinho e Irmão, por outro com as que foram de Manoel da Cunha contendo 2.506.696 metros de terra, 122.484 pés de café, e todas as bemfeitorias na mesma existentes |
| TÍTULO | Compra e Venda |
| VALOR | 25:000\$000 |

Fonte: Livro de Transcrição de Imóveis nº 004 de Cantagalo, 1885.

¹⁷⁹ Terreno foreiro é quando uma pessoa ou instituição adquire direitos sobre um terreno ou imóvel através de um contrato, mas não é dono do local. Imóveis foreiros podem ser vendidos, mas devia-se pagar ao verdadeiro dono do terreno um imposto. Disponível em: <http://www.significando.com.br/foreiro/>. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

¹⁸⁰ Antonio Luterbach -Genealogia da família Luterbach. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 627.

O registro de compra da Fazenda São Jorge também mostra o crescimento das fortunas de família. Felipe Ludolf Junior era filho de Felipe Ludolf que, segundo Henrique Bon, adquiriu algumas propriedades, como “terras no Quilombinho”, hipotecando-as posteriormente, e com o pagamento da dívida, comprou parte da “Fazenda da Quinta”.¹⁸¹ A fazenda comprada do Felipe Ludolf Jr. tinha 122.484 pés de café e benfeitorias, afirmando o poder dos suíços e seus descendentes, através do café.

A partir das fontes primárias, foi possível identificar as relações sociais construídas na região entre os suíços e seus descendentes, com a sociedade cantagalense. E essas relações influenciaram a construção da sociedade local, tanto que há muitos lugares atualmente no município de Cantagalo, são nomeadas com os nomes de algumas dessas famílias suíças.

Na análise de Vitória Schettini, os espaços geográficos devem ser associados à construção histórica social, pois cada habitação é uma acumulação de experiências.¹⁸² Um bom exemplo é o distrito do município de Duas Barras (que pertencia a Vila de Cantagallo e foi emancipado em 1891),¹⁸³ chamado de Monnerat, que ganhou esse nome devido à família suíça Monnerat, que se instalou nesse lugar e ali adquiriu muitas propriedades. Portanto o acúmulo de propriedades proporcionou a muitas famílias suíças uma significativa projeção social.

2.2. O café é um bom negócio!

O café, na Vila de Cantagallo, passou por várias fases de desenvolvimento e manteve sua marcha crescente até fins do século XIX. Segundo Rafael Marquese e Dale Tomich, a partir de 1828, o Brasil despontou como grande produtor de café e quase toda a produção vinha do Vale do Paraíba. Muitos motivos influenciaram esse destaque do café brasileiro, a saber: a revolução dos escravos haitianos, as catástrofes climáticas em Cuba e boa relação entre os traficantes de escravos e os brasileiros que abriram caminho para o mercado.¹⁸⁴

¹⁸¹ Felipe Ludof Junior – Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 632.

¹⁸² ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: Conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata de. ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Zona da Mata Mineira: Escravos, Família e Liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, pp. 77.

¹⁸³ Município de Duas Barras- RJ. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Duas_Barras. Acessado em 15 de fevereiro de 2020.

¹⁸⁴ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista... pp. 38.

O início da produção de café na Vila data de 1809, e Rodrigo Marreto o caracteriza em quatro fases distintas. Com base nessas quatro fases, iremos construir nossa análise sobre o desenvolvimento dos suíços, a partir de sua produção de café. Segundo Rodrigo Marreto, de 1808 a 1830, é identificado no Brasil, a primeira fase da produção cafeeira: *o período da formação*¹⁸⁵. Foi durante esse período que as famílias suíças deixam a vila de Nova Friburgo e instalam-se na Vila de Cantagallo. As fontes paroquiais e cartoriais apresentavam lacunas neste recorte temporal, principalmente por tratar-se da fase de fixação desses sujeitos. Porém, informações das décadas posteriores, que conseguimos reunir, aponta para a crescente produção cafeeira das famílias suíças.

A segunda fase do café na Vila, ainda sob a perspectiva de Rodrigo Marreto, é datada entre 1831 a 1850, que se caracterizou como: *o período da expansão*. Durante esse espaçamento temporal, ainda encontramos os suíços estabelecendo-se e iniciando a produção cafeeira, como mostram os dados do Almanak de 1848, somando um total de nove fazendeiros de café. Porém já conseguimos encontrar fontes que indicam a atividade cafeeira dos suíços, como o inventário supracitado de João José Foly, registrando que o suíço tinha, em 1832, 6.000 pés de café. Além da expansão cafeeira, esse período também se caracterizou pela expansão da escravidão na Vila de Cantagallo devido ao tráfico interno, o que também influenciou a produção. “Trata-se do momento de consolidação da produção cafeeira; [...] o aumento do número de cativos impactou a produtividade nas unidades agrícolas da região.”¹⁸⁶

A terceira fase caracteriza-se nos anos de 1851 a 1870, como: *o período do auge cafeeiro*.¹⁸⁷ Clélio Erthal afirma que a Vila e seus arredores foram tomados pelos cafezais, irradiando essa cultura para toda a região.¹⁸⁸ O periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* de 1852, traz notícias de algumas famílias suíças cafeeiras:

Os que se estabeleceram nas vertentes do rio Macahé, e cultivam o café, vivem de boa fortuna[...]. Outros há também que pela plantação do milho, da batata e fabrico do toucinho ou pelo comércio, acham-se em circunstâncias favoráveis [...]. É verdade que a fortuna destes não pode ser comparável com a de seus compatriotas estabelecidos no termo de Cantagallo, entre os quais alguns há como a viúva Ludolf, os irmãos Egdorn¹⁸⁹, os Lemgruber, Luterbach, Monnerat e Irmãos e Ubilart, quem possuem de 50 a 200 contos de réis; mas esta diferença é fácil de

¹⁸⁵ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 31.

¹⁸⁶ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 31.

¹⁸⁷ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 32.

¹⁸⁸ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 198.

¹⁸⁹ Variação do sobrenome Heggendorn.

explicar-se, atenta a diversa natureza do solo e a cultura em que se empregam.¹⁹⁰

Podemos perceber, a partir das informações descritas no periódico, que as famílias suíças prosperaram por meio da produção cafeeira, tornaram-se pessoas de prestígio na região. Nesse período, também se formaram as firmas cafeeiras, onde os suíços faziam diversos negócios entre si e com outros fazendeiros nas regiões circunvizinhas.

Baseando-nos nas informações do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, foi possível identificar diversas firmas com sociedades entre os suíços e brasileiros, o que nos leva a concluir que o negócio com o café ampliava as relações entre brasileiros e estrangeiros. As firmas que encontramos em nossas pesquisas, no período de 1848 a 1880 são: *Lemgruber & C.*; *Boechat & Irmãos*; *Dietrich & Kuenzi*; *Vial & Quartin*; *Perissé & Irmãos*; *Gaspar Lessa & Ludolf*; *Heggendorn & Irmãos*; *Lemgruber & Irmão* e *Cosandey & Irmãos*. Segundo Henrique Bon, as empresas regiam contratos entre os cafeicultores suíços e brasileiros, adquirindo fazendas para revenda, financiando terras, vendendo escravos, implementos e mesmo tropas de muares.¹⁹¹ Essas firmas fortaleceram o comércio e transporte de café para a corte, fazendo dos suíços indivíduos de destaque.

Além das firmas, muitos suíços também investiram em tropas de muares para o transporte de café até o Porto das Caixas, como o suíço José Curty. No periódico *O Despertador*, no ano de 1840, há um anúncio de fuga de um escravo da tropa de José Curty, esposo de Maria Curty (a mesma Maria Folly Curty)¹⁹²:

Fugiu, no dia 12 de março do corrente anno, da tropa de José Curty, morador em Cantagallo, a qual estava arranchada no lugar chamado Collegio, hum seu escravo, de nome João, de estatura baixa, de 20 annos, pouco mais ou menos, com signaes de bexigas, outro signal na testa, e falta uma unha na mão esquerda. Quem do mesmo noticiar tiver, ou o prender, pode entregá-lo ao Sr. Candido José Rodrigues Torres, no porto das Caixas, que será bem gratificado.¹⁹³

¹⁹⁰ Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), ed. 0271, 1852, pp.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=suisso>. Acessado em 17 de fevereiro de 2020.

¹⁹¹ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 151.

¹⁹² Joseph Laurent Curty – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/KN66-VS2>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

¹⁹³ O Despertador (RJ), ed. 647, 1840, pp. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706701x&pasta=ano%20184&pesq=Jos%C3%A9%20Curty>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

O transporte do café da Vila de Cantagallo até Porto das Caixas era feito pelos tropeiros até a estrada de ferro a ser construída na região, e o empreendimento rendeu muitos lucros aos donos de tropa, principalmente aos suíços. Além da tropa de José Curty, outras famílias também se envolveram no lucrativo negócio. Clélio Erthal cita a tropa da Viúva Monnerat & Filhos ao referir-se aos tropeiros da Vila,¹⁹⁴ já Henrique Bon cita, além de José Curty, a tropa de Jean Vial.¹⁹⁵ Ainda o periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, em 1860, noticia que, pela precariedade da Estrada de Cantagallo a Porto das Caixas, alguns fazendeiros estavam enviando suas tropas com café por outros caminhos e, no meio aos nomes podemos notar a presença dos suíços:

“[...] Alguns fazendeiros bem importantes, como o Sr. Francisco Vieira de Carvalho, **Francisco Ludolf**,¹⁹⁶ **Madame Ludolf**, Francisco da Silva Chaves, José Dias Ferreira e outros já tem feito experiências mandando suas tropas para a Posse [...]”.¹⁹⁷ (grifo nosso).

Antes da fundação da estrada de ferro, essa estrada era movimentada por tropeiros que faziam o transporte do café. Segundo Janaina Botelho, a Vila produzia o café e era através da vila de Nova Friburgo que o café cantagalense era escoado para Porto das Caixas. “Era a parada para o descanso dos animais, a procura de um bom pasto para aumentar-lhes as forças e, outrossim, para a aquisição de alimentos e algum material como fumo [...]”.¹⁹⁸ O mapa abaixo mostra a Estrada de Cantagallo por onde o café era transportado.

¹⁹⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 231.

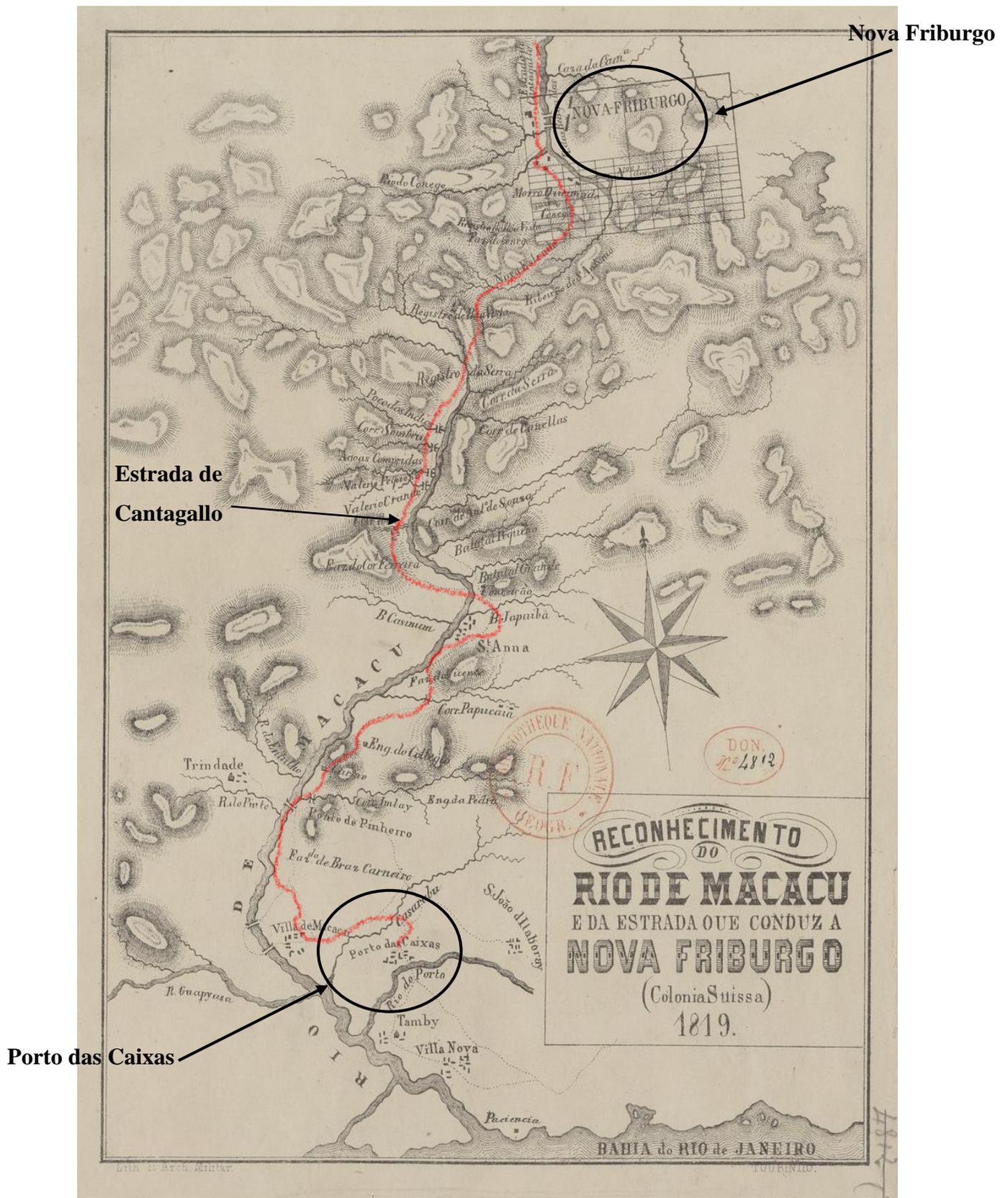
¹⁹⁵ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 151.

¹⁹⁶ Francisco Juliano Ludolf – Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 632.

¹⁹⁷ Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), ed.293, 1860, pp.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=ludolf>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

¹⁹⁸ BOTELHO, Janaina. Boa estrada! tropa de burros, velhos tropeiros. *A voz da Serra*. 31 de julho de 2011, História e Memória. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/boa-estrada-tropa-de-burros-velhos-tropeiros-30-de-junho-2011>. Acessado em 19 de junho de 2020.

Mapa 3: Reconhecimento do rio Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo, 1819.



Fonte: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/16553>.

Segundo Vitória Schettini, antes da chegada das estradas de ferro às regiões interioranas, a presença das tropas de transporte dos alimentos produzidos era primordial para o crescimento da região.¹⁹⁹ Mirian de Cristo descreve que a atividade comercial do tropeirismo foi indispensável para a expansão do café,²⁰⁰ na Vila. Segundo Alcir Lenharo, o negócio com as tropas era uma oportunidade para homens pobres e livres ascenderem socialmente, o que explica famílias inteiras envolvidas nessa atividade.²⁰¹ Considerando a afirmação de Alcir Lenharo, podemos compreender que o tropeirismo também tenha sido uma das estratégias de ascensão social dos suíços.

Nas segunda e terceira fases do café na Vila de Cantagallo, Rodrigo Marreto pontua uma questão muito importante: o crescimento da escravidão na região, concomitante ao crescimento da cafeicultura. De acordo com o historiador, o aumento dos cativos impactou a produtividade agrícola pois, em 1850, a população da Vila era composta de 6.898 livres e 9.957 escravos.²⁰²

Keila Grinberg e Hebe Mattos, ao explicarem o aumento das escravarias no Brasil, após 1850, levantam, no mínimo, três motivos para o aumento dos escravos, após o fim do tráfico atlântico. O primeiro deles: o tráfico interno de escravos. Com o fim do tráfico externo, a venda em massa de escravos, internamente, intensificou-se. Clélio Erthal afirma que, antes da extinção do tráfico, os africanos destinados à região provinham da cultura banto, e após o fim do tráfico, a demanda de mão de obra foi suprida pelo Nordeste, com sucessivas levas de escravos sendo destinadas à região.²⁰³

O segundo motivo importante é a concentração de escravos nas mãos de grandes proprietários, que podiam comprar cativos devido ao alto valor deles. A partir da análise do *Livro de Registro, Escrituração, Compra, Venda e Permuta de Escravos*, do período de 1880 a 1883, da Câmara Municipal, podemos observar que os escravos continuavam a ser comercializados, na década de 1880, confirmando a concentração de cativos nas mãos dos grandes proprietários. Abaixo transcreveremos uma escritura de compra de escravo:

¹⁹⁹ ANDRADE, Vitória Schettini de. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gualberto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017, pp. 235.

²⁰⁰ CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. *A elite imperial entre mulas...* pp. 75.

²⁰¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. 1ª edição em 1979, pp. 37.

²⁰² MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 31.

²⁰³ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 218.

Escritura de venda de uma escrava que faz o Luiz Caetano da Costa a Joaquim Baptista Laper como abaixo se segue:

Saibam quantos esta virem, que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1881 aos 17 de fevereiro nesta cidade de Cantagalo em meu cartório, compareceram como outorgante Luiz Caetano da Costa e como outorgado Joaquim Baptista Laper morador deste termo e reconhecidos pelos próprios das testemunhas abaixo assinadas e estas a mim do que dou fé, perante as quais pela outorgante foi dito que era senhor e possuidor da escrava Anna, preta, 30 anos, solteira, crioula, serviço doméstico, matriculada em [...] Paraiba do Norte, em 08 de junho de 1872, sob número 632 da matrícula geral e averbada em 03 de novembro de 1880 nesta Coletoria de Cantagalo, como tudo fez certo com os documentos que apresentou e dou fé, e como a possui livre e desembaraçada de qualquer ônus, assim a vende como de fato vendida tem de hoje para sempre ao outorgado pela quantia de 2 contos de réis (2:000\$000), que já recebeu em moedas correntes deste Império e por isso lhes dá plena e geral quitação de pago e satisfeito para nada mais pedirem em tempo algum por si, seus herdeiros e futuros sucessores, cedendo desde já ao comprador todo o direito, domínio, posse e ação que na mesma escrava tinha e promete a tempo fazer esta venda boa, firme e valiosa e que para seu título, e declaração lhes passava a presente com a clausula constituti. Presente o outorgado por ele for dito que aceitava esta escritura como está feita e me apresentou o conhecimento número 25 pelo qual se vê que o mesmo pagou na Coletoria deste Município 20 mil réis (20\$000), assinado pelo coletor D. G. de Souza e o Escrivão L. da Costa. E de assim terem dito e outorgado me pediram este instrumento que lhes li, aceitaram e assinaram com as testemunhas Manoel Rozendo Cordeiro e Alfredo Thomaz de Souza reconhecidos de mim Guilherme Schmid Barbosa escrivão de paz que escrevi.

Luiz Caetano da Costa
Joaquim Baptista Laper
Alfredo Thomaz de Souza
Manoel Rozendo Cordeiro²⁰⁴

A escritura mostra a compra de uma escrava crioula pelo valor de dois contos de réis (2:000\$000), mostrando o aumento do valor dos cativos. Rodrigo Marreto explica que, depois de 1851, a dinâmica de compra de cativos entre os grandes proprietários de terra era a seguinte, “a média de preços entre os grandes e mega proprietários superava o valor de 1:000\$000”,²⁰⁵ confirmando a hipótese levantada por Hebe Mattos e Keila Grinberg.

O terceiro motivo acentuado pelas historiadoras é a criouliização das escravarias, aumentando o contingente de cativos nas fazendas.²⁰⁶ Desse modo, houve na região um

²⁰⁴ Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1881, pp. 041V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

²⁰⁵ MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista...* pp. 90.

²⁰⁶ GRINBERG, Keila. MATTOS, Hebe. *Escravidão e tráfico de escravizados*. Disponível em: https://forodesaopaulo.org/?dl_id=104. Acessado em 20 de março de 2020.

crescimento das escravarias nas fazendas de café. Como já mencionamos no primeiro capítulo, podemos identificar o crescimento das escravarias a partir da análise das fontes como os livros de batismos.

Na quarta e última fase da produção cafeeira na Vila de Cantagallo, caracterizada por Rodrigo Marreto, que é descrita como sendo o *período da grandeza cafeeira*, entre os anos de 1871 a 1880. As fazendas e escravarias continuaram a crescer e os suíços não ficaram de fora. O periódico *O Parahyba*, no ano de 1859, traz o anúncio de fuga de escravos da fazenda pertencente à firma Vial & Quartin:

Fugiram da fazenda de Vial & Quartin em Cantagallo, na noite de 28 de março, 2 escravos por nome Tito, crioulo, perfeito alfaiate; altura regular, encorpado, escuro, e 20 e tantos anos de idade, bonita figura, e muito ladino. Manoel, cabra, também alfaiate, mata formiga, a mesma altura, mais magro a mesma idade, tendo uma belide num olho. Quem os prender ou der notícias certas deles em Cantagallo em casa de Quartin Irmão &, será bem gratificado.²⁰⁷

Ainda no periódico *Jornal do Comércio*, do ano de 1863, há uma nota de oferecimento de uma gratificação para quem encontrasse o escravo Francisco que havia fugido da fazenda de João José Monnerat,²⁰⁸ situada na Vila de Cantagallo.²⁰⁹ Tschudi, em sua viagem a Vila, narra sua parada na fazenda dos suíços Heckendorn, que tinha aproximadamente 70 escravos.²¹⁰ De acordo com Eliana Vinhaes Barçante, a posse de terras e cativos formou o perfil das elites cafeeiras. “Estes proprietários de terras e escravos, gradativamente, tendem a concentrar em suas mãos o acesso à terra, à escravaria e aos cargos públicos locais.”²¹¹

Como podemos perceber, criaram-se entre os suíços redes de comércio, desde a produção do café nas fazendas, o transporte e a venda, além da compra e venda de escravos. E as relações entre eles vão muito além das relações comerciais, pois os suíços também construíram uma rede familiar bem estabelecida. Os casamentos arranjados entre as famílias, geravam a perpetuação dos bens na própria comunidade imigrante. Sem dúvida, a existência desse grupo ajudou a construir a sociedade cantagalense imperial.

²⁰⁷ O Parahyba (RJ), ed.41, 1859, pp. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809047&pasta=ano%20185&pesq=quartin>. Acessado em 25 de fevereiro de 2020.

²⁰⁸ Jean-Joseph Monnerat – Genealogia da Família Monnerat. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 689.

²⁰⁹ Jornal do Comércio (RJ), ed. 148, 1863, pp. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=monerat. Disponível em 25 de fevereiro de 2020.

²¹⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do...* pp. 34.

²¹¹ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense... pp. 3.

2.3 Um vislumbre dos bens dos suíços: desvendando os inventários *post-mortem*.

Como pudemos constatar, os suíços, conseguiram acumular riquezas significativas. A produção cafeeira trouxe grandes oportunidades às famílias, tornando-as prósperas e ocupando espaço nas elites cantagalenses. Muitos documentos mostram a fortuna desses sujeitos, como já vimos nos Livros de Transcrição de Imóveis, Almanaks Administrativos, entre outras. Mas todas essas fontes seriam apenas um apanhado de informações, se não fossem trabalhadas de forma crítica e harmoniosa.

Ao cruzarmos essas fontes, podemos perceber as redes comerciais, familiares e políticas de um grupo social que durante muitos anos esteve presente na história regional, mas nunca alcançou um olhar mais significativo quanto a sua trajetória. Não queremos aqui declarar que os suíços fazem parte dos excluídos da sociedade, mas a presença deles é essencial para a compreensão da história da região. Giovanni Levi assegura que a micro-história não pretende exaltar os pequenos e excluídos, mas sim reconstruir a história social, a partir de um olhar mais analítico. “O normal e o cotidiano tornam-se protagonistas da história e as situações singulares assumem a intensidade de pontos de vista pelas quais explicam os funcionamentos sociais globais.”²¹²

Neste tópico, iremos analisar os bens dos suíços, a partir dos inventários *post-mortem* a que tivemos acesso. Os inventários são fontes múltiplas, pois com eles é possível conhecer não só a história econômica do sujeito ou do grupo, mas também a história social, política, demográfica e das mentalidades. Segundo João Fragoso e Renato Pitzer, com essas fontes, é oportuno não apenas recuperar um personagem, mas sim vários. “Isto é, diversas vidas de diferentes grupos sociais [...]. Pessoas e grupos sociais, cujo conjunto tenso, com as suas contradições, formam uma sociedade”.²¹³ Os historiadores ainda ressaltam que esse tipo de fonte permite que novos olhares sejam voltados a elas e possibilitam perceber os comportamentos e reações pelas quais as pessoas constroem um sistema.²¹⁴

Os inventários que analisamos trazem informações básicas sobre a vida dos imigrantes e riquezas que conquistaram, após deslocarem-se para a Vila de Cantagallo. Jonis Freire indaga: “O que determinava quem era um homem rico naqueles tempos? Em

²¹² LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando... pp. 24.

²¹³ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post-mortem. *Revista Arrabalde*, Niterói, n.2, set./dez., 1988, pp. 2.

²¹⁴ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres e escravos...* pp. 3.

uma sociedade escravista, ser senhor de homens e de terras certamente determinava a riqueza dos indivíduos.”²¹⁵ Ainda Rita Almico afirma, com base em seu trabalho com inventários, que em sociedades majoritariamente agrárias, a riqueza constitui-se principalmente na posse de escravos e em café.²¹⁶

Keith Barbosa, em sua tese de doutorado, analisa inventários dos fazendeiros na Vila mapeando a população escrava das *plantations* da região, no período de 1815 a 1888²¹⁷. A historiadora trabalha com 355 inventários no mapeamento dos fazendeiros proprietários de escravos, e, com base nos dados levantados por ela, iremos destacar os inventários dos suíços e suas propriedades.

Quadro 11: Inventários dos proprietários de escravos em Cantagallo de 1831 a 1888.

| Período | Proprietários de escravos segundo Keith Barbosa | Suíços proprietários de escravos |
|--------------------|--|---|
| 1831 – 1840 | 8 inventários | 1 inventário |
| 1841 – 1850 | 27 inventários | ---- |
| 1851 – 1860 | 43 inventários | 2 inventários |
| 1861 – 1870 | 111 inventários | 5 inventários |
| 1871 – 1880 | 116 inventários | 6 inventários |
| 1881 - 1888 | 50 inventários | 5 inventários |

Fonte: BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014, pp. 69-84.

A partir da análise feita por Keith Barbosa, temos uma perspectiva social na Vila de Cantagallo, no decorrer de décadas de 1831 a 1888, considerando que a posse de escravos estava quase sempre atrelada à produção cafeeira que gerava grandes lucros aos fazendeiros. Segundo a historiadora, “ a consolidação da cultura cafeeira promoveu uma notável expansão da riqueza entre os proprietários da região e impulsionou o crescente

²¹⁵ FREIRE, Jonis. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais – século XIX. *Fronteiras*, Dourados - MS, v.11. n.19, pp.299-326, jan./jun. 2009, pp. 310.

²¹⁶ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoa em Juiz de Fora/ 1870-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, pp. 63.

²¹⁷ BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014, pp. 84.

fluxo de escravos que alimentavam as *plantations*.”²¹⁸ Seguindo essa premissa, concluímos que o fato de possuir escravos era um indício de prosperidade e riqueza. Os inventários dos suíços que analisamos apresentam a soma para cada proprietário:

Quadro 12: Suíços proprietários de escravos em Cantagallo de 1832 – 1888.

| Ano | Proprietário | Total de escravos |
|------|-----------------------------|-------------------|
| 1832 | João José Folly | 1 |
| 1856 | José Ludolf | 5 |
| 1860 | Josefina Jacqueroūd Bard | 9 |
| 1863 | Claudio Mathelin | 6 |
| 1864 | Henrique José Cortat | 37 |
| 1865 | Marianna Wermelinger | 5 |
| 1866 | João José Vial | 20 |
| 1866 | Joaquim Page | 10 |
| 1870 | Francisco Ansermet | 15 |
| 1872 | Contancio Ludolf | 2 |
| 1874 | Felicidade Remy Chevrand | 41 |
| 1876 | Francisco José Cortat | 29 |
| 1879 | Francisca Casemira Ludolf | 1 |
| 1880 | Carolina Lengruber Kropf | 9 |
| 1880 | Pedro José Cortat | 4 |
| 1882 | Leon José Lantemann | 6 |
| 1882 | Maria Ursula Meunier Cortat | 18 |
| 1883 | Francisco Robadey | 4 |
| 1888 | Amelia Cosendey Rodabey | 1 |

Fonte: Inventários dos suíços²¹⁹ – Cantagalo 1831 a 1888.

Rodrigo Marreto, que também analisa os inventários de moradores da Vila Cantagallo, assevera que os proprietários da região podem ser divididos em cinco

²¹⁸ BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças...* pp. 67.

²¹⁹ Todos os nomes listados no **Quadro 10** foram conferidos nas genealogias listadas por de Henrique Bon em sua obra “*Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da Independência*”.

categorias: micro proprietários - com um a quatro escravos; pequenos proprietários - de 05 a 19 escravos; médios proprietários - de 20 a 49 escravos; grandes proprietários - de 50 a 99 escravos e mega proprietários - com mais de 100 escravos.²²⁰ De acordo com a análise do historiador, e com base nas informações dos inventários, concluímos que os suíços enquadravam-se nas categorias de micro, pequeno e médio proprietários.

O inventário de João José Folly, supracitado nesse capítulo, é o único registro *post-mortem* de suíços que encontramos no período de 1820 a 1850. Embora ele não tivesse muitos bens, em 1832, podemos notar uma considerável produção cafeeira, com 6.000 pés de café. Além disso, ele possuía um escravo proveniente do tráfico e terras, e enquadrava-se na categoria de micro proprietário. Sheila de Castro Faria ao analisar alguns inventários dessa época, expõe a riqueza de alguns fazendeiros que já estavam na Vila de Cantagallo, alguns anos antes. Segundo a historiadora, os bens inventariados até 1820, mostravam uma produção de alimentos para o mercado interno e para a subsistência, a produção cafeeira já entrava cena, mas, até aquele momento a criação de porcos era a atividade mais rentável. “A família mais rica da amostra, de 1817, com 27 escravos, tinha 100 cabeças de porcos de pasto avaliados em trinta e cinco mil e duzentos réis (35\$200)”.²²¹

No período em que os suíços se instalam na Vila, a fonte de riqueza que despontava era o café, mudando as formas de análise dos inventários. A produção de gêneros foi diversificando-se e “[...] em uma mesma época coexistiam fortunas que estavam em patamares diferentes, uns mais bem aquinhoados que os outros, em uma região teoricamente recém-aberta ao migrante.”²²²

O próximo inventário que iremos analisar é o de José Ludolf, do ano de 1856. O suíço era filho de Joseph Lutolf e Joana Claudina Minari Ludolf, casado como Mariana Pereira Luz e não teve filhos.²²³ O documento aponta como inventariante a própria mãe de José Ludolf, e não há nenhuma referência à partilha dos bens com sua esposa, indicando que suas posses podem ter ficado na família Ludolf. Abaixo iremos descrever os bens de José Ludolf constantes em seu inventário.

²²⁰ MARRETO, Rodrigo. *O opulento capitalista...* pp. 78.

²²¹ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 13.

²²² FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 18.

²²³ Joseph Ludolf – Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 631.

Tabela 1: Bens de José Ludolf , 1856.

| BENS MÓVEIS | VALOR | % |
|--|--------------|----------|
| mesa de jantar, mesa pequena, bancos, escrivaninha, armário, espelho, ferramentas, copos, talheres, panelas, relógio | 407\$140 | 1,5 |
| ALIMENTOS | VALOR | % |
| Arroz, milho e café | 376\$600 | 1,4 |
| SEMOVENTES | VALOR | % |
| Porcos e cavalos | 200\$000 | 0,7 |
| Escravos | 6:100\$000 | 22,9 |
| BENS RAIZ | VALOR | % |
| Terras com benfeitorias, pés de café, casa térrea | 8:310\$000 | 31,1 |
| | | |
| Quantia em mãos da inventariante | 11:334\$100 | 42,4 |
| TOTAL | 26:727\$840 | |

Fonte: Inventário de José Ludolf - Cantagallo, 1856.

O suíço José Ludolf era proprietário de terras, lavouras de café e escravos, e sua família foi, aos poucos, alcançando proeminência e prestígio. Analisando o inventário do José Ludolf, percebemos que ele fazia parte da elite cafeeira, através da união de diversos elementos: café, terras, escravos e política. Os bens de maior valor da fortuna de José Ludolf eram: nove alqueires de terras, 126 alqueires de terra em pés de café, benfeitorias (uma casa de vivenda, um paiol de café e milho, um moinho) e uma casa térrea, somando oito contos, trezentos e dez mil réis (8:310\$000). Em segundo lugar, estavam os escravos, somando o valor de seis contos e cem mil réis (6:100\$000). De acordo com o inventário, o suíço possuía cinco escravos, sendo quatro de nação e um crioulo. Mesmo sendo um micro proprietário, segundo a categorização feita por Rodrigo Marreto, o suíço possuía muitos alqueires de terra.

Nos bens móveis, iremos encontrar mobília, ferramentas de roça e louças, somando um total de quatrocentos e sete mil, cento e quarenta réis (407\$140). Rita Almico identifica que essa categoria de bens, pode possibilitar ao pesquisador, adentrar na casa do inventariado e conhecer um pouco da vida do mesmo. “[...] pode até não ter um valor monetário significativo, mas com certeza tem o seu valor sentimental e revela,

sem dúvida um pouco do que somos.”²²⁴ Seguindo a afirmação da historiadora, ressaltamos a presença de “01 relógio de ouro com corrente”, no valor de cento e cinquenta mil réis (150\$000), em meio ao montante de bens móveis. De acordo com Sheila de Castro Faria, pouquíssimos senhores no Brasil possuíam relógio. A historiadora afirma que, a partir de 1830, a presença dos relógios nos inventários é constante, confirmando que a presença dos suíços na região proporcionou trocas culturais com a sociedade,

O conjunto de bens de vários inventariados até a década de 1830 primava, de maneira surpreendente, por objetos sofisticados e adquiridos por importação, em um momento que, teoricamente, a região ainda estava coberta de matas e era de difícil acesso, e a capital do novo Império engatinhava em tentar parecer mais europeia.²²⁵

Além disso, no inventário é caracterizado um valor de onze contos trezentos e trinta e quatro mil e cem réis (11:334\$100), em poder da inventariante, que era a mãe de José Ludolf, indicando o poder monetário que o suíço tinha em mãos. O suíço também tinha grande proeminência política. No ano de 1847, seu nome é citado como um dos fazendeiros eleitores da Vila de Cantagallo, pelo *Jornal do Comércio*.²²⁶ O mesmo ainda chegou ao cargo de juiz municipal substituto, mas sua atuação não foi muito estimada pelos da Vila, tanto que no ano de 1848, o periódico *Diário do Rio de Janeiro* traz a seguinte informação sobre o Sr. Ludolf:

Ao Dr. Juiz de direito da comarca de Cantagallo, remetendo o ofício datado de 7 de fevereiro, e documentos anexos, em que o bacharel Luiz Francisco da Silva, que servia de juiz de direito da mesma comarca, se queixara do procedimento do substituto do juiz municipal de Cantagalo, José Ludolf, a fim de que, inteirado dos fatos alegados, proceda na forma da lei.²²⁷

De acordo com Eliana Vinhaes, o investimento em terras e cativos forjou um perfil de elite que floresceu na região durante o século XIX. Além disso, a historiadora acrescenta a obtenção de cargos políticos na composição das elites, e ainda cita alguns casos de proprietário de terras e cativos, como exemplo da formação dessa elite, sendo o

²²⁴ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento...* pp. 79.

²²⁵ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 34.

²²⁶ *Jornal do Comércio* (RJ), ed. 334, 1847, pp. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&pasta=ano%20184&pesq=Ludolf. Acessado em 07 de março de 2020.

²²⁷ *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), ed. 07810, 1848, pp.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Jos%C3%A9%20Ludolf&pasta=ano%20184. Acessado em 09 de março de 2020.

primeiro Antonio Francisco França, fazendeiro de café, suplente de Vereador, Juiz Municipal de Órfãos e Juiz de Paz, em 1863. Outro exemplo citado é o de Antonio Machado Botelho Sobrinho, fazendeiro de café, em 1854, que tornou-se Juiz de Paz, Juiz de Órfãos e vereador e por último, João Guerreiro Bogado, fazendeiro em 1850 e em 1861, Juiz de Paz.²²⁸ Portanto, José Ludolf integra-se nessa elite, alinhando vários elementos essenciais para incorporar-se a ela.

Através do cruzamento das fontes, observamos que a família Ludolf conquistou um patrimônio considerável. No Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, dos anos de 1854 e 1856, é citado como fazendeiro de café Francisco Ludolf,²²⁹ irmão de José Ludolf. Em 1860, o mesmo Francisco Ludolf e sua mãe Joanna Claudina Ludolf são citados no jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* como fazendeiros donos de tropa. O mesmo jornal, no ano de 1863, menciona Francisco Ludolf e Felipe Ludolf²³⁰, irmãos de José Ludolf, como eleitores da Vila de Cantagallo.

Em 1874, no Livro de Transcrição de Imóveis 002, há um registro de uma irmã de José Ludolf, D. Martha Ludolf²³¹ uma casa no valor de cinco contos de réis (5:000\$000). E em 1882, a firma Ludolf Junior e Abreu adquire uma casa no valor de três contos e quinhentos mil réis (3:500\$000) que confrontava pelos fundos com a propriedade de Felipe Ludolf.²³² Os próximos inventários que analisaremos são dos irmãos da família Cortat: Henrique José Cortat e Francisco José Cortat. O inventário de Henrique José Cortat é feito no ano de 1864 e sua esposa, Maria Ursula Cortat, é a inventariante. Abaixo segue a transcrição dos bens do suíço.

²²⁸ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no... pp. 4-5.

²²⁹ Francisco Ludolf – Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 632.

²³⁰ Felipe Ludolf – Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 632.

²³¹ Marthe-Marie Ludolf - Genealogia da Família Lütolf. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 631.

²³² Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1882, pp. 188V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Tabela 2: Bens de Henrique José Cortat, 1864.

| BENS MÓVEIS | VALOR | % |
|--|--------------------|----------|
| Taxos, talheres, panelas, castiçais, foices, enxadas, machados, roupas de cama, mesas, cama, sofá, bancos, carro | 415\$500 | 0,8 |
| SEMOVENTES | VALOR | % |
| Bois, vacas, novilhos, burros e porcos | 1:629\$000 | 3,2 |
| Escravos | 36:100\$00 | 70,5 |
| BENS DE RAIZ | VALOR | % |
| Pastos, pés de café, benfeitorias, casas | 12:790\$000 | 25,0 |
| ALIMENTOS | VALOR | % |
| Milho, arroz e feijão | 300\$000 | 0,5 |
| TOTAL | 51:234\$500 | |

Fonte: Inventário de Henrique José Cortat - Cantagallo, 1864.

O volumoso inventário de Henrique José Cortat²³³ indica uma fortuna crescente, pois ele possuía terras, escravos e lavouras de café, o que era indicador de prosperidade. Segundo Jonis Freire, as maiores inversões de capital davam-se primeiro em escravos, depois em terras e café.²³⁴ Sobre as terras de Henrique J. Cortat, encontramos nos bens de raiz 200 alqueires com plantação de milho, 50 alqueires de arroz e, 50 alqueires de feijão, pelo valor de trezentos mil réis (300\$000) e ainda 20 alqueires de terra por dois contos de réis (2:000\$000). Jonis Freire assegura que, mesmo a produção cafeeira sendo a mais importante, outros produtos de subsistência eram cultivados conjuntamente.²³⁵ Sheila de Castro Faria afirma que a rapidez com que a cafeicultura escravista foi montada na Vila de Cantagallo deve-se ao fato da região ter sido ocupada com a produção de alimentos, após o declínio da exploração aurífera²³⁶. Quando confrontados com o essas informações no inventário de Henrique José Cortat, compreendemos que a produção de subsistência, era cultivada junto à produção cafeeira.

O suíço também possuía, casas e benfeitorias (casa de paiol, galinheiro, engenho, moinho, senzalas, pastos) e 67 mil pés de café, subdivididos por idades; 25 mil pés de

²³³ Henri-Joseph Cortat – Genealogia da Família Cortat. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 392.

²³⁴ FREIRE, Jonis. *Composição da riqueza em...* pp. 311.

²³⁵ FREIRE, Jonis. *Composição da riqueza em...* pp. 317.

²³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café...* pp. 25.

café velhos, 20 mil pés de café de dois anos, seis mil pés de café de seis anos, seis mil pés de café de quatro anos, 10 mil pés de café de um ano e 400 arrobas de café já colhidas. Rita Almico explica que, na cultura do café, um pé demora de 4 a 5 anos para produzir. Portanto, as plantas mais novas terão um valor menor do que as que estão em produção e, conseqüentemente, os pés de café mais velhos (após os 20 anos) terão menor valor.²³⁷ Considerando isso, a produção de café de Henrique José Cortat estava em desenvolvimento, pois o suíço possuía pés de café novos e velhos, dinamizando a produção.

Nos bens semoventes, encontramos bois, vacas, porcos e burros. Os avaliadores foram bem específicos no que se refere aos burros pertencentes ao suíço, sendo especificados por nome, totalizando 31 animais, no valor de 1:210\$000. É provável que Henrique José Cortat tenha tido sua própria tropa, devido à quantidade de burros que possuía, para transporte de seu café até a Corte, assim como outros compatriotas também o faziam. Na categoria semoventes, também encontramos os escravos pertencentes ao finado Henrique José Cortat, contabilizando 37 cativos (de nação e crioulos) no valor de trinta e seis contos e cem mil réis (36:100\$000), sendo o ativo de maior valor no inventário do suíço, o que o classificava como médio proprietário, de acordo com Rodrigo Marreto. Vitória Schettini assevera que a Lei Euzébio de Queiroz pôs fim ao tráfico internacional, mas fomentou o tráfico interprovincial, encarecendo o valor do cativo. “Estes preços que eram em média 800\$000 (oitocentos mil réis) [...] passaram em 1858 para 2:000\$000 (dois contos de réis)”.²³⁸

Os escravos de Henrique José Cortat dividem-se em escravos de nação e escravos crioulos e podemos perceber que os primeiros tinham um valor bem menor, o que nos leva a considerar que na Vila de Cantagallo a crioulistização das escravarias era uma prática comum. Vitória Schettini, descreve que em uma comunidade agrícola, onde o trabalho escravo tinha fundamental papel econômico, para expandir a produção era essencial aumentar o plantel de escravos.²³⁹ Segundo Keith Barbosa, 1851 a 1860 foi um período em que houve na Vila, um considerável aumento no número de cativos devido à expansão cafeeira, portanto as escravarias foram bem numerosas nesse período.²⁴⁰

²³⁷ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento...* pp. 73.

²³⁸ ANDRADE, Vitória Schettini. A alocação da riqueza na zona da mata mineira. São Paulo do Muriaé, 1846-1888. *Revista de Pesquisa Histórica – CLIO* (Recife), n.36, jan/jun, 2018, pp. 61.

²³⁹ ANDRADE, Vitória Schettini. A alocação da riqueza... pp. 63.

²⁴⁰ BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças...* pp. 75.

Como nossa análise está sendo construída através do entrelaçamento de fontes, é pertinente ressaltar as informações do Almanaks Administrativos do Rio de Janeiro, onde o sr. Cortat é citado. Nos anos de 1853, 1854, 1855 e 1856, o suíço é citado como fazendeiro de café e nos anos de 1858 e 1860, Henrique José Cortat está na lista dos fazendeiros de engenho.

Após a morte de Henrique José Cortat, sua esposa e filhos continuam sendo mencionados nos Almanaks como fazendeiros, pois em 1876, na categoria “fazendeiros de engenho” são citados: Viúva & herdeiros de Henrique José Cortat, concluindo que a fortuna do suíço foi dividida entre sua viúva e filhos, perpetuando seu legado. De acordo com Jonis Freire, os herdeiros recebiam, além dos bens dos pais, uma visão de mundo e de valores familiares²⁴¹ e foi o que aconteceu com a família de Henrique José Cortat. Além do inventário de Henrique José, também tivemos acesso ao inventário de seu irmão Francisco José Cortat, que também revelava as riquezas do suíço.

Francisco José Cortat²⁴² era casado com Umbelina Maria da Fonseca e teve oito filhos. Seus bens são distribuídos no inventário, de acordo com as propriedades que possuía: A Fazenda do Córrego do Vigário, o Sítio do Quilombo e o Sítio do Brejo e ainda 15 alqueires de terra, no Sítio Taquara. O suíço também possuía: 46 mil pés de café, móveis em todas as propriedades, três juntas de bois e três bestas; casas e senzala de telhas e 29 escravos (de nação e crioulos). O total dos bens de Francisco José Cortat soma setenta e três contos duzentos e trinta e quatro mil réis (73:234\$000). No ano de 1880, no Livro de Transcrição de Imóveis nº 003, a viúva de Francisco José Cortat, D. Umbelina Maria da Fonseca Cortat, vende um sítio denominado “Desenganos” a Serafim Lugon-Moulin²⁴³ (também suíço) pelo valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000), o que mostra que sua família continuou negociando e fazendo a fortuna familiar movimentar-se. Se na Vila formou-se uma classe elitizada pela aquisição de bens, entre os suíços também houve esse crescimento.

O último inventário que analisaremos é da Dona Carolina Lemgruber Kropf. Destacamos que há lacunas entre os períodos dos inventários que analisamos, mas aqueles a que tivemos acesso mostra-nos uma situação socioeconômica bem definida das famílias suíças. Abaixo segue a descrição dos bens de Dona Carolina Lemgruber.

²⁴¹ FREIRE, Jonis. Composição da riqueza em... pp. 304

²⁴² François-Joseph Cortat – Genealogia da Família Cortat. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 391.

²⁴³ Serafim Lugon-Moulin – Genealogia da Família Lugon-Moulin. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 624.

Tabela 3: Bens de Dona Carolina Lemgruber Kropf, 1881.

| BENS MÓVEIS | VALOR | % |
|---|--------------------|----------|
| Mobília de sala de visitas (austríaca), espelho, lavatório, camas, guarda-roupas, mesas, cadeiras, louças, máquina de costura | 744\$000 | 2,2 |
| SEMOVENTES | VALOR | % |
| Escravos | 11:800\$000 | 34,9 |
| BENS DE RAIZ | VALOR | % |
| Casas, terras, pés de café | 21:205\$000 | 62,9 |
| TOTAL | 33:749\$000 | |

Fonte: Inventário de Dona Carolina Lemgruber Kropf – Cantagallo, 1881

Dona Carolina Lemgruber Kropf faz parte da segunda geração dos imigrantes, pois ela é filha de Fidel Leimgruber (suíço da imigração) e Maria Luisa Monnerat Lutterbach²⁴⁴ descendente da família Monnerat e Lutterbach, ambas de imigrantes, era casada com Nicolau Kropf (que foi o inventariante) e teve quatro filhos que, segundo o inventário da mesma, são: Carlos, de sete anos; Amélia, de quatro anos; Albertina, de três anos e Carolina de sete meses. O cônjuge de Dona Carolina era descendente da família Kropf, de origem alemã, que ocuparam as terras abandonadas pelos suíços, na Vila de Nova Friburgo, mas, assim como os suíços, grande parte das famílias desertaram para a Vila de Cantagallo devido à prosperidade advinda do café.

Os bens de Dona Carolina englobam móveis, escravos e propriedades como casas e terras e mostra-nos como os bens familiares foram mantidos e, por vezes, aumentados. A família Lemgruber adquiriu muitas terras na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo. No ano de 1876, Fidelis Lemgruber²⁴⁵, irmão de Carolina, comprou uma casa na “rua Princesa Imperial”. Esse imóvel pertencia a seu cunhado Nicolau Kropf, sendo-lhe vendida por cinco contos de réis (5:000\$000). A casa tinha três portas, uma janela e um portão de frente e seu terreno era de 1672 metros² e 22 cm.²⁴⁶ Em 1880, a mãe de Carolina, Dona Maria Luiza Monnerat Lutterbach, comprou terras e cafezais encravados na

²⁴⁴ Carolina Lemgruber – Genealogia da Família Leimgruber. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 615.

²⁴⁵ Fidelis Lemgruber - Genealogia da Família Leimgruber. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 614.

²⁴⁶ Livro de Transcrição de Imóveis 005, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1876, pp. 114V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Fazenda Monte Alegre, pelo valor de sessenta contos duzentos e vinte e cinco mil réis (60:225\$0000)²⁴⁷.

Com os inventários, podemos perceber não apenas os bens acumulados pelos indivíduos, mas também a sua distribuição e manutenção na família. Os bens individuais tornavam-se bens de família e, conseqüentemente, fazer parte dessas famílias era algo significativo gerando abundância de bens.

2.4 A união aumenta a força – um estudo da família.

Até esse tópico, discutimos sobre a posse de terras e os escravos dos imigrantes suíços. No entanto, daremos início a análise sobre o estudo da família e como os imigrantes construíram estratégias sociais bem definidas.

Carlos Bacellar assegura que o estudo da história da família é campo fértil de investigação.²⁴⁸ O historiador ressalta que, no Brasil, tal campo de pesquisa tem prosperado para além da história demográfica. Ana Silvia Scott afirma que a pesquisa sobre a família deve desenvolver-se para além dos dados quantitativos, possibilitando visualizar as estratégias e redes familiares. Nesse sentido, a historiadora ressalta a importância da micro história na escala de análise:

A observação possibilitada através dos jogos de escala permitiu avançar nas discussões relativas às estratégias familiares e às redes sociais para as sociedades do passado. Essa perspectiva apresenta-se como um campo rico de investigação, especialmente se admitirmos que toda a ação social é o resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar, por isso mesmo implica numa constante negociação e, por que não dizer, manipulação, diante de uma realidade normativa que oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.²⁴⁹

Sobre a micro história ligada à história da imigração, Giovanni Levi certifica que essa abordagem não se refere ao estudo das coisas pequenas, e sim de coisas grandes com um microscópio, ou seja, a busca por algo complexo e/ou diferente em um objeto particular.²⁵⁰ Marcos Witt explica que os pequenos fatos familiares descortinam a vida dos imigrantes. “No dia a dia, nas minúsculas ações, nas poucas palavras e muitos olhares

²⁴⁷ Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1880, pp. 157V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

²⁴⁸ BACELLAR, Carlos A. P. As fontes para o estudo da família no passado. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. vol. 3 – São Leopoldo: Oikos – Editora Unisinos, 2014, pp. 263.

²⁴⁹ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as famílias no passado... pp. 14.

²⁵⁰ LEVI, Giovanni. Micro-história e história da... pp. 248.

é que o imigrante e seu descendente agigantam a sua lógica de inserção e organização social”.²⁵¹

Mas analisar a história das famílias dos imigrantes não seria possível sem o uso das diversas fontes a que tivemos acesso. “Ao historiador da família cabe, portanto, a tarefa de desbravar as fontes documentais disponíveis que restaram mais ou menos intactas”.²⁵² Os registros de que dispomos, mostraram-nos um campo diferente a ser analisado na vida desses indivíduos que deixaram sua pátria e vieram estabelecer-se em solo brasileiro, porém Carlos Baccellar levanta uma questão importante para a qual devemos nos atentar: a importância das genealogias, no estudo das famílias.

Sobre as genealogias, iremos nos ater a duas fontes essenciais para nossa pesquisa: a primeira é a análise sobre a obra *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da Independência*, do Dr. Henrique Bon, lançado na Suíça e posteriormente no Brasil. Dr. Bom é um descendente de imigrantes suíços, que após de 20 anos de pesquisa, escreveu uma obra de fôlego, traçando, a partir de diversas fontes documentais, a árvore genealógica de cada indivíduo que imigrou para o Brasil (alguns até a 3ª geração). A partir do trabalho de Henrique Bon, conseguimos perceber o intrincado conjunto social que as famílias dos imigrantes construíram.

A segunda fonte genealógica de pesquisa que nos possibilitou a construir esse estudo foi o *site Family Search*, onde encontramos a o desenho genealógico. Essas duas fontes de pesquisa são utilizadas como ferramentas para o cruzamento das informações encontradas nos documentos a que tivemos acesso. Segundo Ana Silvia Scott, a partir do interligamento de fontes é possível chegar à compreensão das relações;

Desta maneira, estão reunidos os elementos fundamentais para o estudo dessas redes, constituídas através dos vínculos de consanguinidade, aliança ou afinidade, bem como a partir de relações de outra natureza, como os vínculos de subordinação e/ou dependência.²⁵³

As famílias de imigrantes na Vila de Cantagallo uniram-se entre si, a partir do casamento, e formaram clãs sólidos, em que a fortuna familiar era unida e mantida. De acordo com Marcos Witt, com os acordos familiares, às vezes formavam-se grandes parentelas que visavam ao enriquecimento econômico, a projeção política e o status social

²⁵¹ WITT, Marcos Antonio. Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogo possível com os estudos sobre imigração alemã. In: . In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. vol. 3 – São Leopoldo: Oikos – Editora Unisinos, 2014, pp. 241.

²⁵² BACELLAR, Carlos A. P. As fontes para o estudo da família... pp. 269.

²⁵³ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado... pp. 15.

e espacial.²⁵⁴ Retornemos ao caso do inventário de Dona Carolina Lemgruber Kropf e analisemos sua família: o pai de Carolina era Fidel Leimgruber²⁵⁵ e sua mãe, Maria Luiza Monnerat Lutterbach²⁵⁶, proveniente da união de duas famílias de imigrantes. A partir da análise das fontes de que dispomos e das genealogias já aqui citadas, traçaremos a trajetórias das famílias aqui envolvidas.

A família do pai de Carolina, os Lemgruber, alcançou expansão e prestígio, na Vila. Além da firma Lemgruber & C., surgem dois irmãos do pai de Carolina: Marcos Lemgruber e João Batista Lemgruber que também são citados no Almanak como fazendeiros de engenho e terreiro de pedra. No Livro de Transcrição de Imóveis nº 002, o tio paterno de Carolina, Marcos Lemgruber, é mencionado comprando duas casas, uma em dezembro de 1872, no valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000)²⁵⁷, e outra, em janeiro de 1873, no valor de um conto e setecentos mil réis (1:700\$00).²⁵⁸ Além disso, em 1879, Antonio Ubelhart Lemgruber, primo paterno de Carolina, acha-se vendendo o Sítio Boa Esperança, no ano de 1880, por vinte e cinco contos oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos réis (25:837\$500)

As famílias da mãe de Carolina são: os Monnerat e os Lutterbach, famílias de prestígio e posses na Vila de Cantagallo. A avó materna de Carolina era da família Monnerat: Marie Barbe Regine Monnerat.²⁵⁹ Nos anos de 1853 a 1858, e de 1860 a 1865, Francisco Monnerat²⁶⁰, tio avô materno de Carolina (irmão da avó materna), é citado no Almanak Administrativo como fazendeiro de engenho. Em 1873, João José Monnerat, também tio avô materno de Carolina, aparece como proprietário na descrição das confrontações de um imóvel vendido: “Confronta pelos seus diversos lados com terras de Augusto de Souza Brandão, João José Monnerat, Laurindo José de Macedo [...]”²⁶¹, e em

²⁵⁴ WITT, Marcos Antonio. Mobilidade social e formação... pp. 247.

²⁵⁵ Fidel Leimgruber – Genealogia da Família Leimgruber. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 614.

²⁵⁶ Maria Luiza Monnerat Lutterbach – Genealogia da Família Luterbach. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 627.

²⁵⁷ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1872, pp. 21V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

²⁵⁸ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1873, pp. 25V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

²⁵⁹ Marie Barbe Regine Monnerat – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L7TB-FGC>. Acessado em 12 de março de 2020.

²⁶⁰ François Monnerat – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L71Y-SRP>. Acessado em 13 de março de 2020.

²⁶¹ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1873, pp. 57V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

1880, Henrique Monnerat,²⁶² mais um tio avô materno de Carolina doa a Fazenda Jequitibá, no valor de trinta e três contos quinhentos e dez mil réis (33:510\$000) a seus filhos.²⁶³

O avô materno de Carolina pertencia à família Lutterbach: José Lutterbach,²⁶⁴ é mencionado no Almanak Administrativo do Rio de Janeiro, nos anos de 1856, 1857, 1858 e 1860 como fazendeiro de estufa. No Livro de Transcrição de Imóveis 002, Antonio Lutterbach, tio de Carolina (irmão de sua mãe), aparece três vezes: a primeira, no ano de 1873, quando adquire uma “casa de taboinhas e 500 pés de café” pelo valor de cento e cinquenta mil réis (150\$000) e a dita casa confrontava com terras do mesmo. Em 1874, Antonio Lutterbach aparece pela segunda vez na descrição da confrontação de terras da Fazenda Três Barras, que está sendo permutada e, na terceira menção, ainda no ano de 1874, ele adquire 30 alqueires de terra “na situação da Boa Fé”, pelo valor de seis contos de réis (6:000\$000).²⁶⁵

No ano de 1874, também encontramos Maria Virginia Lutterbach Vidal, uma tia de Carolina (também irmã de sua mãe), permutando com Francisco Luiz Pinheiro sete alqueires de terra, na Fazenda Três Barras, no valor de dois contos e quatrocentos mil réis (2:400\$000), por oito alqueires de terra, no Sítio Vista Alegre, no valor de dois contos e quatrocentos mil réis, (2:400\$000).²⁶⁶ Podemos concluir que Carolina era oriunda de três famílias suíças de proeminência: Os Lemgruber, os Monnerat e os Lutterbach e, após seu casamento, passou a fazer parte da família Kropf, imigrantes alemães. As estratégias familiares seguiam bem arranjadas e estruturadas, e, assim como a família da Carolina, outras famílias também seguiram fazendo alianças, a fim de buscarem status social.

No próximo capítulo, abordaremos essas famílias de maneira mais profunda. Além disso, vamos analisar a vida das mulheres imigrantes, as muitas viúvas, donas e madames citadas nas fontes e que chefiaram suas famílias, realizando prósperos negócios, fazendo com que a pesquisa histórica sobre esse grupo alcance novas perspectivas.

²⁶² Henri Monnerat – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/LDHY-ZT4>. Acessado em 13 de março de 2020.

²⁶³ Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1880, pp. 160V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

²⁶⁴ Na fonte que temos seu nome aparece dessa maneira: José Lutterbach, mas de acordo com a genealogia da família Lutterbach seu nome, na forma correta é Joseph Jean C. Lutterbach. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L7TB-NP1>. Acessado em 12 de março de 2020.

²⁶⁵ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1873, pp. 78V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

²⁶⁶ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1874, pp. 84V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Capítulo III- Nascer, casar e viver em Cantagallo: estratégias familiares de sobrevivência e apogeu.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o estabelecimento dos suíços na Vila de São Pedro do Cantagallo e sobre a produção cafeeira desenvolvida por eles, levando ao crescimento econômico das famílias. Nesse terceiro capítulo, aprofundaremos a nossa análise sobre as relações construídas pela família suíça, a partir da pesquisa em documentos eclesiásticos, como os Livros de Casamento e de Batismos.

O estudo da família tem adquirido notoriedade na historiografia, por meio da História Demográfica. Os documentos paroquiais contribuem muito para o mapeamento e catalogação demográfica das famílias. No entanto, esses documentos também revelam as mais diversas conexões sociais que as famílias teciam, ao relacionar-se com a sociedade na qual estava inserida. Sheila de Castro Faria assevera que os registros paroquiais podem dar mais respostas ao estudo das estratégias familiares, ultrapassando a linha da análise estatístico-demográfica. “Um tanto de criatividade, com os números, é absolutamente necessário em casos como esses.”²⁶⁷

Para Sheila de Castro Faria, o termo família extrapola os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo isso ao mesmo tempo. “Ao invés de demarcar a família como um objeto em si mesmo, deve-se levar em conta a sociedade à sua volta [...]”²⁶⁸ e na perspectiva da Ana Silvia Scott, a ampliação do universo familiar para além do núcleo formado por pais, filhos e co-residentes tem ganhado atenção dos estudiosos interdisciplinares²⁶⁹, tornando o estudo da família algo bem dinâmico, e diverso.

Ao estudar a família suíça, buscamos compreender as alianças desenvolvidas pelos sujeitos, ao chegarem no “novo mundo”, ampliando os limites consanguíneos, pois, de acordo com Marcos Witt, há ainda muito o que pesquisar e escrever sobre as relações familiares no Brasil, principalmente as que foram separadas por quilômetros de distância, no que se refere às famílias imigrantes.²⁷⁰

²⁶⁷ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 44.

²⁶⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 43.

²⁶⁹ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado... pp. 14.

²⁷⁰ WITT, Marcos Antonio. A união perfeita: estratégias familiares e inserção política (Rio Grande do Sul – século XIX). In. *Anais do IX Encontro Estadual de História – Anpuh*, Rio Grande do Sul, 2008, pp. 2. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210858392_ARQUIVO_textoanpuh2008MarcosWitt.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

Nosso objetivo, ao pesquisar sobre as famílias suíças, é compreender os vínculos criados entre elas como forma de adaptação, continuidade e fortalecimento. De acordo com Mariana Muaze, a História da Família propõe uma apreensão das redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder tecidas pelas famílias de um grupo social.²⁷¹ Além disso, iremos analisar o papel da mulher como chefe dessas famílias, estando à frente dos negócios e na administração da fortuna da família.

3.1 As múltiplas estratégias construídas pelo casamento.

Quando os suíços chegaram à colônia criada, depararam-se com uma estrutura administrativa montada, como Câmara dos Vereadores, Juízes, Procuradores, Tabelião, entre outros. Segundo Mateus Barradas, todos os cargos eram ocupados por brasileiros católicos, o que demonstrava a hegemonia política dos que eram da Corte ou dos que tinham suas fazendas nas redondezas da colônia,²⁷² tendo tal fato, grande peso para a emancipação da Vila de Nova Friburgo.

As famílias suíças foram instaladas primeiramente em casas improvisadas, e por conta do excesso de pessoas, essas tiveram que acomodar mais pessoas do que o programado. Foram construídas em torno de 100 casas para acolher os suíços e, de acordo com Gisele Sanglard, essas cem casas eram divididas em três quarteirões, junto a uma praça e um hospital. “Havia ainda dois fornos comunitários, um armazém, um açougue, dois moinhos e um silo.”²⁷³ No entanto, Janaina Botelho assegura que, as casas assemelhavam-se a senzalas ou às típicas moradias das classes pobres do Brasil colonial,²⁷⁴ de modo que acumulasse o máximo de pessoas possível. “[...] eram construídas por uma única peça – quatro paredes, teto, portas e janelas – sendo o chão de terra batida”.²⁷⁵ Segue abaixo uma imagem que indica as posições das casas das famílias divididas por quarteirões:

²⁷¹ MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho, 2011, pp. 4. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300404775_ARQUIVO_ANPUH2011PRONEX.pdf. Acessado em 30 de junho de 2020.

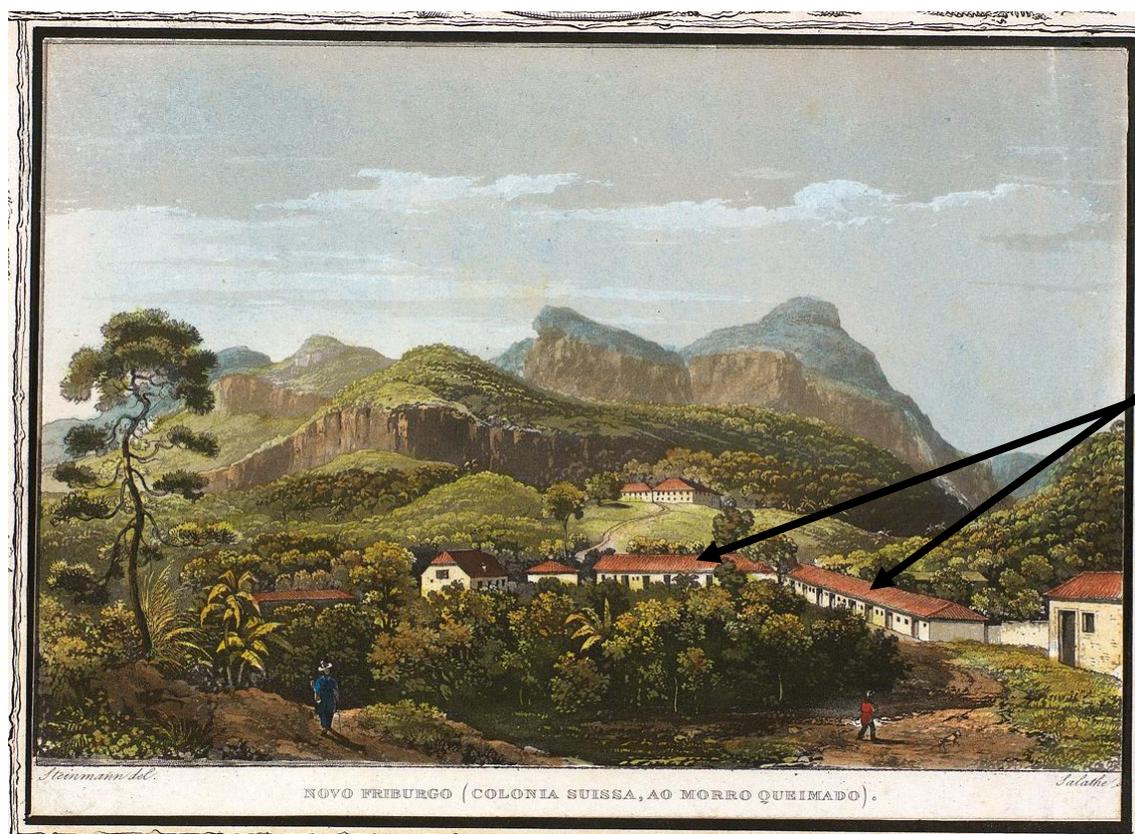
²⁷² BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...* pp. 82.

²⁷³ SANGLARD, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*. vol. 10(1): pp. 173-202. jan-abr., 2003, pp. 177.

²⁷⁴ CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *A representação da cidade-salubre...* pp. 34.

²⁷⁵ SANGLARD, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg... pp. 177.

Imagem 2: Nova Friburgo (Colônia Suíça) – Johann Steinmann, 1835.



Casas onde os
suíços foram
acomodados

Fonte: STEINMANN, Johann. *Souvenirs de Rio de Janeiro*, 1835, pp. 3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon35707/icon35707_06.html.

Acessado em 22 de julho de 2020.

Houve uma superlotação nas casas para que todos tivessem onde morar. Henrique Bon afirma que os suíços sobreviventes da viagem marítima foram incorporados à colônia em “famílias artificiais” com quatro, cinco ou seis sobrenomes diversos em uma só casa, uma vez que não havia casas e glebas em números suficientes para todos, além disso esses deveriam conviver bem entre si, já que iriam dividir um mesmo espaço²⁷⁶. O autor usa o conceito de “família artificial” para se referir a esses grandes grupos de familiares. Nessas casas, as “famílias artificiais” eram formadas por até 16 pessoas com sobrenomes diferentes e que acabavam formando um vínculo que ultrapassava a ligação consanguínea. Nós utilizaremos o conceito de família artificial, citado por Henrique Bon, para referir-nos aos grupos familiares suíços nos primeiros anos em solo brasileiro.

²⁷⁶ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 173.

As casas que acomodaram os suíços estavam divididas em três quarteirões, no terreno da antiga Fazenda do Morro Queimado, comprada pelo governo imperial para acomodá-los. A casa grande da antiga fazenda, segundo Gisele Sanglard, era destinada à moradia dos dignitários do governo junto à colônia.²⁷⁷ Já as casas dos suíços, de acordo com Jorge Mayer, foram distribuídas dessa forma: o primeiro quarteirão era formado das casas nº 1 ao nº 14; no segundo quarteirão as casas nº 15 ao nº 62; no terceiro quarteirão as casas nº 63 ao nº 100.²⁷⁸ Além das alianças construídas pelas “famílias artificiais”, a localização geográfica das casas também foi determinante na construção dos laços familiares. Henrique Bon explica que, na casa nº 3, a família artificial era composta pelo médico Porcelet, Jean-Baptiste Lapaire, Jean-Pierre Louis Boichat, Jean Baptiste Prudat e Joseph Cuttat, Marie Françoise Josette Rime, o casal Egloff, o pai e o filho Moïse, cinco membros da família Friaux, Pierre Louis Brique e o francês Etienne Rondot, que veio junto com os suíços.²⁷⁹

Foi a partir dessas “famílias artificiais” formadas na colônia suíça, que posteriormente, formaram-se as famílias no Brasil. Alguns aspectos eram determinantes para que indivíduos morassem juntos e formassem a família tais como: pessoas vindas de um mesmo cantão, pessoas que viajaram no mesmo navio, ou pessoas da mesma religião.²⁸⁰ Quanto a esse último critério, quando D. João VI elaborou o decreto de criação da colônia suíça, havia a condição de recrutamento de apenas suíços católicos, mas no meio dessa seleção, havia um grupo de protestantes calvinistas que vieram para o Brasil. Ao chegarem à colônia suíça, essas famílias enfrentaram muita pressão para se tornarem católicos. “[...] eles sofreram inúmeras pressões por parte do Monsenhor Miranda, inspetor da vila, para abdicar de sua fé durante sua instalação na vila.”²⁸¹ Ainda assim havia os suíços que não fizeram a abjuração de fé e continuaram protestantes, e esses buscavam sempre se unir. De acordo com Henrique Bon, os protestantes ficaram confinados entre a casa nº 93 e a casa nº 100.²⁸²

É importante compreendermos que a criação das “famílias artificiais”, caracterizada por Henrique Bon, foi essencial para o delineamento dos casamentos entre os suíços no Brasil, pois elas funcionaram como uma estratégia de sobrevivência no

²⁷⁷ SANGLARD, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg... pp. 177.

²⁷⁸ MAYER, JOSÉ MIGUEL. *Raízes e crise no mundo...* pp. 142.

²⁷⁹ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 173.

²⁸⁰ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 173.

²⁸¹ OLIVEIRA, Ronald. Unidos pela morte, separados pela vida... pp. 2.

²⁸² BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 174.

“novo mundo”, e uma forma de fortalecer as famílias suíças. Essa questão é essencial para que possamos compreender as ligações que os suíços construíram nos anos posteriores. Segundo Henrique Bon, nos primeiros anos de estabelecimento dos suíços no Brasil, os casamentos entre imigrantes e brasileiros raramente aconteciam:

Casamentos entre nacionais e suíços nestes primeiros anos não serão frequentes, ainda que muito cedo o elemento luso-brasileiro dominasse política e quantitativamente a vila. Quando ocorriam, tais consórcios não raro tinham como noivas órfãs da migração ou colônias de famílias pobres, cujo enlace poderia representar a alternativa a uma sobrevivência solitária em meio desconhecido ou mesmo hostil.²⁸³

Nos primeiros anos dos suíços no Brasil, a maioria dos casamentos ocorreu na Vila de Nova Friburgo, tendo como premissa os vínculos gerados pela “família artificial”, porém não tivemos acesso a esses registros. Quando esses migraram para a Vila de Cantagallo, já havia novas famílias formadas e, a partir de então, passaram a desenvolver-se na vila, como já discorremos no capítulo anterior. Nesse momento, os casamentos celebrados entre as famílias suíças, simbolizavam um desejo de fortalecimento e sobrevivência, buscando sempre algum vínculo para que alianças fossem construídas. Com o passar das décadas, os matrimônios alcançarão outros objetivos como a, obtenção de prestígio e a união de fortunas. “Os anos subsequentes acrescentarão outras variáveis e, [...], a geografia, a atividade econômica e o fato de ser ou não proprietário, ocuparão de vez o cenário na formação das famílias.”²⁸⁴

A mudança para a Vila Cantagallo marcou uma nova fase na vida das famílias suíças, pois, como já discorremos, os suíços passaram a prosperar, obtendo terras, escravos e propriedades, o que os levou a obterem também status entre os fazendeiros cantagalenses e a sociedade em geral. Portanto, os casamentos foram sendo gradualmente incorporados às estratégias de obtenção de prestígio tanto com a união entre as famílias de suíços mais prósperas, quanto entre outras famílias de prestígio. De acordo com Muriel Nazzari, os casamentos, tornaram-se em uma nova empresa produtiva, “as alianças matrimoniais eram, pois, alianças de negócios.”²⁸⁵

As fontes que analisamos registram alguns casamentos entre suíços no período de 1834 a 1842. Trata-se de fragmentos do Livro de Batismos nº 009A que se encontram em estado regular, com folhas deterioradas e manchadas que dificultam a leitura, mas mesmo

²⁸³ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 177.

²⁸⁴ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 177.

²⁸⁵ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 32.

assim, conseguimos extrair informações importantes desses fragmentos. Os registros contêm 387 registros de casamentos e, desse total, 17 são de casamentos entre os suíços, e três são de casamentos de suíços com outras famílias. As testemunhas dos casamentos são, em sua grande maioria, os próprios suíços, mas ainda há testemunhas brasileiras. De acordo com Janaina Perrayon Lopes a presença das testemunhas de casamento significa muito mais do que uma simples formalidade, antes, elas eram escolhidas com muito cuidado assumindo o mesmo papel de um padrinho de batismo. A historiadora assegura que, para a historiografia, as testemunhas de casamento não tinham a mesma importância que os padrinhos de batismo, no entanto,

(...) estas pessoas não foram pinçadas aleatoriamente pelos casais para cumprir uma mera formalidade, mas, por algum motivo específico, foram escolhidas cuidadosamente e compareceram à cerimônia numa condição muito mais próxima à figura de um padrinho como o de batismo.²⁸⁶

Considerando a afirmação de Janaina Perrayon Lopes, acreditamos que as escolhas de testemunhas dos casamentos dos suíços eram feitas de forma que significassem a ligação entre eles. Era uma forma de aliança social, assim como os padrinhos de batismo tinham ligação com os batizados. No quadro abaixo, reproduziremos os casamentos encontrados e as testemunhas escolhidas pelos suíços:

²⁸⁶ LOPES, Janaina Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c.1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, 2006, pp. 80.

Quadro 13: Casamentos dos suíços em Cantagallo, 1834 a 1842

| Data do Casamento | Nome dos Noivos | Testemunhas |
|--------------------------|--|---|
| 04/02/1834 | Pedro Schwartz e Madalena Folly | Luiz Pinheiro e José Schwartz |
| 04/02/1834 | João José Folly e Maria Thereza Schwartz | Luiz Pinheiro e José Schwartz |
| 06/05/1834 | José Bard e Maria José Jacqueroud | José Tardin e Auguste Pic |
| 13/05/1834 | Pedro José Meunier e Maria Josefa Bersot | Pedro Pellet e Victor Bersot |
| 23/06/1834 | João Pedro Castella e Maria Madalena Schwartz | José Curty e Lourenço Curty |
| 09/07/1834 | José Klein (viúvo) e Maria Voirol | Pedro Voirol e Luiz [...] |
| 23/04/1835 | José Dafflon e Julia Chappuis | [...] |
| 22/06/1835 | Pedro José Pic e Thereza Bussard | Antonio [Goulart] e Joaquim Pic |
| 30/07/1835 | José Ludolf e Mariana Pereira Luz (viúva) | Maria Pereira Caldas e Francisco Bellieni |
| 01/10/1835 | José Maria Pereira Caldas e Luiza Henard | Antonio Clemente Pinto e José Ludolf |
| 03/10/1835 | José Hentzy e Maria Barbara Overney | Germano Meunier e José Crelier |
| [...]/05/1836 | José Meunier e Marina Crelier | Germano Meunier e Henrique José Cortat |
| 15/05/1836 | Luiz Jacob Friaux e Maria Madalena Crelier | Germano Meunier e Henrique José Cortat |
| 05/06/1837 | Claudio Magne e Maria Ursula Cosendey | Francisco Magne e José Cosendey |
| 12/07/1837 | Henrique Christie e Luiza Agostina Friaux | Adriano [...], Maria Christie e Luiz Friaux |
| 21/04/1840 | Pedro Pic e Madalena Bard | João Pic e Maria Pereira Caldas |
| 13/07/1840 | José Luiz Haslimann e Catarina Elizabeth Elmiger | Luiz Bellieni e Ricardo José de Sá |
| 19/04/1840 | José Vicente Cosendey e Ana Maria Clara Kuenzi | João José Cosendey e João Cosendey |
| 26/09/1841 | Antonio Liaudat e Livia Allegro | José Dutra e Mauricio Vieira |
| 21/02/1842 | Francisco Reloge e Maria Barbara Boechat | Victor [...] e Claudio Mathelin |

Fonte: Livro de Casamento 009A (fragmentos), Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagallo, 1834 a 1842. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagallo.

Ao analisarmos esses registros de casamento, conseguimos extrair informações importantes sobre o período inicial do estabelecimento dos suíços na Vila de Cantagallo. Primeiramente, os casamentos assumiam um papel diferente: o de inserção na sociedade cantagalense. Um bom exemplo é o casamento de José Maria Pereira Caldas e Luiza Henard²⁸⁷, suíça da imigração, listada no Almanak entre 1848 a 1850 como modista²⁸⁸ na Vila, e que tem como testemunha Antonio Clemente Pinto, um dos grandes fazendeiros de café da região, que fez fortuna com o comércio de escravos e depois com a produção de café, chegando a obter o título de Barão de Nova Friburgo e José Ludolf, cuja família alcançou proeminência, por conta do café e cargos políticos, pois o mesmo José Ludolf, em 1850, chegou a ser Juiz de Órfãos.²⁸⁹ Essa aproximação dos suíços com pessoas de prestígio acarretou certo peso para que eles também conseguissem obter status social. Segundo Sheila de Castro Faria, as estratégias familiares iam além da fortuna, pois para caracterizar um grupo como “principais”, era necessário levar em conta alguns aspectos, tais como a “brancura” da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes e atividade agrária, entre outros.²⁹⁰

A segunda questão importante que destacamos, a partir da análise dos registros de casamento dos suíços é a formação de clãs familiares fechados. Henrique Bon afirma que é possível visualizar algumas famílias de suíços, isolando-se e formando poderosos clãs.²⁹¹ Tomando como exemplo, os casamentos de Pedro Schwartz²⁹² e Madalena Folly²⁹³ e o de João José Folly²⁹⁴ e Maria Thereza Schwartz²⁹⁵, que constitui casamento entre os irmãos Folly e Schwartz, fortalecendo os laços entre as duas famílias, formando um clã. A união dessas famílias ainda se manifesta no casamento de João Pedro Castella

²⁸⁷ Louise Hennard – Genealogia da família Hennard. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 520.

²⁸⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00007, 1850, pp. 536. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3672>. Acessado em 16 de julho de 2020.

²⁸⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00007, 1850, pp. 535. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3672>. Acessado em 16 de julho de 2020.

²⁹⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 207.

²⁹¹ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 178.

²⁹² Pierre Schwartz – Genealogia da Família Schwartz. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 826

²⁹³ Madeleine Folly – Genealogia da Família Folly. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 458.

²⁹⁴ Jean-Joseph Folly - Genealogia da Família Folly. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 458.

²⁹⁵ Marie-Thérèse Schwartz – Genealogia da Família Schwartz. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 827.

e Maria Madalena Schwartz²⁹⁶, filha de Jean Schwartz e Marianne Folly, demonstrando a união e força das duas famílias. Os integrantes da família Folly ocuparam posições elevadas ao lado de outros fazendeiros de café da Vila. Em 1854 e 1855, João José Folly, é listado como *fazendeiro de café*, indicando uma elevada posição econômica.

A terceira questão são os casamentos entre os suíços e famílias não-suíças como é o caso do casamento de José Ludolf, que se casou com Mariana Pereira Luz, que era viúva. Além disso, notamos que uma das testemunhas do casamento de José Ludolf era um membro da família Belliene de origem italiana, Francisco Bellieni, mostrando as conexões entre tais famílias. Esse fato mostra as gradações das variáveis nas relações sociais entre os suíços e a sociedade cantagalense, visto que o casamento agora não assumia mais um papel de “vínculo” ou “sobrevivência”, mas um papel social e/ou econômico.

Como já discurremos, muitos suíços calvinistas sofreram pressão para abjurarem sua religião e tornarem-se católicos. Os que permaneceram protestantes não chegaram a erguer igrejas, mas em 1824, uma nova leva de europeus chegou à região, dessa vez por um movimento empreendido pelo imperador D. Pedro I. Os alemães chegaram à Vila de Nova Friburgo e ocupam os terrenos abandonados pelos suíços. Com a presença dos alemães protestantes na região a situação dos protestantes que ainda estavam em Nova Friburgo começou, pouco a pouco, a mudar, pois entre os imigrantes estava o pastor luterano, Friedrich Oswald Sauerbronn, que fundou, nessa Vila, a Primeira Igreja Luterana no Brasil. Com a presença da Igreja Luterana, muitos suíços que haviam se convertido ao catolicismo retornaram ao protestantismo.

Não encontramos na Vila nenhum grupo de protestantes exercendo sua fé livremente, como veio a acontecer na Vila de Nova Friburgo e acreditamos que muitos, após mudarem de religião, continuaram católicos devido a grande influência das elites locais. Como o casamento católico era o único válido pela lei nesse período, era necessário ser católico para casar-se e fazer parte de famílias mais abastadas. Eliana Vinhaes afirma que tratando-se das elites do Império, os casamentos católicos tinham muito peso e, essas elites não fugiam dos ditames da Igreja para obter um reconhecimento social.²⁹⁷

²⁹⁶ Maria Magdalena Schwartz – Genealogia da Família Schwartz. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 826.

²⁹⁷ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense... pp. 10.

Porém o fato de haver na região dois grupos religiosos trouxe novas configurações para o casamento dos suíços, visto que, com a presença mais enfática dos protestantes, o casamento de pessoas de religiões diferentes dar-se-ia mesmo com algumas condições. A exemplo de casamento entre pessoas de diferentes religiões reproduziremos abaixo o registro de casamento de Eufrásia Lanthemann²⁹⁸ suíça católica e Johann Dedrique Poppe, alemão luterano:

Na tarde do dia vinte e quatro de outubro de mil oitocentos e quarenta e seis, precedendo as diligencias que encomenda o Concílio Tridentino, e Constituição do Bispado, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, se receberão por marido e mulher, por [...] presente, os contraentes João Dedrique Poppe, viúvo que ficou da falecida Carolina Anunciata Belliene, moradores e fregueses nesta Freguesia de Cantagallo, sendo ele contraente dispensado da diferença da Religião Luterana, e Eufrásia Lanthemant filha legítima, de João Lanthemant e Veronica Lanthemant, nascida e batizada nesta Freguesia de Cantagallo, e foram recebidos fora da Igreja e sem bençãos nupciais conforme a condição da dispensa ele [...] assinou o termo de deixar a sua consorte a livre exercício da Religião Católica Apostólica Romana que professa e deixará batizar os filhos que ao fez tiveram com o batismo da Igreja Catolica Romana e para constar fiz este termo da et Supra

José de Santa Mônica Diniz
Placido Luis Monteiro
Guilherme Sauerbronn
José [Scheiner]²⁹⁹

João Dedrique Poppe, alemão, era um próspero comerciante de café e, no Almanak do ano de 1848, ele é listado como um dos fazendeiros de café, e mesmo com a diferença de religiões, o casamento dele com a suíça Eufrásia Lanthemann foi permitido. É importante citar que seu matrimônio não foi realizado na Igreja Católica “sem as bençãos nupciais” e, como condição, ele teria que permitir o livre exercício da religião católica de sua esposa e o batismo dos filhos que viesse a ter com ela. Mesmo sendo assim, seu casamento encontrou legitimidade na Igreja. Não encontramos o registro de batismo da única filha do casal, Carolina Poppe. Quanto a Eufrásia Lanthemann, viúva em 1850, assumiu os negócios da família, administrando a sua fortuna.

Mesmo com o casamento entre sujeitos de origens e religiões diferentes, podemos observar a estratégia de reconhecimento social perdurando, em que os noivos tiveram o seu casamento legitimado pela Igreja Católica, que de acordo com Eliana Vinhaes, a

²⁹⁸ Eufrasia Lanthemann – Genealogia da Família Lanthemann. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 606.

²⁹⁹ Livro de Casamento 009B (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1846, pp. 155V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

legalidade dos matrimônios aproximava a legislação civil vigente da aceitação da Igreja.³⁰⁰ Nas décadas seguintes, já encontramos casamentos de filhos de suíços com portugueses e brasileiros, e também, encontramos casamentos de suíços tendo como testemunhas, brasileiros. Os dois exemplos que traremos a seguir são do Livro de Casamento nº 002, que vai de 1857 a 1884.

Em vinte de outubro de 1862, casam-se Ernesto Lugon-Moulin,³⁰¹ filho de Geremias Lugon-Moulin e Maria Elisabeth Curty com Dona Luiza Maria Cortat,³⁰² filha de Francisco José Cortat e Dona Umbelina Maria da Fonseca, tendo como testemunhas Gregório Lugon e Domingos Martins de Carvalho.³⁰³ Esse casamento indica alguns aspectos interessantes para nossa análise: o primeiro é a união de três famílias suíças: os Lugon-Moulin, os Curty e os Cortat; pois com o decorrer das décadas, as relações matrimoniais modificaram-se e tinham como princípio formar clãs fechados. E o segundo aspecto, é a variação de alianças matrimoniais, tendo um brasileiro como testemunha. No ano de 1850, Domingos Martins de Carvalho é mencionado no Almanak como *fazendeiro de café*³⁰⁴ o que mostra a estratégia de aliança com pessoas de “prestígio”. Além disso, a mãe de Dona Luiza Maria Cortat é de família brasileira, o que revela que as uniões familiares foram modificando-se com o passar dos anos.

O segundo exemplo é de um registro de casamento de vinte e sete de outubro de 1866, de Dona Melania Serafina Cortat³⁰⁵, filha de Henrique José Cortat e Dona Maria Ursula Meunier Cortat com Januário Pinto de Freitas, natural do Porto, Portugal³⁰⁶, sendo realizado em na Vila, tendo como testemunhas Manoel Francisco de Freitas e Manoel José Ferreira, tal fato demonstra as nuances dos matrimônios das famílias suíças e seus descendentes. Segundo Sheila de Castro Faria, a atividade agrária era um dos fatores de reconhecimento do grupo dos “principais”³⁰⁷ e nesse ponto as duas famílias estavam

³⁰⁰ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense... pp. 10.

³⁰¹ Ernesto Lugon-Moulin – Genealogia da Família Lugon-Moulin. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 624.

³⁰² Luiza Maria Cortat – Genealogia da Família Cortat. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 391.

³⁰³ Livro de Casamento 002, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1862, pp. 25V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

³⁰⁴ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00007, 1850, pp. 537. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3673>. Acessado em 06 de julho de 2020.

³⁰⁵ Melanie Cortat – Genealogia da Família Cortat. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 393.

³⁰⁶ Livro de Casamento 002, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1866, pp. 038V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁰⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 207.

dentro desse enquadramento. A família Cortat era detentora de fazendas de café, escravos e outras propriedades e o noivo de Dona Melania é citado no Almanak em duas freguesias da Vila como fazendeiro de café.³⁰⁸ A união dos dois garantiria o crescimento da fortuna familiar. Porém, de acordo com Sheila de Castro Faria, não eram apenas as alianças matrimoniais que estabeleciam prestígio social, o compadrio, fruto das relações batismais também teriam esse objetivo³⁰⁹, assunto sobre no qual iremos analisar no tópico a seguir.

3.2 E foram padrinhos... Estratégias familiares no ritual de batismo.

Até o momento, trabalhamos com os registros de casamentos, demonstrando as relações sociais e estratégias familiares com a união das famílias suíças e não-suíças. Porém, com a nossa pesquisa nos registros eclesiásticos, conseguimos perceber as alianças sendo manifestas também nos registros de batismos. É importante compreendermos que as relações sociais desenvolvidas pelos suíços na Vila de Cantagallo, principalmente por meio das alianças familiares, tinham como objetivo conquistar espaços na sociedade. Segundo Marcos Witt, para o imigrante, o que estava em jogo era o desejo de compreender os códigos sociais e reconstruir a vida de forma mais aprazível possível.³¹⁰

De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o batismo é o primeiro de todos os sacramentos e a porta de entrada na Igreja Católica.³¹¹ Considerando que o catolicismo era a religião oficial do Império, ser católico ia além da religião, mas era a forma de integrar-se à sociedade. De acordo com Renato Franco e Adalgisa Campos, os ritos de iniciação estão intimamente ligados à inserção do sujeito na sociedade e esses ritos confirmam-se como uma apresentação ao grupo do qual se deseja fazer parte.³¹² Para os suíços, batizar seus filhos era a garantia de que tanto eles quanto sua descendência faziam parte efetiva da sociedade na qual estavam inseridos.

³⁰⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00033, 1876. pp. 1151- 1153. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=40744>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 212.

³¹⁰ WITT, Marcos Antonio . Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogo possível com estudos sobre imigração alemã. In. SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, pp. 255.

³¹¹ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1707, pp. 12. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291?show=full>. Acessado em 03 de julho de 2020.

³¹² FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Notas sobre os significados...* pp. 23.

Uerisleida Moreira assegura que, o papel do sacramento batismo católico para a formação das famílias, no século XIX, tinha diferentes valores simbólicos, tais como: uma forma de apresentação social do batizando, o meio de aquisição de um registro civil informal que garantia direito à herança, a posse de um escravo, caso o batizando fosse escravo.³¹³ Além disso, o batismo funcionava como um mecanismo de expansão da parentela, considerando que o padrinho assumia a “responsabilidade espiritual” por seu afilhado, acolhendo-o na falta de seus pais. Essa aliança, de acordo com Vitória Schettini, era uma criação e recriação de parentesco, ampliando a família dos envolvidos.³¹⁴

Nossa análise inicia-se com o Livro de Batismo nº 001, da Igreja do Santíssimo Sacramento. O período do livro em questão vai do mês de abril do ano de 1838 ao mês de julho do ano de 1842 e, dentro desse período, há 1.148 registros de batismos no total e 55 registros de batismos de filhos de suíços. Abaixo segue a distribuição de registros por ano:

Quadro 14: Registros de Batismos em Cantagallo no período de 1838 a 1842.

| Ano do Batismo | Batismos totais | Batismos de filhos dos suíços |
|-----------------------|------------------------|--------------------------------------|
| 1838 | 98 registros | 07 registros |
| 1839 | 380 registros | 23 registros |
| 1840 | 222 registros | 08 registros |
| 1841 | 269 registros | 13 registros |
| 1842 | 179 registros | 04 registros |

Fonte: Livro de Batismo 001, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1838-1842, Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Os batismos seguem sempre o mesmo padrão de registro contendo os nomes dos batizados, dos pais, em alguns casos, o nome dos avós paternos e maternos e o nome dos padrinhos. Já com a escrita dos registros, conseguimos entender como o pároco identificava a sociedade, visto que alguns registros são mais completos, com a data de nascimento do batizado, a origem dos pais e padrinhos, e até o nome dos avós; porém

³¹³ MOREIRA, Uerisleida Alencar. Padrinhos e Madrinhas: a legitimação de relações sociais. In. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios*, Florianópolis - SC, 2015, pp. 3. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945015_f269286ef7ae9e95848a2c4cb1544dbc.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

³¹⁴ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Os sertões de São Paulo do...* pp. 195.

outros são mais simples, constando apenas os elementos essenciais como o nome do “inocente”, dos pais e dos padrinhos. Em alguns registros, o título “Dona” também é empregado no nome das madrinhas, indicando o elevado status de tal pessoa perante a sociedade. Segundo Luís Augusto Farinatti, esses apelativos significavam o reconhecimento de uma posição privilegiada na sociedade onde viviam.³¹⁵

A partir dos registros de batismo, conseguimos perceber de forma mais específica a união das famílias suíças, pois em todos os registros encontramos o termo “filho(a) legítimo(a)” indicando o fruto do casamento dos pais, legitimado pela Igreja. E ter o casamento legitimado pela Igreja significava ter direito à herança, pois segundo Keila Grinberg, “[...] como cabia à Igreja determinar a legalidade ou ilegalidade de um ato civil, em última instância ela também tinha o poder de decidir sobre destinos de propriedade e bens.”³¹⁶ Ao pesquisarmos os registros de batismo, encontramos dois batismos que são fruto de dois casamentos descritos nos fragmentos do Livro de Batismo nº 009^a, e iremos analisar essas duas famílias, desde o casamento dos pais até o batismo de seus filhos. Abaixo transcrevemos o registro do casamento de Pedro Schwartz e Madalena Folly, o primeiro caso que investigamos.

Aos quatro de fevereiro de 1834 nesta Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, pelo meio dia, na minha presença e das testemunhas João Luiz Pinheiro e José Schwartz se receberam por marido e mulher os contraentes Pedro Schwartz, filho legítimo de José Schwartz e de Claudina Andrey Schwartz natural e batizado na Freguesia de Ponta de La Villa cantão de Fribourg, e Magdalena Folly, filha legítima de João José Folly e Maria Frivelinde nascida e batizada na Freguesia de [Ausberg] cantão de Fribourg, todos moradores nesta Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagallo, depois de confessados e examinados com Doutrina Cristã e logo imediatamente mandei as santas bênçãos, tudo como manda o Concílio Tridentino, a Constituição do Bispado e o Ritual Romano. E para constar fiz termo hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

Antonio José da Cunha Sá Telles³¹⁷

³¹⁵ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In. *Anais do X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre*, Santa Maria- RS, 2010, pp. 3. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/9/1279505026_ARQUIVO_FarinattiXEEH2010TextoCompleto.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

³¹⁶ GRINBERG, Keila. Código civil... pp. 38.

³¹⁷ Livro de Casamento 009A, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1834, pp. 008. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

No casamento de Pedro Schwartz e Madalena Folly, podemos perceber a ligação de duas famílias cujo lugar de origem era o mesmo. Os noivos eram nascidos e batizados no mesmo cantão suíço: Fribourg, o que já tinha grande peso para a união deles. As testemunhas foram o pai do noivo, José Schwartz, e um brasileiro, João Luiz Pinheiro, no Almanak de 1848 como *fazendeiro de café*,³¹⁸ evidenciando uma possível ligação das famílias com outros moradores da Vila, ainda assim, algo mais restrito, mantendo os laços sociais dentro da própria família. O casal teve 5 filhos, sendo que a primeira filha, Maria Luiza, nasceu em 17 de março de 1838, quatro anos após o seu casamento. O registro do batismo de Maria Luiza é feito no ano de 1839:

Aos três de março de mil oitocentos e trinta e nove, recebi do Reverendo Frei Serafim, uma certidão de teor seguinte: No dia vinte e cinco de agosto de mil oitocentos e trinta e oito, de licença do Reverendo Pároco, batizei e pus os santos óleos na inocente Maria Luiza, nascida no dia dezessete de março do corrente ano, filha legítima de Pedro Schwartz e de Madalena Folly, neta da parte paterna de José Schwartz e de Claudina Andrey e pela materna de João José Folly e de Maria Frivelinde, e foram padrinhos João Schwartz e Mariana Folly, o que tudo passo na verdade, sendo necessário juro *in sacris*. Frei Serafim Capuchinho Italiano, e nada mais se continha na dita certidão que fielmente transcrevi hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

José de Santa Mônica Diniz³¹⁹

No batismo de Maria Luiza, conseguimos perceber que a união da família Schwartz e a família Folly permaneceu, pois os padrinhos da primeira filha são, João Schwartz e sua esposa Mariana Folly, tios de Maria Luiza, fato que sustenta essa aliança e a formação de um clã fechado. A escolha de pessoas da mesma família para o apadrinhamento de Maria Luiza poderia significar que seus pais buscavam manter dentro da família alianças tanto parentais quanto econômicas.

Muriel Nazzari afirma que “o poder do clã residia não só em sua riqueza e bens materiais, como também, e talvez de maneira mais marcante, nos recursos humanos que conseguiam ter à disposição: parentes, índios e escravos africanos”³²⁰. De acordo com essa afirmação, compreendemos que o crescimento do clã era essencial para seu

³¹⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00005, 1848, pp. 731. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=2415>. Acessado em 09 de julho de 2020.

³¹⁹ Livro de Batismo 001, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1839, pp. 035. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³²⁰ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote...* pp. 28.

fortalecimento. Portanto, as uniões e alianças dentro das famílias Folly e Schwartz eram de suma importância. Na perspectiva da análise de Marcos Witt os casamentos e apadrinhamentos eram uma forma de criar vínculos mais perpétuos entre famílias do que, a abertura de sociedades empresariais.³²¹ Portanto, as relações dessas duas famílias tornaram-se mais fortes com o batismo de Maria Luiza.

O segundo batismo que investigaremos é o de Pedro, filho de José Bard³²² e Maria José Jacqueroud³²³. Assim como no primeiro caso citado, primeiramente transcrevemos o registro do casamento dos pais de Pedro, descrito nos fragmentos dos Livro de Casamento nº 009A:

Aos seis de maio de mil oitocentos e trinta e quatro nesta Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagallo [...] na minha presença e das testemunhas José Tardin e Augusto Pic, se receberam por marido e mulher, por palavras do presente os contraentes João Bard filho legítimo de José Bard e de Claudina Hayoz, natural e batizado na Freguesia de [São Sale] do cantão de Fribourg, [...] suíços, e Maria José filha legítima de José Jacqueroud e de Maria Francisca, natural e batizada na Freguesia de Sam Thomaz do mesmo cantão de Fribourg, depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã, e logo imediatamente lhes dei as santas bênçãos, tudo como manda o Concílio Tridentino, a Constituição do Bispado, e o Ritual Romano. E para constar fiz este termo hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

Antonio José da Cunha Sá Telles.³²⁴

O casamento de José Bard e Maria Jose Jacqueroud traz informações importantes para nossa análise. O primeiro ponto que destacamos continua sendo a origem dos noivos, ambos vindos do cantão suíço de Fribourg. A origem dos sujeitos tinha grande peso na hora de construir os laços sociais, pois ser de um mesmo lugar poderia garantir os mesmos costumes e tradições que deveriam ser preservados na família e passados aos descendentes. O segundo ponto que destacamos é a diversificação das testemunhas dessa união, sendo pessoas de famílias suíças diferentes: José Tardin³²⁵ e Augusto Pic.³²⁶ As

³²¹ WITT, Marcos Antônio. A união perfeita... pp. 9-10.

³²² Joseph Bard- Genealogia da Família Bard. In. BON, Henrique. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 246.

³²³ Marie Josette Jacqueroud – Genealogia da Família Jacqueroud. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 548.

³²⁴ Livro de Casamento 009A (fragmentos), Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1834, pp. 010 e 010V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³²⁵ Joseph Tardin – Genealogia da Família Tardin. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 864.

³²⁶ Auguste Pic – Genealogia da Família Pic. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 748.

famílias Bard, Pic e Tardin construíram alianças matrimoniais entre si. A exemplo, temos Augusto Pic (testemunha do casamento), casado com Marie-Madeleine Bard³²⁷, irmã do noivo, José Bard. Quanto a José Tardin (outra testemunha do casamento), era casado com Marie Louise Josette Bard³²⁸, também irmã do noivo, José Bard. As relações sociais entre essas famílias não param por aí. No batismo de Pedro, o filho de José Bard e Maria José Jacqueroud, encontraremos mais um integrante da família Pic como padrinho:

Aos trinta e um de março de mil oitocentos e trinta e nove, o Reverendo João Ferreira Passos, batizou e pôs os santos óleos ao inocente Pedro, nascido aos trinta e um de fevereiro de mil oitocentos e trinta e nove, filho legítimo de José Bard e Maria José Jacqueroud Bard, foram padrinhos Pedro Ignacio Pic e Maria [...], todos de nação suíça, e para constar fiz este termo, hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado
José de Santa Mônica Diniz.³²⁹

No batismo de Pedro, há indicações que os padrinhos eram “todos de nação suíça” o que revela que os suíços sempre procuravam nas famílias imigrantes, pessoas para o apadrinhamento de seus filhos. Essa característica vai ser marcante em quase 90% dos batismos que encontramos. O padrinho do inocente Pedro Ignacio Pic, “*tendo obtido do Delegado da Santa Sé Apostólica [...] dispensa do impedimento de afinidade lícita em primeiro grau [...] e cumprido as penitências*”³³⁰ casou-se, em 1840, com a viúva de seu irmão Augusto, Marie-Madeleine Bard, que era tia paterna do inocente. De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o casamento de Pedro Ignacio Pic e Marie-Madeleine Bard não seria possível, pois “[...] a mulher contrahe afinidade com todos os consanguíneos de seu marido até o quarto gráo. [...] e por esta causa não póde contrahir matrimonio com parente do outro por consanguinidade dentro do segundo gráo.”³³¹, porém Pedro Ignacio Pic conseguiu uma dispensa desse impedimento para casar-se com a viúva de seu irmão, mantendo relações familiares mais estreitas.

³²⁷ Marie-Madeleine Bard – Genealogia da família Bard. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 246.

³²⁸ Marie Louise Josette Bard – Genealogia da família Bard. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 245.

³²⁹ Livro de Batismo 001, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1839, pp. 042. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³³⁰ Livro de Casamento 009A (fragmentos), Igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1840, pp. 82V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³³¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707, pp. 152. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291?show=full>. Acessado em 03 de julho de 2020.

As famílias citadas no registro de casamento e de batismo: Bard, Tardin e Pic são famílias que conseguiram acumular fortunas nos anos seguintes. A exemplo, José Bard e José Tardin são citados nos Almanaks do ano de 1854, 1860, 1876 e 1883 como fazendeiros de café³³², já Pedro Ignacio Pic é citado, em 1853, como um dos negociantes³³³ da Vila de Cantagallo. Esse fato revela que, além dos laços parentais, havia também alianças econômicas. Segundo Eliana Vinhaes, as famílias reconhecidas na sociedade local eram as que participavam como testemunhas nos casamentos e compadrio nos batismos.³³⁴ Sheila de Castro Faria afirma que, num contexto social, nada mais lógico que escolher padrinhos entre os que estivessem melhor situados tanto em termos econômicos quanto de prestígio.³³⁵ Entre as famílias suíças também havia esse reconhecimento e, a partir dele, formavam-se os amplos grupos de parentesco.

Uma questão importante levantada por Sheila de Castro Faria em sua análise sobre a sociedade em Campos dos Goytacases, é que, se por um lado, o compadrio refletia a estratégia de estabelecimento de alianças vantajosas; por outro, indicava o prestígio de um indivíduo, ou mesmo da família, pela quantidade de vezes que esse foi padrinho.³³⁶ Considerando a afirmação da historiadora, podemos identificar as famílias de prestígio, por meio das vezes em que um de seus integrantes foi escolhido para o apadrinhamento. Nesse ranking, no período de 1838 a 1866 as famílias Cortat, Curty, Schwartz, Voirol, Lugon, Pic e Folly são as mais escolhidas para apadrinhamento de batizados e como testemunhas de casamentos, demonstrando o prestígio que essas tinham para as demais famílias suíças.

Luiz Augusto Farinatti, ao pesquisar sobre as relações de compadrio, intitula as famílias que mais apadrinhavam com as “prestigiosas famílias”, indicando que elas contavam com o estabelecimento de relações de reciprocidade, lealdade e compromissos³³⁷, considerando que as famílias vinculadas pelo grau de parentesco gerado pelo compadrio poderiam ter graus de riquezas diferentes. Isso gerava mais

³³² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. C00040, 1883, pp. 338. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=55933>. Acessado em: 16 de julho de 2020.

³³³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00010, 1853, pp. 638. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=6508>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³³⁴ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense... pp. 17.

³³⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 215.

³³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 226.

³³⁷ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Família, relações de reciprocidade... pp. 10.

influência às famílias convidadas com maior frequência para apadrinhamento e lealdade às famílias que as convidavam.

Outra questão que observamos nos batismos analisados foram os nomes que os batizados recebiam, e que, em geral, era o mesmo que o do padrinho ou o da madrinha. Esse fato também revela o estabelecimento de laços entre famílias. Marcos Witt afirma que, dar nome dos avós, pais ou padrinhos aos filhos podia significar homenagem, memória familiar e o desejo de que as características positivas e progresso da pessoa estivesse se agregando à vida do recém-nascido.³³⁸ Seguindo essa premissa, a transmissão de nome dos padrinhos aos filhos podia significar o desejo dos pais que seus filhos tivessem o mesmo prestígio. Dessa forma, a família, ao escolher um indivíduo para ser padrinho ou madrinha, estava optando pelo personagem social que aquela pessoa representava e era essa representação que deveria ser transmitida ao afilhado.³³⁹

Mas as relações construídas a partir do compadrio não se restringiu ao apadrinhamento dos filhos dos suíços, mas também ao apadrinhamento de escravos. Pesquisamos esses fatos, nos fragmentos do Livro de Batismo nº 041, que possui 168 folhas, e que registram os Batismos de Escravos, do período de 1829 a 1833. Nessas folhas, encontramos 13 registros, onde os suíços batizam seus escravos sendo que, em 11 deles, os padrinhos são suíços. Esses registros mostram uma outra face das relações sociais desenvolvidas na Vila de Cantagallo.

Ao chegarem ao “novo mundo”, os imigrantes suíços depararam-se com o sistema escravista bem estabelecido e crescente. A presença dos cativos era maciça, superando a população livre, e os suíços, ao se adaptarem a esse ambiente, também assimilaram o sistema escravista, adquirindo cativos. Como já discurremos no segundo capítulo dessa dissertação, a partir da produção cafeeira, muitos suíços passaram a ter uma soma considerável de escravos em suas fazendas, e de acordo com os inventários *post-mortem* dos suíços, conseguimos identificar a presença marcante das escravarias entre o montante dos bens dos falecidos. Para tanto, a assimilação do regime escravista pelos imigrantes foi uma realidade nítida. De acordo com Henrique Bon, mesmo aqueles que não investiram na produção cafeeira, possuíam seus escravos:

Se alguns poucos suíços, aparentemente fugindo ao determinante social, prosperaram na atividade mercantil, seus negócios direta ou indiretamente pertenciam às engrenagens da sociedade escravista, já

³³⁸ WITT, Marcos Antonio. A união perfeita... pp. 8.

³³⁹ WITT, Marcos Antonio. A união perfeita... pp. 9.

que em sua quase totalidade os comercializavam com café e mesmo alguns, também com escravos.³⁴⁰

O primeiro registro que confirma a posse de escravos pelos suíços é o inventário *post-mortem* de João José Folly, do ano de 1832, sobre o qual supracitado nessa dissertação, o qual possuía apenas um escravo de origem africana. O segundo registro é o Livro de Batismo dos Escravos, no ano de 1831, que indica a posse de cativos dos imigrantes. E quanto aos registros de batismo dos escravos, também conseguimos identificar as relações sociais entre família suíças, construídas a partir desse ritual. Segundo Jonis Freire, o registro de batismo interessava aos senhores de escravos no que diz respeito a uma declaração de propriedade que ele dava, pois no momento do registro, o nome do dono era escrito. Além disso, para a Igreja, a responsabilidade de batizar os escravos era dos senhores, como forma de converter os pagãos e infiéis para salvação de suas almas.³⁴¹ Ou seja, batizar os escravos era uma das formas de afirmação de poder perante a Igreja e a sociedade.

Para os suíços, os batismos dos escravos também era uma forma de construir alianças sociais entre outros suíços e demais fazendeiros da região. Nos registros de batismo de escravos que pesquisamos, encontramos alguns casos que nos chamou a atenção sobre essas relações construídas. O primeiro caso que iremos analisar é o batismo de quatro escravos adultos com padrinhos suíços:

Aos trinta de Abril de mil oitocentos e trinta e dois, batizei e pus os santos óleos aos adultos da Costa da África, João, Maria, Joaquina e Anna, todos escravos de Jeronimo Savoy com a declaração que Maria só levou os santos óleos por ter sido batizada com batismo de necessidade por seu senhor Savoir, e que Joaquina e Anna são filhas naturais de Maria quando era ainda pagã. Foram padrinhos José Schwartz e Marianna Folly. E para constar fiz este termo hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

Antonio Jose da Cunha Sá Telles³⁴²

³⁴⁰ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 194.

³⁴¹ FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. In. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú-MG, 2004, pp. 5. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1338/1302>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁴² Livro de Batismo 041 (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1832, pp. 021. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

O primeiro ponto que destacamos nesse batismo é a origem desses quatro escravos de Jeronimo Savoy³⁴³, todos oriundos da Costa da África. Segundo Donald Ramos, o batismo de africanos adultos era um barômetro da situação econômica, pois as importações de cativos africanos no período da “corrida do ouro” significavam o auge econômico da região.³⁴⁴ Para a Vila de Cantagalho, as importações de escravos africanos continuaram acontecendo nas primeiras décadas do século XIX. De acordo com Sheila de Castro Faria, Antônio Clemente Pinto o Barão de Nova Friburgo, tinha sociedade com alguns sesmeiros residentes da Vila, como Antonio Rodrigues de Moraes e José Joaquim Soares Sobrinho e, através dessas sociedades, ele trazia à região escravos oriundos do tráfico. “O total das importações de escravizados oriundos de Moçambique para o Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Antônio Clemente Pinto, entre 1827 e 1828, foi de 2.581 pessoas, morrendo, no trajeto, 143 delas.”³⁴⁵ Esse fato explica a quantidade de cativos africanos na Vila, na primeira metade do século XIX.

O segundo fato que destacamos é a presença de dois suíços como padrinhos desses escravos: João Schwartz e Mariana Folly. Já mencionamos como as famílias Schwartz e Folly tinham uma relação bem estreita entre si, através de casamentos e apadrinhamentos. Aqui notamos o casal, apadrinhando os escravos, revelando a relação entre eles e Jeronimo Savoy. No período em que analisamos, podemos constatar que tanto a família Schwartz quanto a família a Folly eram as mais convidadas para apadrinhamentos, indicando o status deles e, considerando que, segundo Donald Ramos, mesmo que o escravo adulto tivesse a oportunidade de escolher seus padrinhos, essa possibilidade sempre era reduzida ao controle do senhor.³⁴⁶ A escolha de João Schwartz e Mariana Folly indicam a estratégia de Jeronimo Savoy em criar alianças familiares. O segundo caso que examinamos foi o batismo de Manoel, escravo de Francisco Remy³⁴⁷:

Aos vinte e oito de abril de mil oitocentos e trinta e um batizei e pus os santos óleos ao adulto Manoel, escravo de Francisco Remy. Foi padrinho Manoel escravo de Luiz Chevrand. E para constar fiz este termo hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

³⁴³ Jerôme Savoy – Genealogia da Família Savoy. In. BON, Henrique. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 808.

³⁴⁴ RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas - O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, nº 31, janeiro de 2004, pp. 44.

³⁴⁵ FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café... pp. 24.

³⁴⁶ RAMOS, Donald. Teias Sagradas... pp. 52.

³⁴⁷ François Remy – Genealogia da família Remy. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 772.

O batismo de Manoel é simples e não traz muitas informações, tais como a sua origem, é citado apenas que era adulto, mas acreditamos que ele também era proveniente do tráfico. E a questão que nos chamou a atenção foi que seu padrinho, também possuía o mesmo nome que o dele. Sendo o escravo Manoel propriedade do suíço Luiz Chevrand.³⁴⁹

Carlos Barcellar explica que a escolha de padrinhos na mesma condição social do batizando caracteriza-se como uma escolha “horizontal” e essa caracteriza-se de duas formas:

O compadrio horizontal poderia ocorrer no interior da propriedade, pela escola de companheiros de senzala, ou no exterior da mesma, pelo convite a escravos de outros senhores. [...] no segundo caso, buscava-se a aliança mais larga, criando laços com escravos de parentes ou aliados do senhor, tratava-se, aqui, de buscar a proteção de pessoas melhor situadas na sociedade, de forros a poderosos escravistas;³⁵⁰

Consoante a afirmação do historiador, consideramos o apadrinhamento de Manoel sendo feito por um escravo de outro suíços, como uma busca de fortalecimento de alianças entre senhores. Luiz Chevrand era um dos proprietários de terras e produtor de café de prestígio na Vila e, sem dúvida, ampliar as alianças com ele seria vantajoso para Jeronimo Savoy e sua família. O terceiro caso é o batismo da inocente Isidoria:

Aos dez de fevereiro de mil oitocentos e trinta e três batizei e pus os santos óleos a inocente Isidoria, nascida em dois de janeiro deste ano, filha natural de Eugênia Conga escrava de Pedro Antonio de Carvalho, foi padrinho João José Folly e Protetora Nossa Senhora. E para constar fiz este termo hoje *era ut supra*.

O vigário encomendado

Antonio José da Cunha Sá Telles³⁵¹

³⁴⁸ Livro de Batismo 041 (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, 1832, pp. 020. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁴⁹ Louis Antoine Chevrand – Genealogia da família Chevrand. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 369.

³⁵⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Paulo, julho de 2011, pp. 2. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁵¹ Livro de Batismo 041 (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1833, pp. 060. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

O batismo da inocente Isidoria mostra relações sociais ultrapassando o grupo dos imigrantes, pois o seu senhor, Pedro Antonio de Carvalho, um brasileiro, convidou o suíço João José Folly para apadrinhar a filha de sua escrava. Mais uma vez, vemos a família Folly sendo convidada para apadrinhamentos, demonstrando o prestígio dela. Os batismos de escravos trazem diversas vertentes de análise. Nos casos que exploramos, podemos identificar os senhores interferindo na escolha do padrinho, mesmo no caso da inocente Isidoria. Segundo Carlos Baccellar, no caso dos africanos adultos, o compadrio significava a incorporação do sujeito à sociedade de seu senhor reduzindo sua escolha do padrinho. No entanto, o historiador prossegue, afirmando que, para além dos casos dos africanos, de alguma maneira os senhores intervinham no encaminhamento do batismo dos escravos nascidos em suas senzalas, servindo o registro como documento comprobatório de posse.³⁵²

Nosso objetivo, porém, é identificar, nesses registros, as relações sociais entre os suíços e a sociedade na qual estavam inseridos. O ritual do batismo ia além da motivação espiritual, pois era também uma ferramenta de inserção social e construção de alianças familiares. “Com o compadrio, a sociedade encontrou um mecanismo para estender as teias de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias. [...], ligando pessoas da mesma ou até de classes diferentes.”³⁵³ Para os suíços, esse foi um meio para alargar as fronteiras das relações familiares com pessoas de prestígio na Vila, sendo eles suíços ou não, principalmente nos primeiros anos do estabelecimento desses sujeitos, na região.

O Livro de Batismo nº 005, nomeado como Livro de Escravos, que registra os batismos de escravos, do ano de 1853 ao ano de 1870, expõe uma situação bem diferente. Nesse livro, encontramos 20 assentos de batismos de escravos dos suíços e dentre esses, apenas três registros, são de suíços apadrinhando os escravos. Nos outros assentos, os padrinhos são sempre outros escravos do mesmo senhor. Esse fato indica que, inicialmente, o apadrinhamento de escravos dos senhores suíços, feito por membros de outras famílias suíças, era uma estratégia para a formação de alianças entre as famílias, alianças essas que, nos anos posteriores, já estavam bem consolidadas.

³⁵² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres... pp. 4

³⁵³ RAMOS, Donald. Teias Sagradas... pp. 51.

3.3 Viúvas, Donas e Madames: o papel da mulher suíça na família.

Pesquisar sobre a história da família abre um leque de possibilidades de estudo. Até o momento, dissertamos sobre as estratégias familiares de inserção na sociedade a partir de alianças construídas através do casamento e do batismo dos filhos e até do batismo dos escravos. Mas explorar essa história também nos levou a compreender a importância do papel da mulher na família. De acordo com Vitória Schettini

As mais variadas formas de interpretação sobre o termo família são utilizadas pela historiografia vista não mais de forma monolítica, mas com uma variedade de tipos diferentes. Dentre as diversas formas de família estão as encabeçadas por mulheres, se constituindo em chefes de domicílio [...].³⁵⁴

As definições de família têm sido alvo de constantes debates historiográficos, ampliando os limites do que já havia se estabelecido anteriormente. Um dos exemplos é a família estruturada no patriarcalismo, modelo difundido por Gilberto Freyre, em que os patriarcas dominavam a família, os agregados e os escravos, de modo que esses outros sujeitos acabassem ficando sem nenhuma voz. Sheila de Castro Faria critica esse modelo patriarcal, explicando que os estudos atuais sobre a história da família no Brasil, estão preocupados com a organização e atuação dos diversos grupos, no conjunto social, tentando entender a lógica das condutas.³⁵⁵ Paulo Teixeira explica que a revisão historiográfica da história da família não tem como foco a crítica ao modelo patriarcal em si, mas sim, a permanência do mesmo como modelo dominante, ignorando a existência de outros modelos familiares que também fizeram história.³⁵⁶

Considerando essa multiplicidade do estudo sobre a família, iremos nesse tópico discutir um pouco sobre a família chefiada pela mulher suíça. Em nossas pesquisas, vez ou outra encontramos as mulheres à frente de negócios, comprando e vendendo imóveis e escravos, em listas de fazendeiros e chefiando a família - no caso das viúvas. Muriel Nazzari, ao dissertar sobre a família dos bandeirantes paulistas, afirma que a mulher tinha sua participação nos negócios familiares, quando era necessário representar seus maridos,

³⁵⁴ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Os sertões de São Paulo do...* pp. 184.

³⁵⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em...* pp. 49.

³⁵⁶ TEIXEIRA, PAULO Eduardo. A mulher na família oitocentista. In. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - Anpuh*, São Leopoldo - RS, 2007, pp. 1. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Paulo%20Eduardo%20Teixeira.pdf>. Acessado em 13 de julho de 2020.

recebendo e efetuando pagamentos, administrando bens e tornando-se chefes de suas famílias.

[...] em muitas ocasiões era a esposa quem recebia ou efetuava pagamentos. Em outras ocasiões, as esposas tomavam decisões importantes de maneira independente [...]. Embora somente ao ficar viúva é que uma mulher se tornava legalmente chefe da família, as esposas administravam as propriedades da família.³⁵⁷

Quanto as mulheres imigrantes que assumiram os negócios da família, mesmo estando em um país diferente do de sua origem, conseguiram adaptar-se ao “novo mundo”, e com o crescimento das riquezas familiares elas administraram os bens, principalmente após a viuvez, sendo identificado que elas conseguiram aumentar a fortuna herdada, mantendo uma posição frente à sociedade cafeeira. Compreender a realidade dessas mulheres, possibilitar compreender melhor, sobre a manutenção, fortalecimento e, permanência das famílias suíças na Vila de Cantagallo. Segundo Maria Ines Vendrame,

Acessar determinadas realidades, seguindo a trajetória de algumas mulheres pode ser um método bem interessante para levantar novos questionamentos sobre as realidades históricas na sua complexidade e o universo de possibilidades social e cultural aberto aos imigrantes que se estabeleceram nas regiões de colonização do território brasileiro.³⁵⁸

A primeira mulher que vamos analisar é a Dona Eufrásia Lanthemann Poppe, sobre a qual já dissertamos sobre seu casamento com o protestante João Dedrique Poppe. O primeiro ponto que ressaltamos é o termo “Dona” escrito à frente do nome de muitas mulheres suíças. De acordo com Marize de Campos, o termo “Dona” significava uma forma de tratamento que diferenciava as mulheres nobres das plebeias no mundo luso. Já no Brasil, esse termo era reservado às mulheres brancas e ricas.³⁵⁹ Ou seja, ter o termo “Dona” adicionado ao nome era um indicativo de poder e prestígio. Carlos Bacellar assegura que as “Donas” eram as esposas dos grandes proprietários, e que esse tratamento era um diferenciador social. O historiador ainda explica que esse tratamento era reservado

³⁵⁷ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote...* pp. 32-33.

³⁵⁸ VENDRAME, Maria Inês. *Donas do próprio destino...* pp. 87.

³⁵⁹ CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, 2008, pp. 40.

às esposas ou viúvas dos proprietários, ou às filhas solteiras que ainda residiam com os pais.³⁶⁰

Dona Eufrásia Lanthemann Poppe, após a viuvez, é listada no Almanak dos anos de 1850, 1851 e 1852 como fazendeira de café.³⁶¹ Sua riqueza era proveniente do casamento com o próspero negociante João Dedrique Poppe, mas também sua família possuía terras da Vila. No ano de 1873, num registro de compra de terras feita por João Curty, os limites das terras confrontavam com a propriedade da mãe de Eufrasiá, Veronica Lanthemann.³⁶² Além disso, em 1885, seu irmão Tertuliano Lanthemann³⁶³ vendeu suas terras a José Joaquim Rosa pela quantia de 900\$000 (novecentos mil réis),³⁶⁴ demonstrando que a sua família detinha posses. No ano de 1851, no *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal*, Dona Eufrásia emite uma nota de leilão de uma fazenda de seu finado marido:

Uma fazenda em Praça

Na vila de Cantagallo, é pelo juízo municipal tem de andar em hasta pública de venda e arrematação a quem mais der, uma fazenda de cultura em terras para cinco quartos, próprias para toda a plantação, com diversas bemfeitorias, como casa de vivenda, paiol, senzalas, enfermária, estufa, engenho de pilões, dito de cana, dito de serrar, e outras muitas obras; pasto gramado, terreiro de pedra, e outras muitas bemfeitorias, que tornam completa uma fazenda montada, com bons cafezais em boa disposição; duzentos e quatro escravos de todas os tamanhos, sexos e idades, além de porcada, gado vacum, tropa de sessenta e cinco bestas arreadas, e outros animais; mobília da casa, trastes e utensílios próprios da fazenda; tudo avaliado em duzentos e onze contos quinhentos contos, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos réis, por execução que move o comendador Antonio Clemente Pinto por dívida contra o casal do falecido João Dedrique Poppe, pelo cartório Santos daquela Villa, onde se poderá ver e examinar as avaliações, bem como a fazenda e seus pertences a um quarto de légua da Villa: por isso abaixo assignada, a viúva daquele Poppe, para as competentes praças, estão marcados os dias 13, 23 e 31 do corrente para os bens moveis e semi-moveis, e para os de raiz dos dias 8, 22 e 29 de novembro próximo futuro, às onze horas da manhã, devendo ser arrematados

³⁶⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. *Espacio, Tiempo y Forma*, série IV, H^a. Moderna, t.3, pps 367-386, 1990, pp. 370.

³⁶¹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00009, 1852, pp. 537. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3673>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁶² Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1873, pp. 050V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁶³ Tertuliano Lantimant – Genealogia da família Lanthemann. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 606.

³⁶⁴ Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1885, pp. 009V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

impreterivelmente por quem mais der um ultimas praças, as portas do Ilmo. Sr. Juiz Municipal. Cantagallo, 8 de outubro de 1851 –

Eufrasia Lantemant Poppe.³⁶⁵

O anúncio do leilão da fazenda do falecido esposo de Dona Eufrasia mostra que ele tinha uma dívida com Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, o que indica que o falecido, mantinha uma relação de negócios com o Barão, revelando o prestígio que seu esposo possuía. A própria Eufrasia “assina” o anúncio do leilão, mostrando que ela estava ativamente envolvida nesse negócio. Além disso, após o leilão da fazenda, Dona Eufrasia continuou sendo mencionada no Almanak de 1852 como fazendeira. Henrique Bon, ao discorrer sobre a genealogia da família Lanthemann, afirma que Eufrasia casou-se novamente com Joaquim de Souza Pereira, sem comunhão de bens,³⁶⁶ provavelmente pelos bens que Dona Eufrásia possuía.

A próxima “Dona” que analisaremos é a Dona Martha Ludolf Bellieni, filha de Joseph Lutolf e Jeanne Claudine Minari,³⁶⁷ casada com Francisco André Bellieni,³⁶⁸ membro de uma família italiana, que morava na Vila de Cantagallo. Francisco André Bellieni era fazendeiro de café, em 1850 e 1860³⁶⁹, sendo um homem de posses, o que explica sua esposa ser chamada de “dona”. A família de Martha, os Ludolf, também era uma família próspera, acumulando propriedades e cargos públicos na Vila, o que também pode explicar o termo “dona” ser empregado a Martha.

Em 1874, já viúva, Dona Martha Ludolf Bellieni comprou uma casa no valor de cinco contos de réis (5:000\$000) de Dona Anna Porcina Barboza. A casa possuía quatro janelas, um largo portão de frente e confrontava com casas de Dona Martha e com casas do Dr. Victor de Beanclair, a casa ainda tinha cinco braças e meio e quatorze de fundos, e era “firmada” nos terrenos da Câmara Municipal.³⁷⁰ Esse registro indica que Dona

³⁶⁵ Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal (RJ) – Ed. 247, 1851, pp. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=lantemant&pagfis=5202>. Acessado em: 14 de julho de 2020.

³⁶⁶ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 606.

³⁶⁷ Marthe-Marie Ludolf – Genealogia da família Ludolf. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 631.

³⁶⁸ Francisco André Bellieni – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/K2X8-JX1>. Acessado em 14 de julho de 2020.

³⁶⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00007, 1850, pp. 537. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3673>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁷⁰ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1874, pp. 092V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Martha Ludolf adquiriu um imóvel que se confrontava com outras propriedades dela mesma. Carlos Bacellar afirma que as atividades econômicas, de grande porte, eram confiadas às mãos das viúvas, que dirigiam os negócios da família, mesmo quando possuíam filhos emancipados: “Regiam seus negócios com grande desenvoltura, tal como teria feito seus maridos.”³⁷¹

Dona Martha Ludolf Bellieni, além de adquirir propriedades, adquiriu escravos. Em 1882, ela comprou uma escrava de Jacinto Ribeiro do Amaral, indicando a produção cafeeira em sua fazenda, considerando que o café da Vila cresceu até fins do século XIX. Abaixo transcrevemos a escritura da compra de uma escrava feita por D. Martha Ludolf:

Escritura de venda de uma escrava que faz Jacinto Ribeiro do Amaral a D. Martha Ludolf Bellieni como abaixo se segue
Saibam quantos esta virem, que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1882 aos 23 de novembro nesta cidade de Cantagalo em meu cartório, compareceram como outorgante Jacinto Ribeiro do Amaral morador do município de Niterói representado por seu [...] procurador Jurandir José Borges que exibiu a procuração e fica averbada e como outorgada D. Martha Ludolf Bellieni moradora deste termo, os presentes reconhecidos pelos próprios das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas do que dou fé, perante as quais pela outorgante foi dito que era senhor e possuidor da escrava Damiana, preta, 33 anos, solteira, de raça, matriculada em [...], Paraíba do Norte, em setembro de 1872, sob números 773 da matrícula e averbada em Niterói em 28 de fevereiro de 1881, como tudo fez certo com os documentos que apresentou e dou fé, e como a possui livre e desembaraçada de qualquer ônus, assim a vende como de fato vendida tem de hoje para sempre ao outorgado pelo preço de 800 mil réis, que já recebeu em moedas correntes e por isso lhes dá plena e geral quitação de pago e satisfeito para nada mais pedirem em tempo algum por si, seus herdeiros e futuros sucessores, cedendo desde já aos compradores todo o direito, domínio, posse e ação que na mesma escrava tinha e promete a todo tempo fazer esta venda boa, firme e valiosa e que para seu título, e declaração lhes passava a presente com a clausula constituti. Presente a outorgada por ela foi dito que aceitava esta escritura como lhe era feita e me apresentou o conhecimento número 8 datado de 12 do corrente, pelo qual pagou na Coletoria de Nova Friburgo 50 mil réis de imposto, assinado pelo coletor C. Valles e o Escrivão Souza. E de assim terem dito e outorgado me pediram este instrumento que lhes li, aceitaram e assinaram com as testemunhas Manoel Joaquim Vieira e José S[...] de Mello reconhecidos de mim Guilherme Schmid Barbosa escrivão de paz que escrevi.

Jurandir José Borges
Martha Ludolf Bellieni
Manoel Joaquim Vieira

³⁷¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo... pp. 379.

Notemos que, na escritura de compra da escrava Damiana, a própria Dona Martha é quem vai ao cartório da Vila para oficializar o negócio, indicador de que ela sabia ler e escrever, tanto que ela assina a escritura. Segundo Muriel Nazzari, a partir do século XVIII, houve um aumento da alfabetização das mulheres proprietárias. “A alfabetização já não era peculiaridade exclusiva de gênero; em lugar disso, relacionava-se com a classe.”³⁷³ Assim como Dona Martha Ludolf Bellieni, encontramos no Livro de Escritura de Compra e Venda de Escravos, Dona Maria Luiza Lemgruber, viúva de Fidel Lemgruber, comprando uma escrava, no ano de 1881, no valor de um conto de réis (1:000\$000), sendo que ela própria dirigiu-se ao cartório e assinou a escritura, demonstrando que também sabia ler e escrever.³⁷⁴

Imagem 3: Assinatura de Dona Maria Luiza Lemgruber, 1881.



Fonte: Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1881, pp. 038V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Dona Maria Luiza Lemgruber era filha de Joseph Johann Constantin Luterbach e Marie-Barbe Regine Monnerat,³⁷⁵ ou seja, ela era descendente de duas famílias suíças, a Luterbach e a Monnerat, e casando-se com Fidel Lemgruber, passou a fazer parte de mais uma família suíça. As três famílias eram prósperas na Vila de Cantagallo e acumularam riquezas através da produção cafeeira, possuindo terras e escravos. Nos Registros Paroquiais de Terra do século XIX, encontramos uma declaração de posse de uma

³⁷² Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1882, pp. 132V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁷³ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote...* pp. 91.

³⁷⁴ Livro de Compra e Venda de Escravo 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1881, pp. 037V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa.

³⁷⁵ Maria Luiza Lutterbach Monnerat – Genealogia da Família Luterbach. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 627.

sesmaria, na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em nome de Fideles Lemgruber (o mesmo Fidel Lemgruber, marido de Maria Luiza), indicando as posses da família:

Declara Fideles Lemgruber que por titular legítimo de compra possui nessa freguesia de Nossa Senhora de Monte do Carmo, termo de Cantagallo, uma sesmaria de terras medidas e demarcadas, terras de cultura onde reside atualmente, limita por um lado com a Fazenda de João da Costa Soares e por outro com Daniel José da Silva e por outro com terras do Padre Paulo, e por outro com diversas posses. Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, 24 de janeiro de 1856.³⁷⁶

Fideles Lemgruber.

Após a viuvez em 1879, Dona Maria Luiza Lemgruber administrou o patrimônio familiar e adquiriu riquezas. No ano de 1880, ela adquiriu, de seus genros e de seu filho, terras na “Fazenda Monte Alegre”:

³⁷⁶ Registros Paroquiais de Terras, Livro 24, C\Nossa Senhora do Carmo, 1886, pp. 47. Disponível em: www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=11302. Acessado em 23 de julho de 2020.

Quadro 15: Registro de Compra de terras de Dona Maria Luiza Lemgruber, 1880.

| | |
|--|---|
| IMÓVEL | Terras e cafezais encravados na fazenda denominada Monte Alegre |
| ADQUIRENTE | D. Maria Luiza Lemgruber |
| TRANSMITENTE | João Kropf Sobrinho e sua mulher, D. Maria Lemgruber Kropf, Guilherme Kropf e sua mulher, Francisca Lemgruber Kropf, João Baptista Lemgruber e sua mulher, D. Carolina Augusta Lemgruber |
| CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL | As terras são encravadas na fazenda Monte Alegre, cuja fazenda confronta por um lado com terras do Barão da Aparecida, por outro, com terras de Julião José da Silva e com que mais deva e haja de confrontar, e tem as terras vendidas 4.247.199 metros quadrados, igual a 156 alqueires, e mais 124 mil pés de café de diferentes idades que também venderam os transmitentes e são plantados na dita fazenda |
| TÍTULO | Compra e Venda |
| VALOR | 60:225\$000 |

Fonte: Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1880. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Uma questão importante nesse caso é que os “transmitentes” são os genros e um filho de Dona Maria Luiza, demonstrando que essa família possuía grandes riquezas. Maria Beatriz Nizza assevera que a situação da viuvez levava as mulheres a assumirem a gestão do patrimônio familiar, tanto no meio rural quanto no urbano. A historiadora disserta sobre os engenhos que estavam nas mãos de mulheres, explicando que “desde as senhoras de engenho às simples roceiras, as mulheres cuidavam de seu patrimônio e faziam-no render através de uma produção agrícola [...]”³⁷⁷

Com análise nos Almanaks, é possível identificar as mulheres à frente dos negócios de suas famílias. As Donas e as Viúvas sempre estão presentes, mostrando que a atividade das mulheres na região também era uma realidade bem recorrente. Ressaltamos que as mulheres que citamos até agora eram viúvas, mas elas são nomeadas

³⁷⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1-2, pp. 85-98, jan/dez, 1996, pp. 96.

apenas como “donas” nas fontes em que pesquisamos. De acordo com as informações extraídas do Almanak, no ano de 1850, soma-se um total de oito, as mulheres listadas como os fazendeiras de café; no ano de 1860, a soma sobe para 30 mulheres fazendeiras; e em 1876, o número de mulheres fazendeiras tem um decréscimo, chegando a um total de 25. O motivo para essa baixa, pode estar relacionada à emancipação de algumas freguesias da Vila, ou pode estar ligado aos correspondentes locais do Almanak, responsáveis por fazer as listas de fazendeiros na região, que supostamente deixara de listar alguns nomes, considerando que esses correspondentes “refletiam o entendimento da comunidade local sobre o lugar na hierarquia social que cada sujeito ocupava.”³⁷⁸. Em 1880, o número total sobe para 38 mulheres fazendeiras, e nesse meio, estavam as mulheres suíças. “Temos, pois, uma mulher economicamente muito ativa [...]. Embora muitos espaços lhes fossem vedados – os cargos públicos, a magistratura – nada nos permite visualizá-las como recolhidas em suas casas [...].”³⁷⁹

Entre as viúvas fazendeiras da Vila de Cantagallo estava também a suíça Maria Folly Curty, que, por vezes, é chamada de “Viúva Curty”, “Madame Folly” ou “Maria Curty”, nas fontes em que pesquisamos. Ela era filha de Jean-Joseph Folly e Marie Frivelinde, e casada com Joseph Laurent Curty³⁸⁰. Tanto a família Folly quanto a família Curty possuíam bens, mas Joseph Laurent Curty, marido de Maria Folly, conquistou riquezas tanto com a produção cafeeira, quanto com a transporte do café para Porto das Caixas, com suas tropas de bestas. Após a viuvez, Maria Folly Curty administrou a fortuna familiar, continuando o negócio de seu marido e fazendo essa fortuna crescer. Janaina Botelho afirma que Marie Folly Curty, “conhecida como Madame Curty, aumentou ainda mais o patrimônio da família com a tropa de mulas que possuía conduzindo produtos da região até Porto das Caixas, atualmente município de Itaboraí.”³⁸¹

Nos Almanaks dos anos de 1858, 1860, 1865, 1876, 1880 e 1883, a Viúva Curty é listada entre os fazendeiros de café. Nos Livros de Transcrição de Imóveis, notamos que as terras dessa viúva constantemente confrontavam com as propriedades adquiridas

³⁷⁸ MACHADO, Rubens da Mota. A terra e seus muitos... pp. 26.

³⁷⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo... pp. 386.

³⁸⁰ Marie Folly – Genealogia da família Folly – In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* pp. 453.

³⁸¹ BOTELHO, Janaina. Um milagre em São Sebastião do Paraíba. *A voz da Serra*. 22 de fevereiro de 2018, História e Memória. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/columnas/historia-e-memoria/um-milagre-em-sao-sebastiao-do-paraiba>. Acessado em 17 de julho de 2020.

por outras pessoas, revelando que ela possuía muitas terras. Nos Registros Paroquiais de Terras, há o registro de posse de terras de Maria Folly Curty e seus filhos, evidenciando que ela ficou responsável pelas propriedades familiares, legitimando a sua posse:

A abaixo assinada Maria Folly Curty, como coherdeiros seus filhos Jose Curty, Francisco Curty e seu genro Manoel Meunier, em observância do artigo noventa e um do decreto número mil trezentos e dezoito de trinta de janeiro de mil oitocentos cinquenta e quatro, declaram que possuem em Districto e Freguesia de São Pedro do Cantagalo, três porções de terras, em tudo de duzentos e quarenta e cinco alqueires de plantas, pouco mais ou menos, uma parte denominada a Campo Alegre, que possuem parte como [...] que foi o d finado marido e pai José Curty no ano de mil oitocentos e vinte e três, e parte comprada do falecido José Castellar, de que tem títulos e documentos com a competente diz paga, e se divide pelo lado de cima com as terras da fazenda do senhor Comendador Manoel de Souza Teixeira, por outro lado com as terras da fazenda do senhor Manoel Joaquim de Macedo, pelo lado debaixo com as terras da fazenda do senhor José Ludolf, e por outro lado com as terras da fazenda da Jacotinga pertencente ao senhor Manoel de Souza Teixeira e Antonio Flavio Riveiro. As duas outras partes denominadas, uma Corrego das Pedras e outro Barreiros, possuem por compras, uma parte ao falecido José Castellar e outra ao finado José Alves de que também tem documentos e títulos com a competente [...] paga, e de dividem no alto da serra com as terras da fazenda do senhor Manoel Joaquim de Macedo, descendo pela serra abaixo do lado esquerdo com terra do senhor João Vial, num corrido e marcado, João Adão Frauches nas restantes, segundo para baixo com terras do senhor Jeronimo Macedo e Companhia, pelo lado direito com as terras da viúva Veronica Lantemant e Francisco Muzy. E para assim constar, passamos a presente Campo alegre em 24 de setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco por minha mãe Maria Folly Curty, José Curty, Francisco Curty e Manoel Meunier.

José Curty.³⁸²

O registro acima citado indica-nos que Maria Folly Curty não sabia ler, e nem escrever, tanto que a declaração de posse é feita e assinada por um de seus filhos: José Curty, porém isso não significava que ela não tivesse capacidade de administrar suas posses. Ela cuidou dos negócios da família, ampliando a fortuna herdada de seu marido. Podemos afirmar isso, devido as análises realizadas nos registros que apresentam que era ela quem possuía os documentos e títulos de compra das terras, ou seja, Maria Folly Curty era uma mulher ativa e administrava os bens familiares de forma competente.

³⁸² Registros Paroquiais de Terras, Livro 28, C\ São Sacramento, 1855, pp. 16. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=3631. Acessado em 23 de julho de 2020.

Em 1873, João Curty e irmãos compram de Zózimo Barbosa terras na “Fazenda Boa Sorte”, as quais “os dez alqueires de terra confrontam com terras de Pedro Gonçalves e *Maria Curty* [...]”³⁸³. Em 1874, as terras de Maria Folly Curty irão confrontar com “30 alqueires de terra na Pedra da Boa Vista”, adquiridos por Honorio Ferreira Pinto de Francisco Muzy.³⁸⁴ Ainda em 1874, as terras de Maria Folly Curty fizeram fronteira com o “Sítio Paraíba”, que Maria Thereza Pagge (suíça) adquiriu de Luiz Gomes do Amaral.³⁸⁵

No ano de 1880, as terras de Maria Folly Curty tinham seus limites divisos com as terras da “Fazenda Boa Esperança”, adquiridas por Izidoro Alexandre Frouch de José Furtado.³⁸⁶ O que podemos notar com esses dados é que Maria Folly Curty possuía muitas terras. Além de terras, ela possuía escravos. No Livro de Batismos de Escravos, encontramos registros de batismos de escravos dessa viúva:

Aos vinte e cinco de junho de mil oitocentos e cinquenta e cinco, nesta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Cantagallo, batizei e pus os santos óleos ao inocente Gregório, nascido a dois de março do corrente ano, filho natural de Joana escravos de Maria Folly Curty, foram padrinhos José Soter e Maria Joaquina da Conceição. E para constar fiz este assento. Cantagalo *era ut supra*.

O vigário Joaquim da Fonseca e Cruz.³⁸⁷

Além desse assento, no ano de 1857, mais dois escravos de Maria Folly Curty foram batizados, “Simão e Bazílio, tendo como padrinhos Paulo e Protetora Nossa Senhora.”³⁸⁸ Ainda, no periódico *O Fluminense*, no ano de 1870, há uma notícia sobre um escravo da fazenda da “Madame Curty”:

No dia 15 do corrente, um escravo de Madame Curty matou o feito da fazenda, dando-lhe um golpe de enxada, que o lançou por terra. Tirando depois a faca que o infeliz trazia na cintura acabou de matá-lo cravando-lhe repetidas vezes a faca, procurando assim saciar a sua ferocidade.³⁸⁹

³⁸³ Livro de Transcrição de imóvel 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1873, pp. 050V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁸⁴ Livro de Transcrição de imóvel 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1874, pp. 113V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁸⁵ Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1874, pp. 123V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁸⁶ Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1880, pp. 098V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁸⁷ Livro de Batismo 005 (livro de escravos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1855, pp. 18V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

³⁸⁸ Livro de Batismo 005 (livro de escravos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1857, pp.32. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

³⁸⁹ O Fluminense (RJ). Ed. 163, 1879, pp. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_01&pasta=ano%20187&pesq=%20Curty&pagfis=637. Acessado em 16 de julho de 2020.

Sem dúvidas, Maria Folly Curty era uma viúva de posses, que administrava a fazenda e comandava seus escravos. Seus filhos também participavam desse acúmulo de capital advindo do café e da posse de escravos: Eugênio Julio Curty era fazendeiro de café, em 1876³⁹⁰ e João José Curty, “proprietário de terras de cultura em frente o Rio Paraíba”.³⁹¹ Ainda assim, Maria Folly Curty administrava os negócios da família. Leila Alegrio assegura que as mulheres fazendeiras assumiam as rudes tarefas da fazenda, controlando as terras, os capatazes, os escravos, a alimentação geral e os negócios.³⁹² A última viúva que iremos citar é Anna Maria Heggendorn, a Viúva Monnerat.

Anna Maria Heggendorn Monnerat era filha de Joseph Heggendorn e Anne Marie Goetschi e era casada com Jean-Joseph Monnerat.³⁹³ Após enviuvar-se, ela assumiu a administração das fazendas e outros negócios, junto a seus filhos. Assim como Maria Folly Curty, a Viúva Monnerat também manteve próspero os negócios da família: as tropas de mulas que transportavam o café da Vila de Cantagallo até Porto das Caixas. Segundo Clélio Erthal, entre os tropeiros, estava a tropa da Viúva Monnerat & Filhos³⁹⁴ o que lhe permitiu tornar-se próspera. Essa Viúva também é citada nos Almanaks na categoria *fazendeiro de café*, nos anos de 1880 a 1883. Em 1880, o Almanak indica que a Viúva Monnerat possuía 3 fazendas: uma na Freguesia da Conceição das Duas Barras do Rio Negro, uma em “São João” e outra na “Rancharia do Norte”.³⁹⁵ Já no ano de 1883, o Almanak traz a informação de mais uma fazenda da Viúva Monnerat, na “Tapera”.³⁹⁶

Além das fazendas, a Viúva Monnerat também adquiriu outras propriedades e escravos. No dia onze de fevereiro de 1880, ela e os filhos adquiriram de Joaquim José de Souza Gatto, “uma casa de 16 metros de frente, com cinco janelas, uma porta e um portão no Arraial da Conceição das Duas Barras”, no valor de dois contos e quinhentos

³⁹⁰ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00033, 1876. pp. 1153. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=40744>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁹¹ Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1886, pp. 120V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁹² ALEGRIO, Leila. O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira. 2009, pp. 455. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/28_leila-alegrio.pdf. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁹³ Anna Maria Heggendorn – Genealogia da família Heggendorn. In. BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* 689.

³⁹⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...* pp. 231.

³⁹⁵ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00037, 1880, pp. 1210. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=48719>. Acessado em 16 de julho de 2020.

³⁹⁶ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. C00040, 1883, pp. 338. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=55933>. Acessado em: 16 de julho de 2020.

mil réis (2:500\$000).³⁹⁷ Em 1885, a Viúva Monnerat e filhos adquiriram a “Fazenda Barra do Macuco” de João Goulart de Souza Sobrinho, no valor de trinta contos de réis (30:000\$000).³⁹⁸ No mesmo ano, comprou a “Situação Jacaré”, que se referia a 40 alqueires de terra de cultura, com 50 mil pés de café, casas e benfeitorias, no valor de vinte contos de réis (20:000\$000).³⁹⁹ No ano seguinte, a Viúva Monnerat e filhos, adquiriram mais terras, casas, fazendas e sítios, somando um valor de cento e treze contos e setenta mil réis (113:070\$000) em propriedades adquiridas.⁴⁰⁰

No ano de 1880, a Viúva Monnerat e filhos adquiriram, de Porfírio Pinto Teixeira, a escrava Sabrina de 20 anos, no valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) comparecendo no Cartório acompanhada de seus filhos.⁴⁰¹ Essa viúva fazia seus negócios junto com seus filhos, indicando uma sólida sociedade entre eles. A família Monnerat conquistou hegemonia econômica, instalando-se na Freguesia da Conceição das Duas Barras do Rio Negro, atualmente município de Duas Barras, aumentando o patrimônio familiar. Esse poder dos Monnerat alargou-se e, como prêmio, um distrito do atual município de Duas Barras foi condecorado com o nome Monnerat. De acordo com Maria Beatriz Nizza, se o trabalho que as viúvas desempenhavam era de gerir os bens, administrar a produção agrícola, supervisionar os feitores e capatazes, e responsabilizar-se pelos negócios mercantis da família, essas atividades deviam ser encaradas como trabalho, do mesmo modo que são, quando os homens as desempenhavam.⁴⁰²

As viúvas suíças da Vila de Cantagallo desempenharam seus papéis como chefe de domicílio, não apenas como forma de manterem seus bens, como também aumentaram o patrimônio familiar, levando as famílias a crescerem. Assim como as mulheres citadas nesse tópico, outras tantas também assumiram a responsabilidade de chefiarem suas famílias, longe de sua terra de origem, mas buscando de todas as formas adaptarem-se ao “novo mundo”.

³⁹⁷ Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1880, pp. 082V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

³⁹⁸ Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1885, pp. 033V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁹⁹ Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1885, pp. 043V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

⁴⁰⁰ Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1886, pp. 084V, 088V, 105V, 106V, 114V e 171V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

⁴⁰¹ Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1880, pp. 003. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

⁴⁰² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres Brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu* (4), pp. 75-96, 2008, pp. 77. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763>. Acessado em: 16 de julho de 2020.

O que buscamos nesse capítulo foi analisar a história das famílias suíças, na Vila de Cantagallo, e compreender as estratégias de sobrevivência, inserção social e hegemonia, tanto num país diferente, como num mundo rural, superando todas as adversidades que encontraram desde a saída da Suíça, as inúmeras mortes na viagem marítima e em terra, até o estabelecimento na Vila. Explorar a atuação feminina também é compreender as muitas nuances da imigração suíça no Brasil.

Considerações Finais

Durante toda a nossa pesquisa, procuramos discutir sobre a inserção, adaptação e desenvolvimento dos suíços, num ambiente marcado pela produção agrícola e escravista. Buscamos identificar e analisar, quais foram as estratégias que os imigrantes suíços usaram para integrarem-se à sociedade local, principalmente no que diz respeito às uniões familiares. E ao final dos quatro capítulos, foi possível identificar e detalhar melhor, sobre o processo da imigração suíça, na primeira metade do século XIX, e a importância que esses sujeitos tiveram na construção da história regional dessa localidade.

A primeira questão é referente ao povoamento e desenvolvimento da Vila de Cantagallo, após a prisão dos garimpeiros ilegais, no final do século XVIII. O brilho do ouro colocou a região em evidência, e mesmo que a Vila não fosse um grande centro minerador, como as cidades localizadas em Minas Gerais, o metal precioso extraído das jazidas cantagalenses serviu como “investimento” para a montagem da produção cafeeira. O café proporcionou uma consolidação econômica, social e cultural, gerando crescimento econômico, permitindo que ela alcançasse um grau de importância, no Vale do Paraíba fluminense. Ao ponto de ser esta Vila, a escolhida para abrigar a colônia dos imigrantes europeus.

A segunda questão é referente a posse das terras, por parte dos suíços, na Vila de Cantagallo. A ocupação das terras devolutas foi de grande relevância para eles se estabelecerem, e iniciar a produção do café, que como apresentamos nessa dissertação, esse produto teve uma contribuição significativa para impulsionar o crescimento econômico e social das famílias imigrantes, elevando o seu prestígio social, e ampliando suas riquezas, com a aquisição de novas terras, escravos e imóveis.

Por meio da análise das fontes, e dos cruzamentos dos dados, conseguimos identificar informações relevantes sobre o avanço socioeconômico dos suíços, nas freguesias da Vila de Cantagallo. Os registros de compra de fazendas, sítios, casas e terras, escrituras de compra de escravos e os inventários *post-mortem* indicam o padrão dos bens dos suíços, indicando sobre a existência da ascensão social desses sujeitos, igualando-se a outros produtores de café de prestígio da região. Como podemos perceber, surgiu uma rede de comércio entre os suíços no Brasil, que pode ser observada a partir da produção do café nas fazendas, até o transporte e a venda final desse produto, sendo

desenvolvido uma relação entre esses sujeitos, muito além de simples relações comerciais.

A nossa terceira conclusão está pautada no estudo sobre a formação das famílias suíças no Brasil, a partir da montagem das “famílias artificiais”. Os laços construídos por essas famílias foram influenciados por meio de casamentos ou de alianças de compadrio. As estratégias de sobrevivência dos suíços foram essenciais para os primeiros anos de sua chegada ao Brasil, sendo redefinidas, a partir do crescimento e desenvolvimento dos suíços na Vila de Cantagallo. Tanto os casamentos quanto os batismos serviam como instrumento de aliança e fortalecimento, pois os casamentos entre as famílias geravam a perpetuação dos bens na própria comunidade imigrante; já o batismo construía laços como forma de ascensão social. Sem dúvida, o estudo dessa comunidade ajudou-nos a compreender melhor a sociedade cantagalense.

Outro ponto relevante em nossa pesquisa, foi o estudo sobre as famílias chefiadas por mulheres, após a viuvez. Elas desempenhavam o papel de administradoras e negociantes, à frente dos negócios de suas famílias, realizando a manutenção dos bens, e ampliando as suas fortunas. A partir da análise das fontes, conseguimos constatar que elas, mesmo morando em um país diferente, eram ativas em suas funções.

Ao finalizarmos esta dissertação concluímos que a presença maciça das famílias suíças na Vila foi essencial para a formação da sociedade cantagalense. Esses sujeitos foram elementos essenciais da construção social. A partir das pesquisas foi possível identificar algumas questões importantes na história da imigração suíça; primeiramente, esses sujeitos fizeram da produção cafeeira a principal atividade econômica desenvolvida na Vila. Encontramos, na análise dos Almanaks, muitos suíços desempenhando outras funções, porém a maioria esmagadora estava voltada a atividade agrícola.

A segunda questão que foi possível identificar é que as famílias prosperaram grandemente com a produção cafeeira, tanto que, atualmente, muitos de seus descendentes tem empreendimentos lucrativos e prestígio na região. A terceira questão que foi possível destacar é que o catolicismo foi um dos principais elementos de ascensão social, e mesmo que houvesse poucos protestantes na Vila, a maioria católica fazia a diferença, até mesmo para que alguns protestantes se tornassem católicos. A quarta questão que ressaltamos é que os suíços são um dos grupos de imigrantes mais importante da Vila de Cantagallo, visto que havia nesse espaço muitos grupos oriundos de diversos países, mas as famílias suíças conseguiram manter seu prestígio demonstrando poder, status e posses.

Acreditamos que a pesquisa ampliou o conhecimento a respeito da imigração suíça no Brasil. Esse povo teve participação relevante na construção da sociedade regional, pois até hoje, encontramos os vestígios dessa herança, tanto nos descendentes dessas famílias, quanto na vida cotidiana. Sendo necessária o resgate dessa história, para estimular novas pesquisas com o intuito de compreender as aspirações, frustrações, adaptações e reinvenções desses imigrantes que chegaram ao Brasil.

Hoje, poucos moradores de Cantagalo são conhecedores da história da imigração suíça. Os sobrenomes de origem suíça estão presentes em todos os lugares, não só nas famílias, mas também em comércios, fachadas de lojas e escritórios, nomeando ruas, bairros e distritos, entre outros. Ainda assim, muitos desconhecem a história desse povo. É essencial que essas trajetórias sejam reveladas e divulgadas para que a sociedade possa compreender mais sobre sua própria origem.

Desde o início de nossa pesquisa, identificamos que não teríamos tempo hábil para esgotar o assunto sobre a imigração suíça, mas, nos foi possível, iniciar uma discussão que ainda tem muito a desenvolver-se. Os méritos dos avanços obtidos por essa pesquisa, deve-se à documentação que vem sido preservada, através do Centro de Memória Documentação e Pesquisa. Há muito a ser dito sobre as famílias, sobre as mulheres e sobre os descendentes suíços. Acreditamos que nossa pesquisa tenha dado um passo adiante na recuperação dessa história.

Lista de Fontes:

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00005, 1848.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=2415>. Acessado em 09 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00007, 1850.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3672>. Acessado em 16 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00008, 1851.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=4492>. Acessado em: 29 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00009, 1852.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=3673>. Acessado em 16 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00010, 1853.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=6508>. Acessado em 16 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00017, 1860.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=14878>.
Acessado em 29 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00022, 1865.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=23642>.
Acessado em: 29 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00030, 1873.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=34782>.
Acessado em 29 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00033, 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=40744>. Acessado em 16 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. 00037, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=48719>. Acessado em 16 de julho de 2020.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ed. C00040, 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&Pesq=folly&pagfis=55932>. Acessado em: 14 de fevereiro de 2020.

Alvará de 9 de março de 1814. Coleção das Leis do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

Alvará de Criação da Vila Suíça, 1820. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1473>. Acessado em: 09 de outubro de 2019.

BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. 2.ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acessado em 04 de fevereiro de 2020.

Carta Régia de 13 de maio de 1808. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acessado em 08 de junho de 2020.

Coleções das leis do Brasil, 1818. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acessado em 09 de outubro de 2019.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291?show=full>. Acessado em 03 de julho de 2020.

Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal (RJ), ed. 247, 1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=lantemant&pagfis=5202>. Acessado em: 14 de julho de 2020.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), ed. 0271, 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=suisso>. Acessado em 17 de fevereiro de 2020.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), ed.293, 1860. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=ludolf>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

Diário do Rio de Janeiro (RJ), ed. 07810, 1848. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Jos%C3%A9%20Ludolf&pasta=ano%20184. Acessado em 09 de março de 2020.

Family Search – Árvore Familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/find/name>. Acessado em 29 de julho de 2020.

Inventário de Amelia Cosendey Robadey, 1888. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Carolina Lemgruber Kropf,1881. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Claudio Mathelin, 1863. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Constancio Ludolf, 1872. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Francisca Casemira Ludolf, 1879. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Francisco Ansermet, 1870. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Francisco José Cortat, 1876. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Francisco Robadey, 1883. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Felicidade Chevrand, 1874. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Henrique José Cortat, 1864. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de João José Folly, 1832. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de João José Vial, 1866. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Joaquim Page, 1866. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de José Ludolf, 1856. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Josefina Jacqueroud Bard, 1860. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Leon José Lantemant, 1882. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Maria Ursula Cortat, 1882. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Marianna Wermelinger, 1865. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Inventário de Pedro José Cortat, 1880. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Jornal do Comércio (RJ), ed. 148, 1863. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=monerat. Disponível em 25 de fevereiro de 2020.

Jornal do Comércio (RJ), ed. 334, 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&pasta=ano%20184&pesq=Ludolf.

JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819*. Tradução de Vera de Siqueira Jaccoud. 2ª ed. Minas Gerais, Juiz Forana Gráfica e Editora, 2005.

Livro de Batismo 001, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1838-1842. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Batismo 005 (livro de escravos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1853-1870. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

Livro de Batismo 041 (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1829-1833. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Casamento 002, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1857-1884. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

Livro de Casamento 009A (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1834-1842. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Casamento 009B (fragmentos), Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, 1842-1849. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1880-1883
Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Transcrição de Imóveis 002, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1866-1874.
Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Transcrição de Imóveis 003, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1878-1881.
Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo

Livro de Transcrição de Imóveis 004, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1885-1888.
Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Livro de Transcrição de Imóveis 005, Cartório de 1º Ofício de Cantagalo, 1874-1879.
Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

Notícias e Reflexões sobre as Minas de Canntagallo. Revista do IHGB, vol.12. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsMjBCWDIFbmo2Zm8/view. Acessado em 09 de outubro de 2019.

O Despertador (RJ), ed. 647, 1840. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706701x&pasta=ano%20184&peq=Jos%C3%A9%20Curty>. Acessado em 24 de fevereiro de 2020.

O Fluminense (RJ). Ed. 163, 1879, pp. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_01&pasta=ano%20187&peq=%20Curty&pagfis=637. Acessado em 16 de julho de 2020.

O Parahyba (RJ), ed.41, 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809047&pasta=ano%20185&peq=quartin>. Acessado em 25 de fevereiro de 2020.

O Parahyba (RJ), ed. 04, 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809047&pasta=ano%20185&pesq=> . Acessado em 01 de dezembro de 2019.

Registros Paroquiais de Terras, Livro 24, C\Nossa Senhora do Carmo, 1886. Disponível em:

www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=11302. Acessado em 23 de julho de 2020.

Paroquiais de Terras, Livro 28, C\ São Sacramento, 1855. Disponível em:

http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=3631. Acessado em 23 de julho de 2020.

Bibliografia

AGUIAR, Júlia Ribeiro; GUEDES, Roberto. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In. GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. (Orgs.) *História social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ALEGRIO, Leila. O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira. 2009. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/28_leila-alegrio.pdf. Acessado em 16 de julho de 2020.

_____. *Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense (Cantagalo)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoa em Juiz de Fora/ 1870-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ALVARENGA, Felipe M. Proprietários e pequenos lavradores: o processo de regularização fundiária na cidade de Valença (1850-1888). In: *III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2019, Natal. Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO)*, 3 v. 3. Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download%3FID_DOWNLOAD%3D109+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acessado em: 29 de julho de 2020.

AMANTINO, Márcia. A conquista de uma fronteira: o sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII. *Dimensões*. vol. 14, pp. 65-90, 2002.

_____. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº 19, 2003.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. A alocação da riqueza na zona da mata mineira. São Paulo do Muriaé, 1846-1888. *Revista de Pesquisa Histórica – CLIO (Recife)*, n.36, jan/jun, 2018.

_____. *Os sertões de São Paulo do Muriaé - terra, riqueza e família na zona da mata mineira: 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

_____. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriahé, 1848 a 1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gualberto; SILVA, Rodrigo Fialho (Orgs.). *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017.

_____. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriahé: Conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata de. ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Zona da Mata Mineira: Escravos, Família e Liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. *Espacio, Tiempo y Forma*, série IV, Hª. Moderna, t.3, pps 367-386, 1990.

_____. As fontes para o estudo da família no passado. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. vol. 3 – São Leopoldo: Oikos – Editora Unisinos, 2014.

_____. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreaseascomadresdeescravos.pdf. Acessado em 16 de julho de 2020.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense: Cantagalo do oitocentos. In: *Anais do II Colóquio do LAHES: Micro história e os caminhos da história social* – Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a17.pdf>. Acessado em 25 de fevereiro de 2020.

BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos em Nova Friburgo nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. 10 (1), 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. 2.ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.

BOTELHO, Janaina. Boa estrada! tropa de burros, velhos tropeiros. *A voz da Serra*. 31 de julho de 2011, História e Memória. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/boa-estrada-tropa-de-burros-velhos-tropeiros-30-de-junho-2011>. Acessado em 19 de junho de 2020.

_____. Um milagre em São Sebastião do Paraíba. *A voz da Serra*. 22 de fevereiro de 2018, História e Memória. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/um-milagre-em-sao-sebastiao-do-paraiba>. Acessado em 17 de julho de 2020.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, 2008.

CARDOSO, Vinícius Maia. E o galo cantou bem! Mão de Luva e o heroísmo na construção da identidade no município de Cantagalo (Estado do Rio de Janeiro/Brasil): embates entre história e memória. *El outro héroe. Estios dobre la producción social de memoria al margen del discurso oficial em América Latina*. Bonn University Press, 2019. No prelo.

_____. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu século XVIII e XIX*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009.

CASTRO, Hebe Mattos de. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Centro de Ciências e Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/>. Acessado em 24 de outubro de 2019.

CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *A representação da cidade-salubre: uma leitura do cotidiano da cidade de Nova Friburgo através da imprensa: 1890-1900*. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2008.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. A Elite imperial entre mulas, bruacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831-1874). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. *Fronteiras*. vol. 10, n.17, pp.69-96, 2008.

ETHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. 2 ed. (Revisada e atualizada) Niterói, RJ: Nitpress, 2008.

FALCÃO, Hully Guedes; TEIXEIRA, Simonne. Construindo a história dos povos indígenas no norte e noroeste fluminense através do olhar dos viajantes. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh: Memória e Patrimônio* – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276739775_ARQUIVO_trabalhoanpuh.pdf. Acessado em 09 de outubro de 2019.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In. *Anais do X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre*, Santa Maria- RS, 2010. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/9/1279505026_ARQUIVO_FarinattiXEEH2010TextoCompleto.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post-mortem. *Revista Arrabalde*, Niterói, n.2, set./dez., 1988.

FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*. n.31, pp. 21-40, 2004.

FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). In. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú-MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1338/1302>. Acessado em 16 de julho de 2020.

_____. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais – século XIX. *Fronteiras*, Dourados – MS, v.11. n.19, pp.299-326, jan./jun. 2009.

FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil imperial. In: *Anais do I Simpósio brasileiro de cartografia histórica: Passado presente nos velhos mapas- conhecimento e poder*. Paraty, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf. Acessado em 09 de outubro de 2019.

GARCIA, Romyr Conde. O Mão de Luva e os sertões de Serra acima: garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil colônia. *Revista UNIFESO*. v.4, n.4, pp. 246-268, 2018.

GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região da região das Minas do Canta Gallo ou sertões do Macacu, da província do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____; MATTOS, Hebe. Escravidão e tráfico de escravizados. Disponível em: https://forodesaopaulo.org/?dl_id=104. Acessado em 20 de março de 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819*. Tradução de Vera de Siqueira Jaccoud. 2ª ed. Minas Gerais, Juiz Forana Gráfica e Editora, 2005.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. 1ª edição em 1979.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro História. In: VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre, (Orgs.). *Ensaio de micro história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

_____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). *Micro-história, trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LOPES, Janaina Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c.1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, 2006.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguazu, 1840 – 1880)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira - índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes – séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, nº 31, pp- 13-21, 2004.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Brasil Imperial 1831-1889*, 2009.

MARRETO, Rodrigo Marins. *Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura no contexto da segunda escravidão*. In: XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501687359_ARQUIVO_Textocompleto1.pdf. Acessado em 01 de dezembro de 2019.

_____. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1973)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

_____. Os sertões do leste da província fluminense: Cantagalo e nova Friburgo sob o impacto da segunda escravidão (1820 -1972). *Revista Territórios & Fronteiras*. v.10, n.1, pp. 67-91, 2017.

MATTOSO, José. História regional e local. In: _____. *A escrita da história – Teoria e métodos*. Lisboa: Editora Estampa, 1988.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

_____. Terra Prometida... Terra Prometida: uma tragédia em 4 atos. In: Anais do XII Encontro regional de História – Anpuh: *Usos do Passado*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Jorge%20Miguel%20Mayer.pdf>. Acessado em: 07 de novembro de 2019.

MELNIXENCO, Vanessa. *Friburgo & filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840 -1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – RJ, 2014.

MOREIRA, Uerisleda Alencar. Padrinhos e Madrinhas: a legitimação de relações sociais. In. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios*, Florianópolis - SC, 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945015_f269286ef7ae9e95848a2c4cb1544dbc.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jan./jun., 2012.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. (Tese)- Doutorado em História - Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300404775_ARQUIVO_ANPUH2011PRONEX.pdf. Acessado em 30 de junho de 2020.

Município de Duas Barras- RJ. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Duas_Barras. Acessado em 15 de fevereiro de 2020.

Município de Santa Maria Madalena (Rio de Janeiro). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_Madalena_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_Madalena_(Rio_de_Janeiro)). Acessado em 17 de junho de 2020.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e Escravidão africana no Brasil Colonial. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. v.10, n.18, jul-dez, pp.355-387, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

OLIVEIRA, Ronald Lopes. Unidos pela Morte, separados pela vida – cemitérios protestantes na vila de Nova Friburgo marcada por uma colonização católica (1818-1889). In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh – Rio: Nova Iguaçu*, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471278219_ARQUIVO_RonaldLopesdeOliveira.pdf. Acessado em 30 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Mão de Luva e Montanha: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)*. Dissertação. (Mestrado em História, Cultura e Poder)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas - O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, nº 31, Janeiro de 2004.

RODRIGUES, Cláudia. FRANCO, Maria Conceição V. Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos. (Orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)* – Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

RÜSEN, Jörn. Historiografia Comparativa Intercultural. In: MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANCHES, Marcos. Região e história: as diversidades do mundo colonial. In: Sanches, Marcos (Orgs.) *História da Região*. v.1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

SANGLARD, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*. vol. 10(1): pp. 173-202. jan-abr., 2003.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi. (Orgs.). *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. Vol.3 – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014.

SECRETO, Maria Veronica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes*, Campina Grande, vol. 26, nº 1 e 2, pp. 10-20, jan./dez., 2007.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. n. 53, pp. 117-149, 2002.

SILVA, José Antonio Seixas. *A família Castro Abreu Magalhães: uma análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na província do Rio de Janeiro (1836-1898)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu* (4), pp. 75-96, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763>. Acessado em: 16 de julho de 2020.

_____. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1-2, pp. 85-98, jan/dez, 1996.

TEIXEIRA, PAULO Eduardo. A mulher na família oitocentista. In. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Leopoldo – RS, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Paulo%20Eduardo%20Teixeira.pdf>. Acessado em 13 de julho de 2020.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1866.

VENDRAME, Maria Inês. Donas do próprio destino? Experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional. In: _____(Orgs.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

VINHAES, Eliana. Vizinhaça e conflito em Cantagalo: Uma forma de concentração de terra e da riqueza no oitocentos. *Revista Dissertar*. v.1, n. 18 e 19, pp. 27-32, 2010.

WITT, Marcos Antonio. A união perfeita: estratégias familiares e inserção política (Rio Grande do Sul – século XIX). In. *Anais do IX Encontro Estadual de História – Anpuh*, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210858392_ARQUIVO_textoanpuh2008MarcosWitt.pdf. Acessado em 07 de julho de 2020.

_____. Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogo possível com os estudos sobre imigração alemã. In: . In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. vol. 3 – São Leopoldo: Oikos – Editora Unisinos, 2014.